

**Fernanda Trindade de Carvalho**

Atores e valores: o processo de readequação do espaço físico  
da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura da UFMG

2012

Fernanda Trindade de Carvalho

**Atores e valores: o processo de readequação do espaço físico da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Orientador: Luiz Antônio Cruz Souza

Co-orientador: Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura da UFMG

2012

**FERNANDA TRINDADE DE CARVALHO**

“Atores e Valores: o processo de readequação do espaço físico da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana”

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



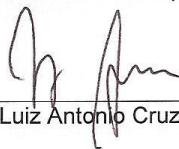
Pesquisador. Dr. Benedito Tadeu de Oliveira (Centro de Pesquisas René Rachou)



Prof. Dr. Fernando Diniz Moreira (Universidade Federal de Pernambuco)



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EAUFMG – co-orientador)



Prof. Dr. Prof. Dr. Luiz Antonio Cruz Souza (EBA/UFMG – orientador)

Belo Horizonte, 21 de março de 2012

# DEDICATÓRIA

À Deus pelo presente mais precioso ofertado: a vida.  
Aos meus pais, Ana Raquel e Antônio (sempre presente),  
pelos ensinamentos e dedicação.  
Aos meus irmãos, Gustavo, Guilherme e Bruna,  
pelo carinho e torcida.  
Ao meu amado Flávio,  
pelo apoio e companheirismo.  
À Gabi, pela acolhida e torcida.

## AGRADECIMENTO

O momento do agradecimento é como assistir a um filme da sua própria vida, voltamos no tempo e relembramos cada passo dado em direção ao objetivo de se tornar Mestre.

Desde o início, quando a idéia era ainda um embrião, minha mãe esteve ao meu lado. Acredito que ela nunca duvidou que tudo daria certo. Pra mim, mãe é como um anjo da guarda, que percebe nossas angustias antes de qualquer pessoa, que respeita e compreende nossos momentos de impaciência, de medo, sem cobrar absolutamente nada em troca. Ela simplesmente se afasta e recorre ao Pai Maior e pede, em oração, pelos seus filhos.

O meu pai, que mesmo não estando mais presente fisicamente conosco, é também grande responsável por esta vitória. Hoje, lembrando toda nossa história, tenho a impressão que ele não achava que existia algo difícil pra mim. Não que as coisas fossem fáceis, mas porque ele sempre teve a certeza que eu venceria.

Meus irmãos, queridos amigos, esse é o meu time. A cada momento, um está em jogo e os demais na torcida. A Bruna, com suas habilidades tecnológicas, e que já venceu a etapa do mestrado, sempre solucionava minhas dúvidas.

O Flávio, meu marido, que além de entender as minhas ausências, colocou “as mãos na massa”, me acompanhando nos momentos das entrevistas e auxiliando na elaboração dos gráficos.

A Jamilly, minha amiga e sócia, que em nenhum momento se queixou da minha ausência na empresa e, tenho certeza, que sempre torceu por mim.

Os professores do MACPS / UFMG, que compartilharam conosco, os conhecimentos e nos indicaram os caminhos da pesquisa acadêmica. Em especial ao Luiz Souza, meu orientador, e o Leonardo Castriota meu co-orientador que ao longo do caminho se tornou um grande companheiro de trabalho. O que a princípio era apenas uma pesquisa, se transformou em um projeto prático a ser desenvolvido na Câmara de

Mariana, coordenado pelo professor Leonardo. Ele, que com todos os seus títulos acadêmicos e bagagem de conhecimento vem até nós, alunos, com toda a simplicidade e paciência, empresta livros, orienta durante o trabalho, e ainda dá “um puxão de orelha” quando pensamos em abandonar o barco, e passa a ser o Léo, simples assim!

Aos colegas do mestrado, em especial, Vilmar e Bernardo, que participaram ativamente da pesquisa. Assim como o Benedito Tadeu e o Professor Flávio Carsalade.

Aos vereadores da Câmara Municipal de Mariana que sempre apoiaram o trabalho e fizeram parte de um dos grupos de estudo. Em especial aos vereadores Marcelo Macedo, Aída Anacleto e Geraldo Sales. Aos colegas de trabalho, em especial, Cristiano Casimiro, Mariana Barbosa, Isabella Almeida, Érika Pimenta, Luciléia Mendes, Thamiriz Barros e Lincon Zarbiatti, que me auxiliaram nos momentos finais da pesquisa.

À Dona Hebe Rola, professora emérita da UFOP, que tão carinhosamente fez a revisão ortográfica neste trabalho.

À toda a minha família, e que nela se sintam incluídas, a São e a Maria, grandes amigas, principalmente nos momentos de angústia. E ainda a Betânia, minha irmã de coração, assim como seus pais, Marília e José Resende.

E, ainda, a todos os entrevistados, que me acolheram em suas residências ou local de trabalho, e de um bate-papo forneceram um valioso material para a pesquisa.

E tudo isso só foi possível através das mãos de Deus. Primeiramente porque Ele nos deu o presente da vida e ainda nos concedeu a capacidade de raciocínio. Somos capazes de enxergar o mundo e retirar dele uma leitura que se transformou neste trabalho.

## EPÍGRAFE

Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.

(Chico Xavier)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Tapete da Semana Santa em Mariana.....	24
Figura 2 Watts Towers .....	25
Figura 3 Vista interna da Casa da Flor .....	25
Figura 4 Mapa síntese do Arraial do Carmo (1702 – 1711).....	51
Figura 5 Mapa síntese da cidade de Mariana (1745 – 1800).....	56
Figura 6 Estrutura do Senado da Câmara da Vila do Carmo (1711 – 1745).....	59
Figura 7 Prédio da Câmara Municipal de Mariana .....	64
Figura 8 Vista panorâmica da Praça Minas Gerais.....	65
Figura 9 Detalhe do frontispício da Câmara com o símbolo da Coroa Portuguesa...	66
Figura 10 Demonstração da proporção áurea no prédio da Câmara de Mariana .....	67
Figura 11 Árvore de Problemas.....	81
Figura 12 Árvore de objetivos .....	82
Figura 13 Vista aérea de Mariana contendo a Câmara Municipal e Rua Dom Silvério .....	89
Figura 14 Mapa Mental – Entrevista 2.....	102
Figura 15 Mapa Mental - Entrevista 8.....	103
Figura 16 Mapa Mental – Entrevista 10 .....	105
Figura 17 Mapa Mental – Entrevista 17 .....	106
Figura 18 Mapa Mental – Entrevista 18 .....	106
Figura 19 Mapa mental - Entrevista 25 .....	107
Figura 20 Mapa Mental – Entrevista 9.....	108
Figura 21 Mapa Mental – Entrevista 15 .....	108
Figura 22 Mapa Mental – Entrevista 4.....	113
Figura 23 Mapa Mental – Entrevista 3.....	114
Figura 24 Mapa Mental – Entrevista 23 .....	115



Figura 25 Câmara antes da intervenção.....	134
Figura 26 Câmara após a intervenção .....	132
Figura 27 Antes da intervenção.....	135
Figura 28 Após a intervenção .....	132
Figura 29 Praça Minas Gerais antes da intervenção de 2006 – detalhe do caminho para Igreja de São Francisco e jardins em frente à Câmara .....	133
Figura 30 Praça Minas Gerais em Janeiro de 2012.....	133
Figura 31 Praça Minas Gerais antes da intervenção de 2006 – Detalhe da vegetação .....	134
Figura 32 Praça Minas Gerais em Janeiro de 2012 – sem vegetação em frente à Câmara .....	134
Figura 33 Grupo Escolar que existiu ao lado da Câmara – Detalhe da Igreja do Rosário ao fundo .....	136
Figura 34 Grupo Escolar que existiu ao lado da Câmara – Detalhe da coluna do prédio da Câmara à esquerda .....	136
Figura 35 Vista da Câmara a partir da torre da Igreja do Carmo.....	151
Figura 36 Construções na parte posterior da Câmara – Capela e Armazém .....	156
Figura 37 Terreno nos fundos da Câmara.....	158
Figura 38 Terreno nos fundos da Câmara.....	156
Figura 39 Terreno nos fundos da Câmara.....	159
Figura 40 Terreno nos fundos da Câmara.....	156
Figura 41 Planta do 1º pavimento do Anexo da Câmara Municipal de Mariana .....	157
Figura 42 Planta do nível do subsolo do Anexo da Câmara Municipal de Mariana .....	158
Figura 43 Fachada Principal da Câmara Municipal de Mariana com o 1º pavimento do Anexo ao fundo .....	158
Figura 44 Vista aérea do conjunto: Câmara Municipal, Capela, Armazém, Estacionamento e Anexo .....	159
Figura 45 Vista terrestre do conjunto: Câmara Municipal, Capela, Armazém, Estacionamento e Anexo .....	159
Figura 46 Vista interna do novo Plenário e Foyer .....	160
Figura 47 Paisagem urbana na parte posterior do conjunto .....	160
Figura 48 Paisagem urbana na parte posterior do conjunto após a inserção .....	161

Figura 49 Outra visada da paisagem urbana na parte posterior do conjunto .....	161
Figura 50 Outra visada da paisagem urbana na parte posterior do conjunto após a inserção .....	162
Figura 51 Mapa Mental - Entrevista 1 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara .....	174
Figura 52 Mapa Mental – Entrevista 5 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério ..	174
Figura 54 Mapa Mental – Entrevista 7 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério ..	175
Figura 53 Mapa Mental – Entrevista 6 – Grupo: Agentes do Patrimônio .....	175
Figura 55 Mapa Mental – Entrevista 11 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério	176
Figura 56 Mapa Mental – Entrevista 12 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara .....	176
Figura 57 Mapa Mental – Entrevista 13 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério	177
Figura 58 Mapa Mental – Entrevista 14 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério	177
Figura 59 Mapa Mental – Entrevista 16 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara .....	178
Figura 60 Mapa Mental – Entrevista 19 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério	178
Figura 61 Mapa Mental – Entrevista 20 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara .....	179
Figura 62 Mapa Mental – Entrevista 21 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara .....	179
Figura 63 Mapa Mental – Entrevista 22 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara .....	179
Figura 64 Mapa Mental – Entrevista 24 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara .....	180

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Mapas Mentais - Forma de apresentação da imagem.....	102
Tabela 2 Mapas Mentais – Distribuição da imagem .....	104
Tabela 3 Mapas Mentais – Especificação do ícones .....	110
Tabela 4 Contagem no número de turistas, em 2011, em alguns pontos turísticos de Mariana .....	148

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 Possibilidades de intervenção na Câmara - Alternativa 1 .....	84
Quadro 2 Possibilidades de intervenção na Câmara – Alternativa 2 .....	85
Quadro 3 Possibilidade de intervenção na Câmara – Alternativa 3 .....	86

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Faixa etária dos turistas.....	145
Gráfico 2 Indicação espontânea dos pontos turísticos em Mariana .....	146
Gráfico 3 Número de visitantes em 2011 em alguns pontos turísticos de Mariana .	147
Gráfico 4 Novo paralelo entre o número de visitantes – índice de correção na contagem da Câmara .....	149

## RESUMO

Este trabalho tem como tema central a discussão sobre os valores atribuídos à Câmara Municipal de Mariana por diferentes grupos sociais: moradores do entorno, frequentadores das reuniões, agentes de patrimônio e turistas.

O estudo teve início a partir da percepção da insuficiência do espaço físico para abrigar todas as atividades desenvolvidas pela instituição e da evidente necessidade de restauro. A partir da possibilidade de intervenção tornou-se necessário entender as relações sociais estabelecidas na Câmara e no cenário no qual a instituição está inserida, a Praça Minas Gerais. A investigação iniciou pelo entendimento dos fatores que tornam a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana relevante sob o aspecto histórico-cultural.

O estudo é fundamentado ainda no atual conceito atribuído ao termo “patrimônio” e na teoria de valores proposta por Aloïs Riegl e reafirmada pela Carta de Burra do ICOMOS da Austrália. É parte do pressuposto que qualquer processo de intervenção em um bem patrimonial deve ir além da estrutura física, sendo obrigatório um estudo sobre os valores atribuídos ao bem por diversos segmentos da sociedade, e não mais apenas pelos técnicos.

Palavras - chave: Câmara Municipal de Mariana, patrimônio, turismo, teoria de valores.

## **ABSTRACT**

The present study has as main focus the debate about the values imputed to the Mariana Town-Council by different social groups: surrounding residents, meetings participants, heritage agents and tourists.

The study has been initiated from the perception of insufficient physical space to house all the institution activities and the evident necessity of restoration. Due to the possibility of intervention, the understanding of the social relations established in the Town-Council and in the scenario in which the institution is located - Minas Gerais Square - became necessary.

The investigation has started by the understanding of the facts that make the Mariana Town-Council and Jail relevant under the historical-cultural aspect.

The study is also based on the actual concept imputed to the term "heritage" and in the theory of values proposed by Aloïs Riegl and reasserted by the "The Burra Charter" from The Australian National Committee of ICOMOS. It assumes that any intervention process in a heritage must go beyond the physical structure, it is required a study about values attributed to the heritage by various society segments, and not only by technicians anymore.

Key-words: Mariana Town-Council, heritage, tourism, theory of values

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAC – Centro de Atendimento ao Cidadão

DET – Divisão de Estudos de Tombamento

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

GCI – *Getty Conservation Institute*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

ZOPP - sigla alemã - *Ziel* (objetivos), *Orientierte* (orientado), *Projekt* (projeto) e *Planung* (planejamento)



# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	18
2 O PATRIMÔNIO E A MATRIZ DOS VALORES .....	22
2.1 As teorias da conservação.....	28
2.1.1 Ruskin versus Viollet-le-Duc .....	29
2.1.2 Camilo Boito.....	30
2.1.3 Aloïs Riegl .....	31
2.2 A Carta de Burra.....	38
2.3 Identificando os valores, os atores e a metodologia utilizada em um processo de conservação de um bem patrimonial .....	42
3 A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA: HISTÓRICO E PAPEL NA SOCIEDADE.....	47
3.1 A formação da cidade e a instalação da Câmara .....	47
3.2 As Câmaras Municipais seu papel na sociedade do século XVIII e XIX .....	56
3.3 O processo de tombamento do edifício da Câmara Municipal de Mariana .....	61
3.4 A relevância histórico cultural da Câmara Municipal de Mariana.....	63
3.4.1 Aspectos construtivos e localização .....	64
3.4.2 Os bens móveis.....	67
3.4.2 Outros aspectos .....	69
4 USO ATUAL: VALORES E ATORES (INTERNOS E EXTERNOS).....	73
4.1 O uso e seus conflitos .....	73
4.2 Os valores: a Câmara no imaginário dos funcionários do legislativo .....	75
4.2.1 O método utilizado: ZOPP .....	75
4.2.2 A aplicação do método.....	77
4.2.3 Os resultados: análise e discussão.....	83
4.3 Os valores: a Câmara no imaginário da população Marianense .....	87
4.3.1 O método utilizado: Grupo focal.....	87

4.3.2 A aplicação do método .....	88
4.3.3 Os resultados: análise e discussão.....	92
4.3.4 O novo método utilizado: Mapa Mental .....	96
4.3.5 A aplicação do método .....	98
4.3.6 Os resultados: análise e discussão.....	101
4.4 Os valores: a Câmara no imaginário dos turistas que a visitam .....	139
4.4.1 Uma breve consideração sobre o turismo em Mariana .....	139
4.4.2 A relação entre turismo cultural e preservação patrimonial .....	139
4.4.3 O método utilizado .....	144
4.4.4 A aplicação do método .....	144
4.4.5 Os resultados: análise e discussão.....	144
5 A PROPOSTA DE READEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA.....	151
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
ANEXOS.....	168
PLANEJAMENTO GRUPO FOCAL.....	168
PLANEJAMENTO DA TÉCNICA DE MAPA MENTAL .....	172
ROTEIRO .....	172
MAPAS MENTAIS .....	173
REFERÊNCIAS .....	181

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tomou como objeto de estudo os valores atribuídos pela sociedade a um bem patrimonial para que, a partir do entendimento desses valores pudesse ser fundamentada uma proposta de readequação do espaço físico. No nosso caso, o bem patrimonial escolhido foi a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, fundada em 04 de julho de 1711 sendo, portanto, a primeira Câmara do Estado de Minas Gerais. A sede foi construída alguns anos depois da fundação da instituição, iniciou-se em 1768 e foi concluída em 1798. Assim como outros edifícios importantes da cidade, a sua construção ficou sob a responsabilidade do mestre José Pereira Arouca. (FONSECA, 1998, p. 182). No século XVIII, as Câmaras exerciam, além das funções hoje denominadas legislativas, as funções que atualmente pertencem ao judiciário e executivo. Em 1711, foram também instituídas as Câmaras de Vila Real do Sabará, hoje Sabará, e a de Vila Rica de Albuquerque, hoje Ouro Preto. Porém a Câmara de Mariana é a única que continua até hoje funcionando no mesmo prédio, que foi construído com o objetivo de abrigá-la. Em 1949, segundo documento do IPHAN arquivado sob o número 414-T, a Câmara foi tombada. Baseados nesse primeiro entendimento, ainda superficial, da importância histórico cultural da Câmara que elegemos este exemplar da arquitetura para aplicar nosso estudo acerca do processo de valoração de um bem patrimonial utilizando diferentes métodos de pesquisa qualitativos que permitisse a participação popular e nos fornecesse material para a pesquisa.

Além da importância histórico cultural fizemos ainda uma primeira leitura da situação atual em que o prédio histórico se encontra. O prédio não oferece condições físicas de abrigar o gabinete parlamentar dos vereadores, possuindo apenas a sala para o presidente da Casa; apresenta problemas na sua estrutura física, que são indícios da necessidade de um processo de restauro; surgiu, então, a questão motivadora deste trabalho: quais são os valores atribuídos a este bem pelos diversos segmentos da sociedade (vereadores, funcionários da Câmara, turistas, população marianense),

e como estes valores poderão fundamentar o processo de restauro e readequação do espaço físico.

O nosso aporte teórico está no entendimento da ampliação do conceito de 'patrimônio' pois sabemos que a conservação patrimonial vai além da conservação do bem material propriamente dito, deve-se levar em consideração os valores incorporados ao bem; é imprescindível questionar o processo de produção, os critérios que justificam a proteção, além de identificar os atores envolvidos no processo. E ainda no estudo das teorias de valores, principalmente na matriz de valores estabelecida por Alois Riegl que vai de encontro às diretrizes apresentadas na Carta de Burra da Austrália que, por sua vez, enfatiza a importância da participação nos processos de intervenção em sítios tombados.

A partir da leitura deste contexto buscamos unir os conceitos da academia na aplicação prática de um projeto, transpondo o limite entre discussão teórica e projeto práticos que, muitas vezes, seguem por caminhos distintos. A academia desenvolve os estudos e o poder público, na maioria das vezes, busca solucionar seus problemas em outros meios que não o meio acadêmico. O estudo da investigação dos valores gerou a proposta arquitetônica que foi desenvolvida por um grupo de arquitetos da Escola de Arquitetura da UFMG, sob coordenação do professor Leonardo Barci Castriota.

Para cumprir o objetivo proposto, estruturamos o trabalho em cinco capítulos mais as considerações finais. Iniciando na questão macro, o patrimônio, e finalizando na aplicação dos conceitos em um caso específico, a Câmara de Mariana.

O segundo capítulo trata da evolução do conceito do patrimônio e a complexa matriz de valores, com ênfase na teoria desenvolvida por Alois Riegl e a contribuição registrada na Carta de Burra do ICOMOS da Austrália. Buscamos aporte teórico em autores como Leonardo Barci Castriota, Françoise Choay, Alois Riegl, dentre outros.

A partir do terceiro capítulo, adentramos no universo do objeto de estudo propriamente dito: a Câmara Municipal de Mariana. Através de uma revisão bibliográfica, levantamos a história da instituição Câmara de Mariana, baseando-nos em estudos anteriores realizados por historiadores tais como Michelle Cardoso

Brandão, Claudia Damasceno Fonseca, Maria do Carmo Pires, Renato Pinto Venâncio, Claudia Maria das Graças Chaves, entre outros. Incluímos neste capítulo ainda, a análise do processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana e fundamentamos a relevância histórico-cultural da instituição.

No quarto capítulo, voltamos o olhar para a situação atual do prédio da Câmara, o uso e os conflitos gerados pela falta de espaço, a necessidade de restauro e de criar-se um espaço capaz de abrigar os gabinetes dos vereadores. Para conhecer melhor o problema e entender a Câmara no imaginário da população selecionamos três grupos de pessoas que possuem, de alguma forma, relação com a Câmara de Mariana e buscamos o aporte nas ciências sociais, através do estudo de métodos de pesquisa, que nos permitisse a leitura e compreensão dos valores atribuídos ao bem patrimonial em estudo. O primeiro grupo foi composto pelas pessoas que trabalham na instituição, vereadores e funcionários; com essas pessoas, trabalhamos o método ZOPP. O segundo grupo selecionado representa a sociedade Marianense e foi subdividido em três subgrupos: moradores do entorno, agentes do patrimônio e pessoas que frequentemente acompanham as reuniões da Câmara. Para este segundo grupo trabalhamos, inicialmente, com o método de grupo focal, com o qual não obtivemos resultado satisfatório e, portanto, passamos para outro método, a técnica de Mapa Mental. Por fim, o terceiro grupo foi composto por turistas. Partimos do estudo da interface de diálogo entre o turismo e a preservação patrimonial, na busca de um equilíbrio entre as atividades. Com consulta a autores como Maria Cristina Simão, Pompeu Carvalho, Vânia Molleta, Karin Goidanich, e outros. Para analisar esse grupo fizemos nossa investigação baseados em um questionário. Buscamos o entendimento das técnicas de pesquisa apresentadas neste capítulo em autores como: Maria Elasir Gomes, Eduardo Barbosa, Sônia Maria Gondim, Salete Kozel, Paulo Batista Machado, Maria de Lourdes Dolabela Pereira e outros. Esta fase do estudo só foi possível de ser cumprida através de extenso trabalho de campo, que nos forneceu o material de pesquisa interpretado através das metodologias expostas acima.

Após o entendimento de todo o material pesquisado até este momento, apresentamos, no capítulo cinco, uma proposta de intervenção na Câmara de Mariana que visa solucionar os problemas apontados pelos funcionários da

instituição, respeitando e conservando os valores atribuídos pela sociedade à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, assim como os valores atribuídos ao espaço no qual a Casa está inserida, a Praça Minas Gerais. Além, é claro, de ser uma proposta que vai de encontro aos fundamentos da teoria da conservação patrimonial estudada. O estudo arquitetônico apresentado é coordenado pelo Professor Doutor Leonardo Barci Castriota e tem como colaboradores: o Professor Doutor Flávio Lemos Carsalade, o Arquiteto e Urbanista Doutor Benedito Tadeu de Oliveira, o Arquiteto e Urbanista Mestre Bernardo Nogueira Capute, o Arquiteto e Urbanista Gustavo Kamino, e o Psicólogo e Geógrafo Mestre Vilmar Pereira de Sousa.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais que por meio de uma revisão no próprio trabalho visando justificar o projeto proposto no capítulo anterior.

## 2 O PATRIMÔNIO E A MATRIZ DOS VALORES

A palavra patrimônio tem uma longa trajetória, na qual seu conceito foi sendo ampliado. Segundo o dicionário Houaiss, a palavra patrimônio vem do latim, *patrimonium*, e significa “bens de família, herança”. Este conceito está relacionado ao campo dos bens privados que podem ser transmitidos de geração para geração.

Associada ao conceito de patrimônio, surge a questão da conservação patrimonial. Tal noção de necessidade ou de interesse pela conservação patrimonial vem à tona com mais intensidade, principalmente, quando há uma descontinuidade na história, uma ruptura. Como observa Françoise Choay (*apud* Fonseca):

o amor à arte e ao saber histórico não foi suficiente para implantar, de forma sistemática e definitiva, a prática da preservação. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação – para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de interesse público. (Choay, *apud* FONSECA, 2005, p.57)

É ainda baseado na história que se constrói o que será lembrado, e a partir daí, o que será colocado como memória coletiva. “As políticas de preservação trabalham com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória nacional privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade.” (CASTRIOTA, 2009, p.65)

De acordo com Choay (2006) a palavra patrimônio estava,

na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. (CHOAY, 2006, p.11)

Inicialmente, conceituado como antiguidade e depois como monumento, o conceito de patrimônio foi estabelecido a partir de discussões que levaram ao entendimento desses vestígios como heranças de épocas passadas. Neste caso, o patrimônio possui estreita relação com a idéia de vestígios, marcos, obras, herança de uma época.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, em seu artigo 1º, define: “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

Posteriormente o conceito do patrimônio ganhou o adjetivo histórico, que na afirmação de Choay (2006) pode ser entendido como

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliar a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2006, p.11)

O conceito de patrimônio também recebeu o adjetivo cultural. A Constituição Federal do País, (1988), considera patrimônio cultural tanto os bens tangíveis, quanto os intangíveis, as manifestações artísticas, o fazer humano, o qual é representado pelo conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças, e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade. Assim, o patrimônio cultural deve ser um elemento capaz de representar a identidade de um povo.

A formação do conceito de patrimônio cultural é resultado de uma longa evolução, que se inicia com um apreço aos vestígios dos tempos clássicos e obras do passado, passando por uma valorização dos bens culturais e chegando até as recentes convenções da UNESCO e compreensão da sociedade civil sobre a conservação dos bens culturais.

(...) a discussão sobre patrimônio deslocou-se do objetivo de materializar as memórias nacionais e da noção de monumento histórico isolado para a de integração do patrimônio ao planejamento urbano e territorial e, definitivamente, à indústria cultural. (RODRIGUES, 1999, p. 29).

Avaliando a explanação de Coelho (1999, p. 17), o conceito defendido por ela contempla esta ampliação, entendendo-se por patrimônio cultural:

(...) conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente. (COELHO, 1999, p. 17)



O adjetivo "cultural" passou a ser utilizado para designar o conjunto de bens culturais, sejam eles históricos, artísticos, urbanos ou arquitetônicos, ganhando trato especial graças às convenções e recomendações da UNESCO, que em 1972, na Conferência Geral de Genebra, cria a categoria de patrimônio cultural da humanidade para classificar os bens culturais de excepcional valor universal, quer do ponto de vista histórico, artístico ou científico.



**Figura 1 Tapete da Semana Santa em Mariana.**

Foto: Márcio Eustáquio

A partir desta abrangência, o patrimônio cultural passa a ser definido pela UNESCO como:

O legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. (UNESCO, 1972)

Com o passar do tempo o conceito de patrimônio é ampliado, e hoje, temos outros termos agregados, sendo diferenciado em patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio ambiental, patrimônio natural, dentre outros.

Tal ampliação semântica à qual são agregados novos adjetivos: cultural, histórico, ambiental, natural, dentre outros, apresenta uma evolução em relação aquele primeiro conceito atribuído ao termo patrimônio pelo direito romano; se a princípio o foco era o bem privado acumulado por uma família, agora o foco está no coletivo, nos bens acumulados por um povo, por uma nação e transmitidos de geração para geração.

Essa ampliação do conceito reflete ainda uma mudança de paradigma. Entende-se, atualmente, que não somente os bens de valor excepcional devem ser conservados, nem tampouco que os bens sejam conservados de forma isolada. Temos conjuntos arquitetônicos inteiros tombados, assim como representações da arquitetura vernacular, estilos antes não valorizados como o ecletismo e o *Art Nouveau*. Além da valorização das manifestações artísticas, do "saber fazer", dos usos e costumes de um povo.

Castriota (2009, p.96-100) aponta dois exemplos interessantes que comprovam o deslocamento do conceito de patrimônio, através de reconhecimento de exemplares da arquitetura vernacular. O pesquisador cita o caso da *Watts Towers*, uma obra construída no distrito de Watts em Los Angeles, de 1921 a 1924 por Sabato Rodia, um imigrante italiano. Desde 1990 as torres foram listadas como patrimônio da cidade, do Estado da Califórnia e dos Estados Unidos, pelo *National Park Service*. As torres são uma coleção de dezessete estruturas interconectadas, sendo que duas delas ultrapassam trinta metros de altura. Foram construídas com restos de cerâmica vindos principalmente de Malibu, onde o artista trabalhou por muito tempo, sem projeto e sem equipamentos específicos.



**Figura 2 Watts Towers**

Fonte:

<http://www.ibuildthetower.com/html/film.html>. Acesso em 08 ago. 2011

No Brasil, temos o caso do tombamento da Casa da Flor, em São Pedro da Aldeia (RJ), como observado por Castriota (2009, p. 99): “Numa demonstração cabal da ampliação do conceito de patrimônio, este produto da imaginação popular foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro”. Uma casa construída entre 1923 e 1985, construída por Gabriel Joaquim Santos, um homem negro, pobre, semi-analfabeto que garimpou, no lixo, o material utilizado na construção da sua casa: restos de cerâmica, louça, vidro, ladrilho, objetos descartados por alguém tais como velhos bibelôs, lâmpadas queimadas, correntes, tampas de metal, manilhas, faróis de automóveis além de conchas, pedrinhas, e muitas outras quinquilharias. Segundo as palavras do



**Figura 3 Vista interna da Casa da Flor**

Fonte: <http://www.casadaflor.org.br/intro.htm>  
Acesso em 14 de agosto de 2011.

construtor da casa “tudo caquinho, transformado em beleza...”<sup>1</sup>. Em 2007, o Ministério da Cultura, através da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, também reconheceu publicamente a relevância do trabalho do Sr. Gabriel, na Casa da Flor, através da entrega do Prêmio de Culturas Populares.

O processo de ampliação do conceito de patrimônio trouxe também novas discussões acerca da preservação patrimonial aliada ao processo de desenvolvimento das cidades e suas constantes transformações.

A cidade é um organismo vivo em constante processo de transformação, por isso, não deve ser pensada como um grande museu a céu aberto, de forma a congelar a vida em seu espaço. Aqui cabe ressaltar que, ao compararmos a cidade a um museu, o fazemos considerando um conceito mais antigo de museu, no qual o espectador apenas admirava as coleções, sem possibilidade de interação. Sabemos que assim como o conceito de patrimônio evoluiu, o conceito de museu também evoluiu. Segundo a pesquisadora Vânia Santos (2005, p.37):

O museu é um processo permanente de contextualização; a informação deve ser apresentada como uma entre outras leituras dos fatos. Assim percebemos que a sociedade contemporânea deve cobrar dos museus a tarefa de ampliar e renovar os serviços pedagógicos, oferecendo um conjunto de ações que abarque todos os públicos.

A autora continua dizendo que:

Na atual Museologia, os museus não se sustentam simplesmente pela contemplação, mas pela possibilidade da manipulação e até da interatividade com o visitante, que passa de espectador a ator. O museu, na atualidade, conduz à ampliação do conteúdo e a uma finalidade mais social, o museu é o mediador entre o sujeito e a sociedade. (SANTOS, 2005, p.37)

Retomando a caso do patrimônio, é fundamental considerarmos que nas cidades habitam pessoas com os mais diversos desejos e necessidades. A grande questão desafiadora está em conciliar o processo de renovação, intrínseco a qualquer cidade, à melhoria da qualidade de vida e da preservação. Os monumentos já não podem mais ser percebidos como um bem isolado, eles fazem parte de uma paisagem e seu entorno, seus elementos, também possuem valores e retratam uma época, um estilo de vida.

---

<sup>1</sup> Frase e fotos extraídas do site <<http://www.casadaflor.org.br/intro.htm>>. Acesso em 14 de agosto de 2011.

O professor Leonardo Castriota (2009, p. 88 e 89) ressalta que ao pensarmos na questão da preservação do meio ambiente urbano lidamos com um duplo condicionamento: se por um lado temos a cidade como um organismo vivo em processo de constante renovação, por outro lado, cabe à sociedade e ao Governo orientar esse processo de renovação e transformação, garantindo que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento. Para Castriota não se trata de congelar a vida nas cidades, ou transformá-las em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria da qualidade de vida tanto nas áreas consideradas “históricas” quanto nas áreas mais novas. Sendo assim ele aborda o conceito contemporâneo de “patrimônio ambiental urbano”, matriz a partir da qual é possível pensar a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações de uma visão tradicional. Pensar a cidade sob a visão de “patrimônio ambiental”, é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que informa a cidade e não apenas monumentos “excepcionais” isolados. Assim, é preciso pensar nos monumentos como algo além de uma edificação que retrata um momento singular do passado, mas fundamentalmente percebendo as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e que meio urbano é fruto dessas relações. Para Castriota, preservar o patrimônio ambiental urbano é muito mais que simplesmente tombar determinadas edificações ou conjuntos: é, antes, preservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infra-estrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural.

Para Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 36)

(...) considero que uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação.

No presente trabalho, a consideração mais relevante, que adotamos da ampliação do conceito de patrimônio é a ampliação do campo de visão, que não mais está

voltada exclusivamente para o bem e seu entorno, mas abrange também os atores que se relacionam com o bem. Passamos a questionar para quem este bem é relevante, de que forma é relevante, porque é digno de preservação e de que forma essa preservação deve se consolidar a partir da percepção dos valores que a sociedade lhe atribui.

Metodologicamente, deslocou-se o eixo de análise, que antes repousava na natureza do objeto como elemento determinante do conceito de patrimônio, para a relação ou relações que se estabelecem entre o objeto e os diferentes sujeitos, no tempo e no espaço. (ARAÚJO, 2004, p.304).

Entendemos que conservar um bem vai muito além de conservar a sua estrutura física; é indispensável entender os valores atribuídos ao bem e conservá-los.

## **2.1 As teorias da conservação**

A ameaça da perda dos bens carrega consigo o desejo de conservá-los. A Revolução Industrial é grande exemplo de descontinuidade e que mais uma vez a iminência da perda fortalecerá o interesse pela conservação patrimonial. Tal acontecimento teve uma função de divisor de águas na história da conservação patrimonial. “A partir de 1820, o monumento histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível; os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda irremediável” (CHOAY, 2006, p. 136). Com a Revolução Industrial, o modo de vida das pessoas será fortemente alterado; o trabalho manual será substituído pelas máquinas, surgem novas tecnologias de construção, novos materiais, novas relações de trabalho. Esses fatores estão aliados ainda à necessidade de expansão das cidades, com a modificação do seu traçado, uma vez que estas teriam novas funções. Em meio a este cenário a idéia de preservação passou a preocupar mais ainda o homem.

Segundo Choay (2006, p. 137-139) é neste contexto, que a França e a Inglaterra voltam os olhares para o monumento histórico, embora os valores atribuídos por um e outro país sejam diferentes. Na França, um país de tradição rural, o processo de industrialização é legitimado pelo desejo da modernidade. Independente de seus efeitos negativos e perversos, a idéia do progresso encanta os franceses que, por

um tempo, se esquecem do patrimônio construído até então. Os franceses reconhecem a importância do monumento histórico, que merece ser conservado, mas acreditam que ele só existirá nos registros literários. Diferentemente, os ingleses, que ignoram esse fatalismo, não se conformam com a idéia do desaparecimento dos prédios antigos em favor da nova civilização. Para eles, os monumentos do passado são necessários à vida do presente.

À medida que há a valorização dos monumentos históricos, como forma de registro da história de uma nação, surge a necessidade de saber conservá-los e restaurá-los. Alguns monumentos tombados apresentavam fissuras, risco de desmoronamento, infiltrações, desprendimento de camadas de tintas, entre outros problemas na estrutura física desses monumentos e, assim, surge no século XIX a restauração como disciplina.

### 2.1.1 Ruskin versus Viollet-le-Duc

Duas doutrinas se defrontam, sendo cada uma delas atribuída àquele que a defendeu com maior afinco: Ruskin baseado em uma idéia anti-intervencionista, predominante na Inglaterra e Viollet-le-Duc, baseado na idéia intervencionista, predominante nos países Europeus.

Ruskin defende a manutenção dos monumentos da seguinte forma:

É-nos proibido tocar nos monumentos do passado. “Nós não temos o mínimo direito de fazê-lo. Eles não nos pertencem. Pertencem em parte àqueles que os edificaram, em parte ao conjunto das gerações humanas que virão depois de nós”. Qualquer intervenção nessas “reliquias” é um sacrilégio. (CHOAY, 2006, p. 155).

Ruskin admite que os monumentos sejam consolidados, desde que a intervenção seja feita de forma imperceptível. Recomenda que devemos cuidar bem dos monumentos para que não seja preciso restaurá-los. Esta idéia fica clara no artigo sobre o *Crystal Palace* de Ruskin (*apud* CHOAY, 2006, p. 156)

salvo na medida em que seja preciso consolidá-lo ou protegê-lo [...]. Essas operações necessárias se limitam a substituir as pedras gastas por novas, no caso em que estas sejam absolutamente indispensáveis à estabilidade

do edifício; a escorar com madeira ou metal as partes suscetíveis de desabamento; a fixar ou cimentar em seu lugar as esculturas prestes a se desprender; e, de modo geral, a arrancar as ervas daninhas que nascem nos interstícios das pedras e a desobstruir os condutos pluviais. Mas nenhuma escultura moderna e nenhuma cópia devem, *jamaís*, sejam quais forem as circunstâncias, ser associadas às obras antigas. (grifo de Ruskin)

Na França, a teoria do restauro é atribuída a Viollet-le-Duc que, quase um século depois, se opõe à teoria de Ruskin. Na visão de Viollet-le-Duc “restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado” (CHOAY, 2006. p. 156). Ele acrescenta uma fachada gótica que nunca havia existido na catedral de Clermont-Ferrant, acrescenta flechas à Notre-Dame de Paris e à Sainte-Chapelle, algumas esculturas destruídas ou mutiladas são substituídas por cópias. Vale ressaltar, que nesta época os monumentos franceses estavam em um estado de degradação. “Viollet-le-Duc tem a nostalgia do futuro, e não a do passado” (CHOAY, 2006, p. 158).

### 2.1.2 Camilo Boito

Camillo Boito (1835 – 1914), engenheiro, arquiteto e historiador da arte, vai um pouco além das discussões de Ruskin e Viollet-le-Duc. Boito faz uma interpretação das duas teorias e retira o melhor de cada uma delas. Segundo Choay (2006, p. 165) Boito concorda com Ruskin no que diz respeito à conservação dos bens, baseada na noção de autenticidade. Defende que não se deve preservar apenas a pátina dos edifícios antigos, mas também os acréscimos devidos ao tempo e rejeita a reconstrução das partes desaparecidas, ação essa que é defendida por Viollet-le-Duc. Já a favor de Viollet-le-Duc, Boito defende a prioridade do presente em relação ao passado e legitima a ação de restauro. Apesar de defender que o restauro é apenas um paliativo e que só deve ser realizado em casos de extrema necessidade, quando todos os outros meios de salvaguarda (consolidação, manutenção, consertos imperceptíveis) tiverem fracassados.

### 2.1.3 Alois Riegl

Uma contribuição mais elaborada surge a partir de Alois Riegl (1858 – 1905), jurista, filósofo, historiador e com experiência em museus. A teoria de Riegl retira o melhor de cada uma das teorias anteriores e trata o patrimônio com uma dupla abordagem: histórica e interpretativa. As tradutoras, Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini, da versão do francês para o português do livro de Alois Riegl, o culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese, fazem a seguinte ponderação durante a introdução:

À dominância objetiva de sociedades anteriores, Riegl opõe o traço subjetivo da sociedade moderna, importante não só porque relativiza a visão monolítica e absoluta da história, que se transforma também num ponto de vista, num modo de ver, sentir e avaliar de um tempo, capaz de, portanto, decidir qual o valor incide sobre o objeto e qual deve ser a atitude de quem o recebe: guardá-lo, deixá-lo degradar-se, usá-lo, restaurá-lo etc. – motivação, inclusive, de todo o seu texto, mas também porque: aloja a sua concepção próxima da aceção da história cultural do início do século, contra a história factual; e aproxima seus estudos da psicologia, que, de maneira geral, era o encaminhamento novo das ciências humanas à época. (RIEGL, 2006, p. 31-32)

Segundo Choay (2006, p. 168), Riegl defende a idéia de que somente uma investigação sobre os valores atribuídos pela sociedade, a um bem patrimonial pode fundamentar uma prática, por isso, a dupla abordagem – histórica e interpretativa. Para ela, a análise de Riegl é estruturada em duas categorias de valores: a de rememoração – ligada ao passado, que se vale da memória; e a de contemporaneidade – ligada ao valor artístico e ao valor de uso, pertencente ao presente.

Os valores estabelecidos por Riegl podem ser assim representados:

- Valores de rememoração:

- Valor histórico (monumento histórico)
- Valor de ancianidade (monumento histórico)
- Valor rememorativo intencional (monumento)

- Valores de contemporaneidade:



- Valor de uso (monumento e monumento histórico)
- Valor artístico
  - valor de novidade (monumento e monumento histórico)
  - valor artístico relativo (monumento histórico)

Vale ressaltar que o estudo de Riegl considera monumento como sendo algo feito intencionalmente para registrar, que se destina a lembrar as gerações futuras de um fato e/ou uma ação e monumento histórico, algo que foi feito sem a intenção de marcar, mas acaba se transformando em um monumento pelos olhares do historiador ou de um amante da arte.

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada com propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos). (RIEGL, 2006, p. 43)

O valor de ancianidade, descrito na categoria dos valores de rememoração, refere-se às marcas deixadas pelo tempo nos monumentos.

O monumento não deve ser subtraído da ação dissolvente das forças da natureza, na medida em que essa se exerce com uma constância tranqüila e inexorável, e não por uma destruição repentina e violenta. (...) O culto do valor de antiguidade opõe-se<sup>2</sup>, assim, diretamente, à conservação do monumento: pois, sem dúvida, o jogo livre das forças naturais objetiva necessariamente a destruição total do monumento. A ruína torna-se cada vez mais pitoresca em função do número de suas partes atingidas pela degradação. (RIEGL, 2006, p. 73)

O valor de ancianidade entra em conflito consigo mesmo, na medida em que entendemos que o tempo deve agir sobre os monumentos até que se tornem ruínas, mas ao se tornarem ruínas disformes, nas quais já não apresentem mais nenhum traço da obra original, o monumento caminha para seu total desaparecimento, o próprio valor de ancianidade, também perde forças. Sendo assim, do ponto de vista do valor de ancianidade, não devemos buscar a conservação eterna do monumento, e sim, entender o processo de criação e destruição.

Riegl, porém faz uma ponderação quanto ao valor de ancianidade lembrando-nos que temos outras categorias de valores a serem consideradas

---

<sup>2</sup> O valor chamado de antiguidade na tradução de Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini corresponde, ao que tratamos neste trabalho, de valor de ancianidade.

Toda conservação de monumentos deverá, atualmente, portanto, contar com o valor de antiguidade, sem que esse dispense o exame da validade simultânea dos outros valores, valor de rememoração e valor de contemporaneidade. Essa validade estabelece que será necessário comparar esses valores com o valor de antiguidade, e preservar os primeiros se o valor de antiguidade se apresentar menos importante. (grifo nosso) (RIEGL, 2006, p. 76)

Diferentemente do valor de ancianidade que valoriza as marcas deixadas pelo tempo, para o valor histórico “as alterações e degradações parciais são perturbadoras” (RIEGL, 2006, p. 76). Para o valor histórico tanto melhor quanto mais próximo do seu estado original o monumento se apresente, “maior é o valor histórico quanto menor é o valor de antiguidade” (RIEGL, 2006, p.81).

Apesar do culto ao valor histórico dar importância ao estado original do bem, Riegl pondera que as destruições passadas deixadas pelo tempo não devem ser reparadas, porém, o valor histórico não tolera as destruições futuras, que são defendidas pelo valor de ancianidade.

O culto do valor histórico, que deve velar pela conservação dos monumentos no seu estado presente, leva necessariamente a exigir que, por todos os seus meios, a intervenção humana freie o curso da evolução e pare o progresso normal da decomposição pelos agentes naturais. (RIEGL, 2006, p. 78)

Ao confrontar os valor histórico e o valor de ancianidade Riegl diz ainda que “o valor histórico é conservador; pretende tudo preservar, e no estado presente. O valor de antiguidade tem a vantagem de ser mais fácil de se respeitar na prática” (RIEGL, 2006, p. 83).

No que diz respeito à percepção do espectador, o valor histórico exige um grau de conhecimento para percebê-lo, já o valor de ancianidade pode ser percebido de imediato por todos, “o valor de antiguidade pretende agir sobre as massas”. (RIEGL, 2006, p. 70).

De fato, os critérios pelos quais reconhecemos o valor de antiguidade são geralmente tão simples que são acessíveis mesmo aos indivíduos inteiramente preocupados com seu bem-estar físico e a produção de bens materiais. O camponês mais conservador será capaz de reconhecer a torre antiga de uma igreja de um campanário novo. O valor de antiguidade sobrepõe-se com evidência ao valor histórico, que repousa sobre um fundamento científico, e, portanto, só é acessível por um esforço de reflexão. (RIEGL, 2006, p.75)

Ainda na categoria dos valores de rememoração, temos o valor de rememoração intencional que “liga-se ao fato da edificação do monumento: ele impede quase definitivamente que um monumento sucumba no passado, o guarda sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras” (RIEGL, 2006, p. 85).

A partir do conceito do valor de rememoração intencional surge um novo conflito entre os valores agrupados como ‘valores de rememoração’.

Enquanto o valor de antiguidade é fundado exclusivamente na degradação, e o valor histórico quer interromper essa a partir de uma intervenção, que perde sua razão de ser sem as degradações anteriores, o valor de rememoração intencional não reivindica menos para o monumento que a imortalidade, o eterno presente, a perenidade do estado original. A ação dos agentes naturais, que se opõe à realização dessa exigência, deve ser combatida com energia, os seus efeitos sempre contrariados. Assim, uma coluna comemorativa em que as inscrições se apagassem cessaria de ser um monumento intencional. A restauração é, pois, o postulado de base dos monumentos intencionais. (grifo nosso) (RIEGL, 2006, p. 85 e 86)

Sendo o valor de rememoração intencional a favor, e até dependente, do processo de restauração, surge um conflito declarado com o valor de ancianidade, uma vez que, sem a restauração o valor de rememoração se finda.

Na categoria dos valores de contemporaneidade, Riegl descreve o valor de uso e o valor artístico que, por sua vez, se subdivide em valor de novidade e valor artístico relativo. Para o valor de contemporaneidade o que importa é o monumento na sua integridade, com aparência de algo novo que não tenha sofrido com a ação do tempo. Sob este aspecto o valor de contemporaneidade entra em conflito com o valor de ancianidade, o que só poderá ser resolvido pelo sacrifício total ou parcial de um dos valores.

O valor de uso entra em cena, quando nos deparamos, por exemplo, com um edifício antigo que continua sendo utilizado. A integridade física e a saúde de seus ocupantes devem ser garantidas e, por isso, as trincas, infiltrações ou outras ações decorrentes do tempo devem ser combatidas. Para Riegl (2006, p. 93) “as margens impostas ao valor de antiguidade só serão reduzidas se o valor de uso é associado a um valor de novidade”.

Riegl (2006, p. 94) convida-nos a uma reflexão sobre o valor de uso. Ele diz que suponhamos que pudéssemos substituir todos os monumentos utilizáveis por

edifícios modernos, permitindo que os monumentos seguissem seu percurso natural sem restauração, mas também sem utilização prática, e deixássemos o valor de ancianidade prevalecer. E Riegl nos questiona: o valor de ancianidade iria nos servir melhor? Ele responde, sem hesitação, que não. Mesmo porque o espetáculo promovido pela natureza sob o monumento, através do qual percebemos o valor de antiguidade, perderia forças se o homem parasse de utilizar o monumento. Riegl acredita que mesmo o adepto mais fervoroso defensor do valor de ancianidade ficaria mais incomodado com o abandono de um templo religioso em uma animada rua de Roma, por exemplo, a ver tal edifício sendo visitado e utilizado pelos fieis. Trata-se de obras que nos acostumamos a presenciá-las, sendo utilizadas, nos perturba vê-las esvaziadas do uso, dando assim uma impressão de destruição ainda mais violenta, insuportável, mesmo para o culto do valor de ancianidade. Em contrapartida, monumentos já totalmente destituídos de uso e que se encontram em ruínas, apresentam-se aos nossos olhos com todo o encanto do valor de ancianidade.

Riegl diz que o conflito entre o valor de uso e o valor de ancianidade se finda a partir da definição se o monumento é utilizável ou não, e assim, a vitória será do valor cujas exigências estejam de acordo com as exigências de outros valores.

Em seus estudos, Choay (2006, p. 169), entende que Riegl coloca o valor de uso como sendo inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos. Quanto ao valor artístico, Riegl cria duas subcategorias: o valor artístico relativo – atribuído às obras artísticas antigas que continuou acessível à sensibilidade moderna; e o valor artístico de novidade – que diz respeito à aparência fresca e intacta destas obras.

Para o valor de novidade (RIEGL, 2006, p. 96) declara que toda obra de arte moderna deve apresentar-se sob um aspecto concluído, cujas formas e cores não manifestem nenhum sinal de degradação. Porém tal integridade perfeita, exigida pelo valor de novidade, é quase impossível de ser alcançada. Sendo assim, para que um monumento que apresente marcas de degradação possa satisfazer o valor de novidade, é necessário submetê-lo a um processo de restauração, recuperando suas formas e cores, no intuito de reencontrar o caráter de novidade tal como uma

obra que acaba de nascer. Riegl (2006, p. 97) diz ainda que “o valor de novidade só pode, então, ser preservado por medidas contrárias ao valor de antiguidade”.

Para a maioria das pessoas o valor de novidade é mais bem aceito que o valor de ancianidade. Somos, de uma maneira geral, acostumados a valorizar os monumentos que tenham o aspecto de algo novo. As infiltrações, trincas, e outras marcas de envelhecimento nos incomodam.

Riegl sintetiza o conflito entre o valor de ancianidade e o valor de novidade pautado na questão do uso do monumento:

Quando se trata de obras que não têm mais o valor de uso, o valor de antiguidade consegue, na maior parte dos casos, impor seus princípios para o tratamento dos monumentos. O contrário se dá quando intervêm simultaneamente as exigências do valor de uso, pois, para a maioria, um monumento ainda utilizado deve apresentar, mesmo em nossos dias, a aparência juvenil e robusta de suas origens e recusar as marcas de seu envelhecimento ou de suas fragilidades. (RIEGL, 2006, p. 99)

Sobre o valor artístico relativo Riegl (2006, p. 108 e 109) informa que do ponto de vista moderno, um monumento não pode apresentar valor artístico para as gerações posteriores, e menos poderá, à medida que maior for o lapso de tempo entre o monumento e a geração que o vivencia ou pela própria evolução artística. Acreditava-se que as obras antigas fossem superiores às obras modernas, ainda que aquelas não tivessem sido relevantes na época em que foram criadas pela sociedade que as viu nascer, e aqueles monumentos atribuía-se o valor de arte absoluto. A partir do século XX, para a grande maioria, essa teoria cai por terra, e passa-se a acreditar que o valor absoluto não existe. Assim deve-se explicar a superioridade de certas obras antigas sobre as modernas de outra forma, que não a existência de um valor de arte absoluto. Se a obra de arte antiga consegue, ainda hoje nos agradar, significa que os aspectos atraentes da obra sobrepõem-se aos aspectos repugnantes.

Riegl comenta ainda os aspectos positivos e negativos do valor de arte relativo. Positivamente (RIEGL, 2006, p. 110) se o monumento ainda satisfaz nossa vontade artística devido a certas qualidades relacionadas as suas cores e formas, ele suscita necessariamente o desejo de não permitir diminuir essa significação, contrariando necessariamente o valor de antiguidade, uma vez que não iremos aceitar a ação de degradação dos agentes naturais. E, talvez, desejando ainda restabelecer o

monumento no estado original, baseando na justificativa de que isso atenderia melhor à vontade artística do presente. Riegl (2006, p. 111) exemplifica essa situação, procurando imaginar um quadro de Botticelli que tivesse recebido retoques barrocos e, por isso, apresentaria um valor de ancianidade, já que os acréscimos antigos produzem atualmente o mesmo efeito de uma ação natural, e até mesmo um valor histórico. Entretanto, ninguém hoje em dia hesitará em retirar tais retoques e resgatar o Botticelli original, sob a justificativa de que a obra de Botticelli original corresponde mais à vontade artística do presente que o desenho e a pintura do barroco italiano.

O aspecto negativo do valor artístico relativo (RIEGL, 2006, p. 112) seria no caso do monumento nos parecer estilisticamente perturbador e feio à vontade artística moderna e desejarmos a sua destruição por completo. Riegl pondera que apesar de ser raro que um monumento seja destruído, unicamente, por causa de seu valor artístico relativo, não podemos negligenciar esse aspecto negativo na prática da conservação.

Interessante é perceber que as categorias de valores descritas por Riegl são, em algum ponto, conflitantes. O valor de ancianidade é contrário ao valor de novidade e se sobrepõe ao valor histórico, por exemplo. Isso porque o valor de ancianidade é aquele que dá a idéia da passagem do tempo, que atribui ao monumento a aparência de velho, de algo antigo. Ao contrário do valor de novidade que dá ao monumento a aparência de novo, tal como o monumento era assim que foi criado. Já ao valor histórico interessa a integridade do bem sem, alteração de suas características, e assim sendo, permite e até solicita restauro, no intuito de garantir sua permanência ao longo do tempo.

Comparando outros valores, percebemos que o valor de uso pode contrariar o valor histórico, o valor de ancianidade e o valor artístico relativo. O valor de uso refere-se aos prédios e obras antigas que continuam sendo utilizados e, muitas vezes, o uso impõe a necessidade de restauração e de intervenções, contrariando assim, o valor de ancianidade e o valor histórico.

A chave da teoria de Riegl é entender que em relação à conservação dos monumentos os valores precisam ser estudados, que em algum momento poderão

ser conflitantes e em cada caso um valor irá de sobrepor ao outro e, assim sendo, em um processo de restauração alguns valores serão evidenciados, enquanto outros ficarão à margem do processo. Por isso, citamos acima que Riegl relativizou as teorias da conservação que existiam até então. A teoria de Riegl não é algo fechado e acabado, ela nos coloca para refletir sobre o caso de cada monumento que necessite de intervenção. Não há nesta teoria uma única resposta que sirva para todos os casos.

Castriota (2011, p. 204) ao estudar a teoria de Riegl, comentando outros autores que também a estudaram, diz que o modelo proposto por Riegl tem uma estrutura binária, compreendendo dois grupos de valores, porém não é um modelo dual que apresente um confronto bélico entre os valores, nem tampouco visa construir um sistema. Ao mesmo tempo que Riegl apresenta, em detalhes, cada categoria de valores e seus significados e tenta explicitar sistematicamente as camadas de significados dos monumentos, ele mesmo coloca o sistema em questão, apresentando continuamente suas contradições internas e os entrelaçamentos dialéticos dos diversos aspectos da grade de valores proposta.

Muito mais que algo objetivo, o valor seria mais uma “capacidade de orientação”, uma “tendência”, que exprime a ligação com os assuntos humanos, com a história e as vicissitudes do sujeito, de um lado, e com suas formações culturais e sociais, por outro: não haveria, assim, um valor previamente estabelecido a se reconhecer, mas sempre um valor a ser atribuído num jogo complexo e mutável. (CASTRIOTA, 2011, p. 206)

Nessa matriz complexa de valores iremos nos basear para estudar o caso da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, nosso objeto neste trabalho.

## **2.2 A Carta de Burra**

A Carta de Burra do ICOMOS da Austrália, de abril de 1979, com a última revisão em novembro de 1999 orienta para a conservação e gestão dos sítios com significado cultural através da sistematização de um processo prático e representa um marco se comparada às demais cartas patrimoniais.

Do ponto de vista das cartas patrimoniais, o grande marco dessa virada vai ser a Carta de Burra do ICOMOS australiano, que, em 1979, introduziu o conceito de “significância cultural” e todas as suas implicações subjetivas associadas. Em vez de procurar uma verdade unívoca como haviam feito as doutrinas anteriores, a Carta de Burra abria-se para uma pluralidade de valores, considerando, inclusive, os valores dos grupos não-dominantes. Apesar de não abandonar uma abordagem “científica”, este documento, pela primeira vez, fala de “valor social”, que, como explica o artigo 2.5 das “Guidelines to the Burra Charter: Cultural Significance”, “abarca as qualidades pelas quais um lugar se tornou um foco de sentimento espiritual, político, nacional ou de outra natureza, de um grupo dominante ou minoritário” (CASTRIOTA, 2011, p. 24)

A Carta de Burra vai de encontro à teoria de valores proposta por Riegl, na medida em que nos traz uma discussão acerca dos valores atribuídos aos bens patrimoniais, a partir do significado cultural de um sítio.

*Significado cultural* significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atuais ou futuras.

O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados. (AUSTRALIA ICOMOS, 2000, art.1)<sup>3</sup>

Ressalta também que como os valores são atribuídos por indivíduos ou grupos de pessoas estão sujeitos a alterações ao longo do tempo “os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes” (AUSTRALIA ICOMOS, 2000, art. 1), tanto em função da continuidade da história do sítio, ou em consequência de novas informações. Trata ainda da importância da participação popular no processo de formação das decisões.

A conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais, ou que têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio. (AUSTRALIA ICOMOS, 2000, art. 12)

A Carta também se assemelha à proposta de Riegl, quando joga o maior foco de atenção para os valores atribuídos ao bem, em detrimento da estrutura física do próprio bem; “o objetivo da conservação é a retenção do valor do significado cultural de um sítio” (AUSTRALIA ICOMOS, 2000, art. 2) e complementa dizendo “a conservação está baseada em uma relação de respeito pela fábrica, pelo uso, pelas associações e pelos significados. Ela exige uma abordagem cuidadosa alterando-se tanto quanto necessário, mas tão pouco quanto possível” (AUSTRALIA ICOMOS,

---

<sup>3</sup> As transcrições da Carta de Burra foram traduzidas pela autora.



2000, art. 3), ou seja, reafirma que o foco de atenção já não é mais a exclusividade da estrutura física do bem, mas dos valores atribuídos ao bem.

A Carta de Burra traz ainda outras relevantes contribuições. Sugere a elaboração de uma declaração de significância<sup>4</sup> para os sítios e cria um processo para a sequência de investigações, decisões e ações:

Devem ser preparadas declarações escritas sobre o *significado cultural* e a política para o *sítio*, justificadas e acompanhadas pelas evidências e suporte. As declarações sobre o significado e a política devem ser incorporados num plano de gestão para o sítio. (AUSTRALIA ICOMOS, 2000, art. 26)

As notas explicativas da Carta (AUSTRALIA ICOMOS, 2000, p. 8), ainda ressaltam que as declarações de significância e a política devem ser conservadas numa base regular para revisão e correção, caso sejam necessárias.

Sobre o Processo da Carta de Burra diz:

O *significado cultural* de um *sítio*, e outras questões que afetem o seu futuro, ficam melhor compreendidos por uma sequência de coleta e análise da informação antes da tomada de decisões. Primeiro vem a compreensão do significado cultural, depois o desenvolvimento da política e, finalmente, a gestão do sítio de acordo com essa política. (AUSTRALIA ICOMOS, 2000, art. 6)

Zancheti *et al.* (2009, p.47) fazem um estudo sobre a Carta de Burra e vão além da proposta da Carta. Destacam a importância do documento, porém fazem a ressalva de que o Processo da Carta deve ser alterado em função dos desafios de natureza plural, polivalente e contingente dos valores. Isso porque para Zancheti *et al.* (2009, p.49) os valores que fundamentam o significado cultural podem mudar ao longo do tempo, devido à contínua transformação dos sítios, dos agentes envolvidos e dos contextos em que são definidos. À significância cultural de um conceito que é potencialmente sujeito a um limite de tempo, ou seja, perde a validade a longo prazo.

Zancheti *et al.* (2009, p 50) dizem que a Carta de Burra defende que os valores são inerentes aos objetos, quando na verdade, para eles, os valores são atribuídos aos objetos e essa identificação de valores está ligada à percepção dos indivíduos e dos

---

<sup>4</sup> Apesar de concordarmos com a importância da Declaração de Significância isso ainda não é instituído no Brasil, por isso, não elaboramos neste trabalho uma Declaração de Significância para a Câmara de Mariana.

grupos sociais atribuída aos objetos ao longo do tempo. Por isso, é individual (do sujeito), que é o principal elemento a atribuir conhecimento aos objetos. A relação do objeto com o sujeito não é única, mas variável e dependente dos contextos (social, político e cultural), local e tempo. A análise sócio-cultural apóia a ideia de que o sujeito é o agente ativo no processo de atribuição de significados aos objetos, mas entende que o assunto é colocado dentro uma pessoa coletiva, e que ele/ela não atua, de forma isolada, como um indivíduo. Assim, o significado é múltiplo e diversificado no tempo e no espaço, e é sempre avaliado no presente. Além disso, o significado deve ser determinado por diferentes grupos sociais e não apenas por especialistas.

Um conjunto de valores, formando uma declaração de significância, "fixo" no tempo, pode levar à perpetuação de alguns valores por causa dos próprios procedimentos de conservação. Sucessivos processos de restauração e ações de preservação, utilizando a mesma declaração de significância, tendem a reforçar valores do passado e criar barreiras que impedem o aparecimento e identificação de novos valores.

Com essa argumentação, os autores do artigo propõem uma nova definição para significado cultural

Significado cultural é redefinido como o conjunto de todos os valores identificados resultantes do contínuo (o passado e o presente) julgamento e a validação social dos significados dos objetos. A partir desta definição, deve ser observado que o significado inclui os valores do presente e do passado e, aqueles que estão em disputa entre os envolvidos, e aqueles que não mais têm significado no presente, mas que ainda estão na memória coletiva, ou gravados na memória dos instrumentos. (ZANCHETI *et al.*, 2009, p. 51)

Zancheti *et al.* (2009, p. 52) conclui o artigo dizendo que a declaração de significância de um sítio será sempre o retrato de um determinado tempo, pelo seu significado cultural e não pode ser compreendida em sua totalidade uma vez que não é possível identificar e representar todos os significados que patrimônio tem para os indivíduos e grupos sociais envolvidos com a conservação. O significado cultural passa por mudanças e deve ser reavaliado e reconstruído de tempo em tempo.

## 2.3 Identificando os valores, os atores e a metodologia utilizada em um processo de conservação de um bem patrimonial

A partir do entendimento das teorias de conservação apresentadas, fica claro que em todo processo de conservação ou de intervenção em um bem patrimonial deve-se levar em consideração os valores que são atribuídos a este bem por diversos atores que se inter-relacionam com o bem em questão. Porém surge a questão de como devemos proceder para realizar a leitura desses valores em um bem, uma vez que devemos também considerar a diversidade dos valores que envolvem o patrimônio, tais como valores culturais, econômicos, políticos, estéticos, científicos, sociais e históricos, que algumas vezes, se complementam, em outras, se sobrepõem. Outra questão relevante é o fato destes valores não serem estáticos, e dialogarem diretamente com os fatores tempo e influências contextuais, ou seja, tendências culturais, forças de mercado, frentes políticas, dentre outras.

O estudo realizado de Randall Manson<sup>5</sup>, publicado pelo *Getty Conservation Institute*, vem a esclarecer este aspecto e diz que o planejamento e a gestão encontram um triplo desafio, primeiro em identificar todos os valores do patrimônio em questão, seguido da descrição destes valores e por fim, como integrá-los e classificá-los, ou seja, criar uma espécie de ranque de prioridades destes valores. Vale ressaltar, que a maior dificuldade se dá na presença de valores conflitantes, o que exige o desafio da não sobreposição. A metodologia proposta para avaliar a significância cultural e os valores subdivide em três etapas, a primeira de identificação e descrição dos valores que define os objetivos e os agentes envolvidos, ou seja, as partes interessadas “*stakeholders*”, culminando em um local de descrição e documentação que se distribui para a segunda etapa, de avaliação e análise, que considera os condicionantes físicos, o contexto da gestão e principalmente os significados e valores culturais em um conjunto integrado para a avaliação; por fim, evoluem para a terceira etapa, as respostas, que estabelece políticas, fixa objetivos, desenvolve estratégias e sistematiza e prepara o plano de ação. Esta metodologia envolve o

---

<sup>5</sup> Texto baseado no artigo *Assessing the Values of Cultural Heritage*, disponível em <[www.getty.edu/gci](http://www.getty.edu/gci)>. Acesso em 06 fev. de 2011. Tradução da autora.

procedimento de acompanhar, revisar e examinar as etapas descritas durante todo o processo. Desta forma, as tarefas envolvem: identificar, elaborar/descrever, declarar/revelar, tendo como ferramentas a consulta das partes interessadas e envolvidas e a busca por métodos de análise (econômicos, culturais, etc), trabalhos em grupos; onde ambos culminarão na integração das avaliações e estabelecerão as políticas correlatas entre os valores e os recursos físicos, baseando-se no princípio da sustentabilidade e, portanto, orientarão as tomadas de decisões.

Randall Manson salienta ainda que a questão sobre os valores ocupa o que podemos denominar de “centro do palco”, por ser o elo principal quando se trata de decisões sobre a conservação do patrimônio, uma vez que o valor sugere utilidade e benefícios, e a herança cultural é apreciada por meio do valor simbólico e representativo em uma sociedade. O autor demonstra esta afirmação quando levanta duas questões: “qual o valor dessas coisas?” e “de onde vêm esses valores?”. A resposta está naquilo que legitima o valor, sendo assim, em sua significância sobre os valores: espiritual, histórico, estético, econômico, político/representativo, dentre outros. Diante desta polivalência de valores, que é uma qualidade essencial do patrimônio, sugere-se uma pluralista e eclética abordagem para a sua avaliação.

Os valores são incorporados na cultura e nas relações sociais, que estão sempre em fluxo. Realidades políticas – os padrões de poder que juntam e separam as diversas partes interessadas no patrimônio - estão sempre presentes. O objetivo prático na concepção de metodologias, abordagens, rotinas e ferramentas é, portanto, não para procurar a melhor resposta única ou precisão técnica. Pelo contrário, o foco nas metodologias trará informações relevantes para dar suporte ao processo, e vai estimular o objetivo de alcançar uma participação mais ampla e significativa.

Durante o processo de escolhas metodológicas para avaliação dos valores Manson nos coloca algumas questões que devem ser consideradas.

Primeiro que o processo de avaliação de valor não é uma simples de identificação e mensuração simultâneas, como medir a temperatura. Avaliação pode ser dividida em três partes: levantamento, identificação e elaboração (incluindo a exploração das conexões e sobreposições), *ranking* e priorização.

Segundo que nenhum método isoladamente será suficiente para a compreensão dos valores de um bem, dada a natureza complexa dos valores de patrimônio. Para medir suficientemente todos os valores de determinado bem patrimonial um conjunto de métodos – qualitativo ou quantitativo, econômico ou antropológico – será provavelmente o melhor caminho.

Em terceiro lugar deve-se levar em consideração o contexto – ambiente físico, geográfico, padrões históricos, processos sociais – que impactam no patrimônio e sua conservação. Estes incluem as condições culturais, sociais, econômicas e outras contribuindo para a significância, bem como a gestão do ambiente físico do local. Heranças locais e objetos devem ser entendidos em relação ao seu contexto, em outras palavras, de forma holística. Pode-se não compreender totalmente um local sem entender seus contextos, que, forçosamente, se estendem além do local propriamente dito literal e conceitualmente.

Quarta, várias complicações fluem a partir do fato que os valores vêm de pessoas sendo, portanto, opiniões. Valores entram em jogo apenas quando são articulados e defendidos pelas partes interessadas. Mas quem faz uma consulta ou pergunta? Como é a ampla rede de informantes e porta-vozes e especialistas? Onde se pode traçar a linha para limitar a número de vozes para que a diversidade de valores seja representativo e não-gerenciáveis e esmagadora? Não há nenhuma solução universal para este dilema, mas também não há uma só intuição para seguir. Estas perguntas são direcionadas por análise de público alvo e métodos etnográficos. Outra complicação se refere a como alguém faz as perguntas - ou, nos termos definidos acima, como alguém levanta valores? Primeiro, deve-se apontar para uma diversidade de ferramentas e formas de conhecimento (não apenas numérica, não apenas narrativa); segundo, pode-se buscar os tipos de valores e as partes interessadas que normalmente se provam indefinidos – comunidades desfavorecidas, valores espirituais, um sentido de lugar.

A avaliação completa de valores do patrimônio vai exigir um conjunto diversificado de métodos e uma abordagem flexível, o que Manson define como 'caixa de ferramentas'. O objetivo da abordagem 'caixa de ferramenta' é considerar todos os valores patrimoniais relevantes sobre a mesa, construir o balanço mais praticável

possível para informar a formulação de políticas e tomada de decisão utilizando para isso uma variedade de ferramentas na sua avaliação.

Para gerenciar essa variedade de ferramentas disponíveis no plano 'caixa de ferramenta', a noção de triangulação é útil. Triangulação, que exige o uso de um conjunto de diferentes métodos de forma complementar, deve estar no centro de uma abordagem para suscitar e avaliar os valores do patrimônio. O princípio subjacente é que camadas de diferentes e peças complementares de informação irão produzir uma resposta mais precisa do que seria a busca de um ou dois pedaços de informação.

Dada a sua diversidade, o levantamento dos valores patrimoniais para um local requer o uso deste tipo de ampla rede por escalonamento de abordagens diferentes para produzir resultado mais robusto. O objetivo de uma metodologia flexível e útil para a avaliação de valor tem que ser mantida na perspectiva de o objetivo maior de buscar práticas mais sustentáveis e políticas para a conservação do patrimônio. É uma verdade incontestável, dizer que a mesma abordagem não irá funcionar em todos os lugares, em todos os contextos culturais, para todos os tipos de patrimônio. Portanto, a abordagem deve ser adaptável e variável.

Para a identificação dos valores além da necessidade de definição do método de pesquisa a ser aplicado devemos também nos atentar, conforme apontado por Manson, em definir quem são os atores que se relacionam com o bem em questão para que estes participem dos grupos de estudo. Assim, identificando os grupos de interessados, que sejam capazes de representar o todo, e empregando métodos destinados a alcançar e ouvi-los à luz de seu caráter particular e capacidade são necessários em qualquer metodologia para avaliação do valor do patrimônio. Para garantir a melhoria tanto no processo como no resultado, circunscrição análise e identificação das partes interessadas é tarefa extremamente importante.

Uma análise minuciosa dos atores é necessária para identificar todas as partes interessadas: dentro e fora, próximo e distante, presente e projetando para o futuro. Esta análise deve informar a composição de uma equipe de projeto e um processo de consulta que representa diferentes posições relevantes das partes interessadas tanto quanto possível. A análise dos atores também deve ser revista periodicamente

ao longo do projeto, grupos novos ou diferentes podem vir à luz. Uma segunda medida para assegurar a participação é a preocupação com a seleção do conjunto de metodologias etnográfica - econômica. O propósito básico é envolver muitas partes interessadas na valorização do patrimônio conduzindo o planejamento da conservação e gestão, envolvendo-os com as ferramentas para o apontamento dos valores atribuídos ao bem patrimonial. Mais adiante apresentaremos a seleção dos grupos de pessoas e os métodos de pesquisas selecionados para o estudo dos valores no caso da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

### **3 A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA: HISTÓRICO E PAPEL NA SOCIEDADE**

No Brasil, a sede da administração e da justiça foi a Casa de Câmara e Cadeia que, com as igrejas, figuram no primeiro plano, do quadro das nossas vilas e cidades, nos primeiros quatrocentos anos de vida do país (BARRETO, 1949, p. 5)

Após a discussão da questão macro deste trabalho: o patrimônio, os atores envolvidos e os valores atribuídos aos monumentos, passaremos ao caso da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, com o objetivo de unir a discussão teórica à uma aplicação prática.

#### **3.1 A formação da cidade e a instalação da Câmara**

A versão histórica oficialmente aceita, segundo Fonseca (1998, p. 28), diz que as primeiras bandeiras paulistas de Miguel Garcia e Salvador Fernandes Furtado descobriram, em 16 de julho de 1696, um rio riquíssimo em ouro que batizaram de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Ali foram repartidas as primeiras lavras e erguidas algumas cabanas, formando um núcleo primitivo, que recebeu o nome de Mata Cavallo. Neste núcleo, construiu-se uma pequena e singela capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo.

A notícia do descobrimento do ouro se espalhou e, em 1698, portanto apenas dois anos depois do descobrimento, o arraial já contava com uma população suficientemente numerosa, o que levou o Coronel Salvador Furtado a pleitear o reconhecimento institucional do crescimento do arraial perante a Igreja e ao Estado. Três anos depois, ou seja, em 1701 a solicitação foi atendida, e o arraial foi elevado à categoria de paróquia ou freguesia.

A ocupação residencial inicial foi em torno da primeira capelinha erguida em homenagem a Nossa Senhora do Carmo, logo que as primeiras bandeiras chegaram, no local, até então denominado Mata Cavallo, mais tarde conhecido como



Arraial de Cima ou Arraial Velho, em comparação ao Arraial de Baixo que começava a se formar. Segundo Antonill (*apud* FONSECA, 1998, p. 29) terríveis períodos de fome assolaram a região, interrompendo o crescimento do arraial do Carmo. Com isso, o primeiro aglomerado teria sido abandonado por duas vezes, entre 1697 e 1698, e depois entre 1701 e 1702.

Por volta de 1703, um dos primeiros desbravadores da região, o português Antônio Pereira Machado, comprou novas terras e começou a procurar o ouro que os antecessores não haviam encontrado. O português ergueu uma ermida dedicada à Nossa Senhora da Conceição, que mais tarde se tornaria, após algumas ampliações a Igreja Matriz. Logo a notícia do sucesso do ouro se espalhou novamente, atraindo antigos e novos moradores. Segundo Diogo de Vasconcelos (*apud* FONSECA, 1998, p. 29), Antônio Pereira permitia que muitos morassem em suas terras e trabalhassem nas minas. Assim, em torno da ermida da Conceição, iniciou a formação do Arraial de Baixo.

Em 1709, Dom Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho assumiu o governo das Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo e, segundo Kantor (1998, p. 144), foi incumbido pelo Rei de sossegar os povos, criar as vilas e estabelecer formas de arrecadação dos quintos na região aurífera. O dicionário Houaiss define o quinto como sendo “no período colonial, imposto cobrado pelo erário português, correspondente à quinta parte do ouro, prata e diamantes extraídos do solo brasileiro”. Em 1711, com o fim da Guerra dos Emboabas, Dom Antônio de Albuquerque, com o intuito de conseguir um maior controle da região mineradora, criou as primeiras vilas. Nessa época, o arraial do Carmo contava com uma numerosa população, o que justificava a ascensão da paróquia a um novo patamar, o de vila. Assim, em abril daquele ano o povoado passou a Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo de Albuquerque, conforme consta no Termo de Vereação

Aos 8 dias do mês de Abril de mil setecentos e onze nas casas em que mora o Senhor Governador e Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, acham-se presentes em junta geral, que o dito Senhor ordenou para este mesmo dia as pessoas e moradores principais deste distrito de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, lhes fez presente o dito senhor que, na forma das ordens de Sua Majestade que Deus Guarde, tinha determinado levantar uma vila neste distrito e arraial, por ser sítio mais capaz para ela, e que como para se erigir era somente preciso concorrerem os ditos moradores para a fábrica da Igreja, elevando Câmara e Cadeia,

como era estilo, e pertencia a todas as repúblicas (...). (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, II, 1897, p. 81)

Segundo Fonseca (2011, p. 147) três meses depois, ou seja, no dia 08 de julho de 1711, os arraiais de Nossa Senhora do Antônio Dias e Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto tornaram-se Vila Rica, através da união destas duas paróquias. Posteriormente (FONSECA, 2011, p.148), a paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Barra de Sabará foi promovida a Vila Real de Sabará.

A primeira providência a ser tomada, quando da criação de uma vila, era a determinação do seu termo, ou seja, as fronteiras do novo município, e a delimitação do rossio, terreno público administrado pela Câmara, segundo as Ordenações do Reino (FONSECA, 1998, p.34). Outras premissas para criação de uma Vila eram a construção de uma casa para abrigar a Câmara e a Cadeia; a ereção de um pelourinho, símbolo da justiça e da autonomia do município e a adequada conservação da igreja matriz. A Câmara Municipal de Mariana foi fundada em 1711 (KANTOR, 1998, p.144) sendo, portanto, a mais antiga de Minas Gerais.

Dentre as orientações para a ereção da vila, já citadas, estava a preocupação com a Igreja Matriz. Em 1707, a capelinha da Conceição sofreu a primeira ampliação. Segundo Fonseca (1998, p. 35) em 1712, depois da criação da Vila, a capelinha é escolhida para ser readequada e tornar-se Matriz, uma vez que se encontrava em terreno mais apropriado e de fácil acesso da população nascente. Antônio Pereira doa, portanto, o terreno onde se encontrava a capela já que, segundo as leis eclesiásticas, para que uma capela se tornasse matriz era necessário que estivesse em terras públicas. Entre 1712 e 1718, a capela recebeu mais uma reforma e ampliação.

Segundo transcrição da ata da eleição, contida na revista do Arquivo Público Mineiro (1897, II, pp. 82-83), no dia 4 de abril de 1711 convocou-se a junta para se preparar a eleição da nova Câmara de Vila do Carmo. Exatamente três meses depois, dia 4 de julho, ocorreu no Palácio em que morava o Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a primeira eleição livre do Estado de Minas Gerais e, no dia seguinte, tomaram posse os eleitos: o Capitão-Mor Pedro Frazão de Brito para juiz mais velho, Joseph Rebello Perdigão para juiz mais moço, Manoel Ferreyra de Sá, para vereador mais velho, Francisco Pinto de Almendra, para

segundo vereador, Jacinto Barboza Lopez, para terceiro vereador e Torcato Teyxeira de Carvalho, para procurador.

Fonseca (2011, p. 150) ressalta que as eleições dos membros da câmara, no Reino e nas colônias, seguia as Ordenações do Reino, com um sistema bastante complexo, que pode assim ser resumido:

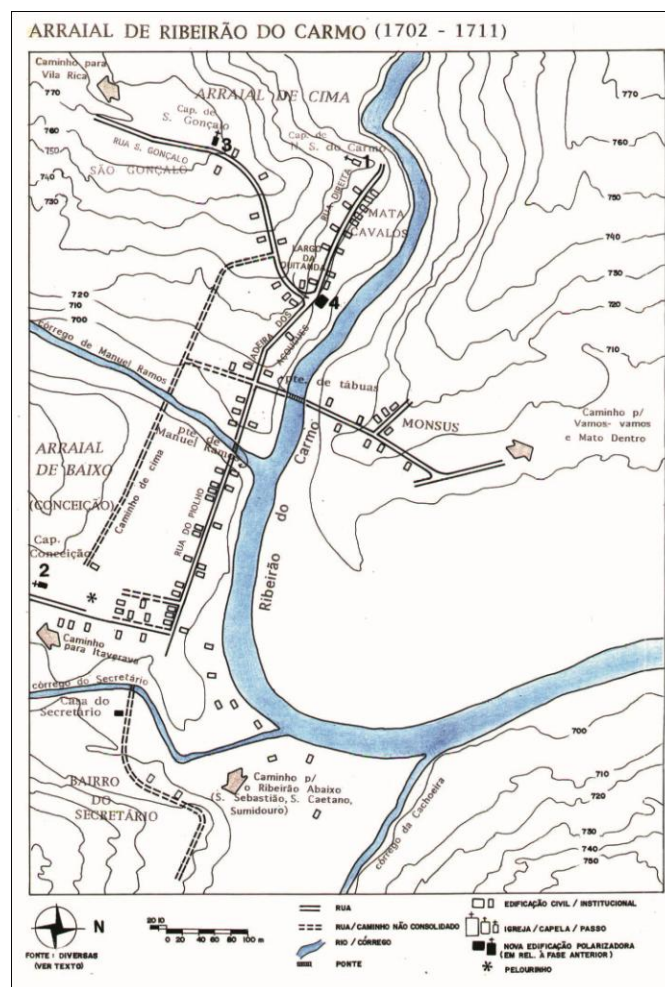
Era um tipo de eleição indireta. Os representantes das melhores famílias da terra, os homens bons reunidos na casa da câmara, indicavam seus eleitores. Estes, apartados em três pares, organizavam, cada qual, uma lista tríplice com os nomes dos que escolhessem para futuros vereadores. Um oficial régio ou senhorial, em geral o ouvidor, ou, na sua falta, o juiz mais velho em exercício, conferia as listas e formava com os nomes mais votados três róis definitivos que se encerravam em bolas de cera, chamadas pelouros. Na primeira semana de dezembro de cada ano, diante do povo reunido em seção especial da câmara, era escolhido um menino que tirava de um cofre contendo os pelouros uma das listas com o nome dos oficiais que exerceriam a governança no ano seguinte. (Bicalho *apud* FONSECA, 2011, p. 150)

Com o crescimento do Arraial de Baixo, somado à destituição da capelinha bandeirante de Nossa Senhora do Carmo de seus foros de matriz, em favor da Conceição e, da singela das construções, parecia que o arraial de Cima estava condenado à desvalorização. As sucessivas enchentes ocorridas por volta de 1743 que atingiram o Arraial Velho ou Mata Cavallo contribuíram ainda mais para sua desvalorização (FONSECA, 1998, p. 40). A instalação dos novos edifícios públicos e novas moradias se deu preferencialmente no novo núcleo. A capelinha da Conceição, após algumas intervenções, tornou-se a Igreja Matriz, passou a abrigar ao seu redor outros símbolos do poder colonial – o pelourinho, a cadeia, a Casa da Intendência, a casa dos Juizes de Fora - acentuando a relevância do novo núcleo.

Segundo Marx (*apud* FONSECA, 1998, p.37) além da praça da matriz, outros locais ao seu redor tendiam, com o tempo, a se valorizarem. Nessa época, a atual Rua Direita era apenas o “caminho de cima” que fazia a ligação entre o Arraial de Cima e o Arraial de Baixo por um trecho ainda não consolidado, que começa a ganhar importância, quando a capelinha é transformada em Matriz. Por isso este trecho passa a ser a nova “Rua Direita”, ou seja, a rua que dá acesso direto à Matriz. Essa rua foi mais tarde escolhida, para abrigar o pretendido Palácio dos Governadores. Por volta de 1715, atrás da Matriz, construiu-se um edifício destinado a ser moradia do terceiro governador, o Conde de Assumar.

Segundo Fonseca (1998, p.37) ainda em 1711, por Carta Régia, haviam sido criadas as Companhias de Cavalos na Vila do Carmo. Por ordem do governador, construiu-se, a partir de 1719, o Quartel dos Dragões do Conde de Assumar, próximo à sua residência, local, onde décadas depois, seria construído o prédio definitivo da Câmara. Esses terrenos eram de propriedade da Coroa e foram, até 1744, ocupados por esse quartel e pelos ranchos da Companhia dos Dragões e pelos pastos para a cavalhada.

As festas populares de cunho profano, que provavelmente não eram permitidas na Praça da Matriz, aconteciam no Largo da Cavalhada, onde hoje é a Praça Gomes Freire. Na parte superior do Largo, na Rua dos Cortes ou das Cortes, por volta de 1734 (FONSECA, 1998, p.38), foi construída a Casa de Fundação do Carmo.



**Figura 4 Mapa síntese do Arraial do Carmo (1702 – 1711)**

No Arraial de Cima, local da primeira ocupação, Capela de N.S. do Carmo (1), Capela de São Gonçalo (3) e a casa onde funcionou a primeira Câmara (4). No Arraial de Baixo a Capela da Conceição e o Pelourinho (\*). Fonte: FONSECA, 1998, p. 58.

Segundo Fonseca (1998, p. 40) mesmo sabendo do problema das inundações o Rei Dom João V manteve sua decisão de instalar na Vila do Carmo, a sede do novo bispado. Essa era sua proposta desde 1720. Em 1745 concretizou-se a criação do bispado e elevou-se a vila à categoria de Cidade de Mariana, em homenagem à esposa do Rei, D. Maria Ana Victória D'Áustria. Mais uma vez, cumprindo as determinações eclesiásticas que exigiam que a sede do bispado deveria ser instalada em uma cidade, o Carmo não podia mais ser uma vila. Neste novo contexto de cidade e obedecendo as leis eclesiásticas, a cidade passou a ser subordinada diretamente à Coroa, e não mais depender de um poder regional delegado, ou de senhores de terra, como acontecia com as vilas coloniais.

Após quase meio século de exploração do ouro, a Vila do Carmo encontrava-se bastante decaída. A Igreja Matriz necessitava de alguns reparos para ter condições de se tornar Catedral da Sé. Sendo assim, o rei decidiu que uma nova cidade deveria ser construída para acolher o bispado. Para cumprir tal missão, o rei designou o engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim para levantar, na referida Vila do Carmo, a planta de uma cidade a ser construída. (FONSECA, 1998, p.41)

Os terrenos do pasto da Cavahada, nas proximidades do Quartel dos Dragões, eram de propriedade da Coroa, e já vinham, desde 1740, sendo solicitados pela Câmara, por diversas razões. Os soldados haviam sido transferidos e o quartel encontrava-se em desuso. Além disso, havia a necessidade de reinstalarem alguns moradores provenientes das áreas inundadas, somada à necessidade de construir uma nova cadeia. Para solucionar o problema da cadeia, eram necessários terrenos e recursos financeiros. Solicitou assim, a doação das terras nas proximidades do Quartel para abrir nova rua e novos aforamentos. Local onde já existia um caminho que ligava o pasto da Cavahada dos Dragões até a Fazenda do Bucão. Iniciando-se assim a conhecida Rua Nova ou Rua Dom Silvério. (FONSECA, 1998, p. 41)

Segundo Salomão de Vasconcelos (*apud* FONSECA, 1998, p.181) as primeiras reuniões da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo aconteceram na casa de um dos vereadores, Pedro Frasão, situada na antiga Rua Direita, no "Arraial Velho", próxima à capelinha que foi instituída como a primeira matriz, como apontado na figura 1. Por volta de 1722, as vereações passaram a ser realizadas em uma casa

assobradada na ladeira de São Gonçalo, na esquina da rua do “Pissarão”, onde havia também uma prisão para mulheres, em um “puxado”, construído a mando das autoridades municipais. Posteriormente, teria havido outra cadeia, que se localizava no mesmo bairro (até então chamado Rosário), que foi incendiada, sendo transferida para a Praça da Sé, onde foi construída também uma capela, logo em frente, para servir aos presos.

Segundo Fonseca (1998, p. 181) em várias ocasiões, os camaristas queixaram à Coroa, da precariedade de suas instalações, das sucessivas enchentes do Ribeirão do Carmo, principalmente as de 1737 e 1743, o que dificultava ainda mais a escolha de “cazas” que pudessem servir às funções públicas. Sendo assim, em 1744, o rei decidiu restituir à Câmara um edifício situado na atual Rua Direita e enviou a Gomes Freire de Andrade uma Carta Régia em 02 de maio de 1745, ficando os camaristas livres para dispor destas “cazas” quando

(...) nelas se não possam ou não convenha fazer-se as obras precisas para as vereações, audiências e mais serviço público, se venderão em praça pelo maior preço para seu produto se fazer edifício necessário para as ditas vereações, e mais funções públicas em sítio que fique totalmente livre de inundações do Ribeirão, o que logo poderão executar sem mais ordem que a presente os ditos oficiais da Câmara. (FONSECA, 1998, p. 181)<sup>6</sup>

Em 1747, o Governador, o Ouvidor Geral de Vila Rica e os componentes da Câmara de Mariana enviaram carta ao rei respondendo a sua ordem de que analisassem os terrenos da cidade. Escreveram:

...assentaram que era o mais adequado e congruente para a praça, cadeia, e mais edificios públicos della, o sitio onde se achão os quartéis, demolido-se os mesmos [...], sitio não acessível aos excessos e fúrias do córrego e Rio no tempo das agoas.. (FONSECA, 1998, p. 42)<sup>7</sup>

Definia-se, assim, o local onde seria construída duas décadas depois a nova Casa de Câmara e Cadeia. A escolha do terreno se deu devido as suas dimensões e da segurança que o mesmo oferecia. (FONSECA, 1998, p. 42).

<sup>6</sup> Carta régia de 02 de maio de 1745 a Gomes Freire de Andrade, a respeito da representação da Câmara da Vila do Carmo de 30 de agosto de 1742. APM, SC, cód. 45, f.4. (Citado por Cláudia Damasceno Fonseca no Termo de Mariana p. 181)

<sup>7</sup> Documento de 1747, transcrito por Claudia Damasceno Fonseca. As referências citadas pela historiadora são as seguintes: Representação de 23-9-1747 (A.H.U, MG, cx. 50, doc. 61)

Fonseca (1998, p. 44 - 45) relata que os engenheiros militares eram os técnicos da época responsáveis pela criação do plano de ordenação das cidades, tendo atuado em várias cidades importantes, como Salvador e Rio de Janeiro (cidades reais). As regras gerais eram a determinação de um local para uma praça e os principais edifícios públicos, abertura de ruas “largas e direitas” e moradias que mantivessem um grau de uniformidade na sua parte externa, ainda que no seu interior fossem cada uma ao estilo de seu proprietário. Expressões como “para maior comodidade”, “em sitio cômodo”, “para nobreza” e “aformozeamento da vila” são comumente encontradas nos documentos da época. No caso das vilas mineiras, parece que Mariana foi a que recebeu a maior atenção do rei, provavelmente por ser o centro religioso de Minas. A cidade tinha um valor estratégico, devendo ostentar uma imagem que refletisse a nova ordem social que se deseja impor, e uma imagem digna do nome da rainha – regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente e castigado pelas sucessivas inundações.

Vasconcellos (2004, p. 174) descreve Mariana ressaltando que o traçado da cidade atribuído ao Brigadeiro, sargento mor, Alpoim, é regular. A cidade é mais concentrada e quase plana, aproveitando-se as faldas pouco íngremes. Compreende genericamente uma praça central e ruas paralelas em xadrez. Por isso Mariana é tranqüila, lógica em seu traçado, sem o tortuoso dramático de outras cidade mineiras, como é o caso de Ouro Preto. E ainda complementa que é uma cidade romântica, de um romantismo acentuado pela calma da horizontalidade e por suas várias praças, que desafogam a concentração do casario e das gentes.

Na década de 60 dos setecentos começaram a ser construídos os três edifícios que compõem um dos mais belos conjuntos arquitetônicos do Brasil: a Casa de Câmara e Cadeia, e as Igrejas das Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo. Essa praça, pensada para ser o núcleo civil da cidade teve, portanto, seu caráter modificado. “O mesmo logradouro passava a congregar os símbolos da justiça e dos poderes civis e religiosos, ilustrando magnificamente o ‘casamento’ dessas instituições, e apontando as elites que moldaram este espaço urbano.” (FONSECA, 1998, p. 55)

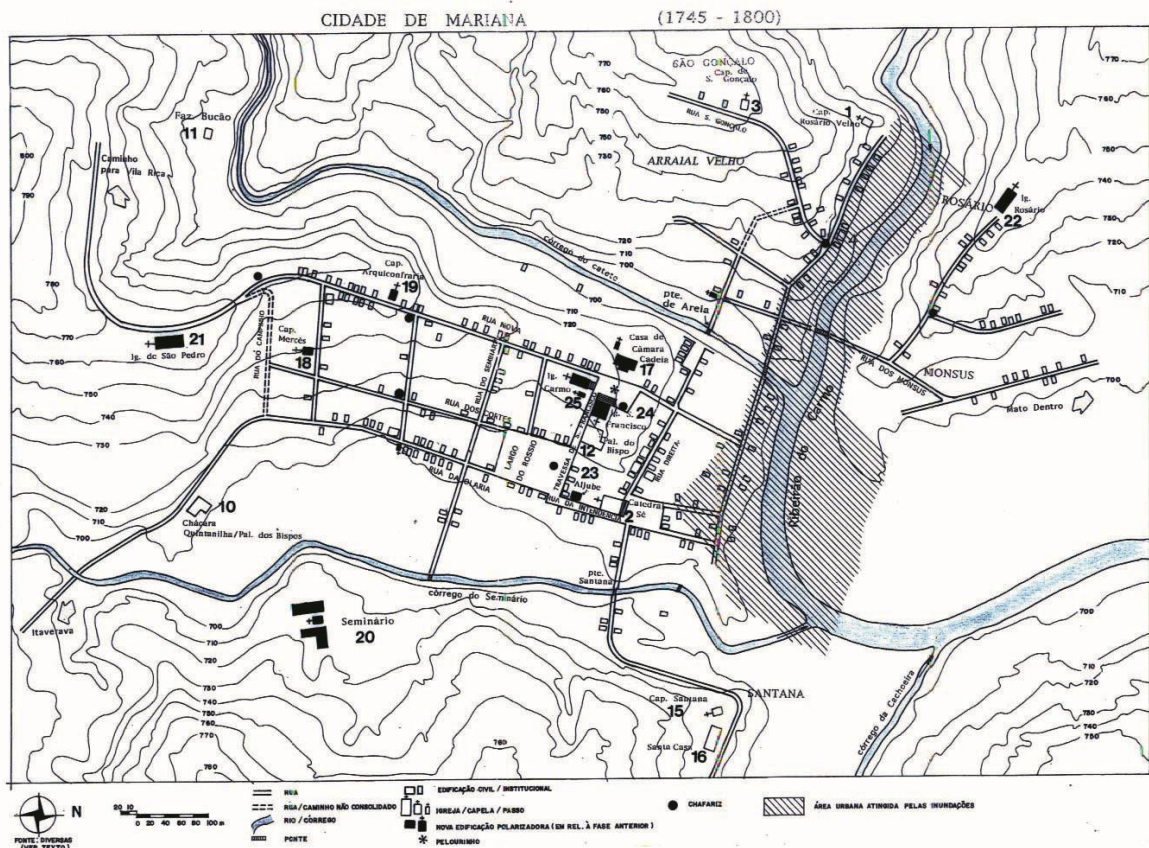
A execução de obras dessa importância obedecia geralmente a um projeto pré-estabelecido, chamado na época de “risco”. O risco da Casa de Câmara e Cadeia de

Mariana foi de responsabilidade de José Pereira dos Santos em 1762 (FONSECA, 1998, p. 182). Depois de organizados os prospectos e apontamentos para as construções, na maioria das vezes, eram realizados pregões em praça pública, para serem arrematadas por quem oferecesse o melhor preço. Em Mariana, o alferes José Pereira Arouca arrematou, em 1782, a construção da Casa de Câmara e Cadeia. (BARRETO, 1949, p.38).

A construção do edifício da Casa de Câmara e Cadeia, que já tinha seu local determinado desde 1747, iniciou-se em 1768 e foi concluída em 1798, foram gastos, portanto, 30 anos para a obra. Assim como outros edifícios importantes da cidade, a construção esteve sob responsabilidade do mestre José Pereira Arouca. Segundo Barreto (*apud* FONSECA, 1998, p. 55). Nos fundos deste prédio o construtor mandou reedificar, em 1793, a capelinha da irmandade do Senhor dos Passos, que existira defronte à cadeia velha, próxima ao largo da Sé, que fora demolida juntamente com a mesma entre 1782 e 1792. Nesta mesma época iniciou-se também a construção das Igrejas das Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco, que foram efetivamente terminadas no início do século XIX. (FONSECA, 1998, p. 55).

Barreto (1949, p.31) explica o significado dos três bens fundamentais em uma Vila: as igrejas eram “muito honradas”; os pelourinhos eram símbolo da liberdade municipal e as Casas de Câmara e Cadeia tornavam “enobrecidos” os lados da praça. Ele ainda salienta que nos estudos que realizou das cartas e atos cíveis de ereção de uma vila, que o levantamento do pelourinho era cerimônia que fazia parte do próprio ato de fundação da vila.





**Figura 5** Mapa síntese da cidade de Mariana (1745 – 1800)

A área da hachura representa a provável área atingida nas enchentes de meados do século XVIII. O núcleo urbano do Arraial de baixo encontra-se mais desenvolvido com novas edificações: Casa de Câmara e Cadeia (17), Capela das Mercês (18), Capela da Arquiconfraria (19), Seminário (20), Igreja São Pedro (21), Igreja do Rosário (22), Aljube (23), Igreja de São Francisco (24), Igreja do Carmo (25).

Fonte: FONSECA, 1998, p. 62.

### 3.2 As Câmaras Municipais seu papel na sociedade do século XVIII e XIX

Segundo Barreto (1949, p. 2 e 3) o “Domus Municipalis” era a sede da administração e da justiça, sempre construído em um local nobre da cidade, na praça central ou do mercado. Em geral, os traços marcantes das casas municipais eram os pórticos destinados a feiras e mercados em algumas delas, em outras são as escadarias na entrada do edifício ou, então, as varandas para pregões. Ao centro do edifício, geralmente, colocava-se a torre de sinos. Sinos estes que controlam a vida da cidade, com o toque de recolher, o anúncio de mortes, de celebrações dentre outros acontecimentos. Barreto ainda salienta que o “Domus Municipalis” contém a cadeia, o arsenal de milícias, as salas de reuniões para os magistrados, algumas vezes com

outras salas também e uma capela. Alguns edifícios que seguem essas determinações para a construção são o *Hotel-de-Ville* na França; *Pallazo publico* ou *Pallazo della Regione* ou, ainda *Pallazo della Communitá* na Itália; *Casas Consistoriales*, *Casas de Ayuntamientos* ou *Cabildos* na Espanha; *Paços do Concelho* em Portugal e *Casas de Câmara e Cadeia* no Brasil.

A organização no Brasil, sendo colônia de Portugal, seguiu a mesma linha do seu colonizador quanto as diretrizes religiosas, a legislação, a agricultura e as instituições municipais. (BARRETO, 1949, p. 13)

As eleições para ocupar os cargos da Câmara eram realizadas de forma indireta. Os chamados “homens bons”<sup>8</sup>, ou seja, os nobres, votavam em seis eleitos que, por sua vez votavam, em segundo turno, nos candidatos aos cargos. Sendo eleitos dois juízes de ordinários ou da terra; três ou quatro vereadores e o procurador, que nos conselhos menores acumulava também a função de tesoureiro. Os juízes ordinários exerciam alternadamente a presidência da câmara. O corpo da câmara era então formado pelos juízes, vereadores e o procurador, que se diziam oficiais da câmara. Esses oficiais exerciam suas funções gratuitamente. (BARRETO, 1949, p. 14). Havia ainda o Juiz-de-fora, nomeado pelo rei, quando o concelho era mais importante.

A câmara tinha atribuições administrativas e judiciais tanto cíveis quanto criminais. Nas questões mais graves, reunia-se o povo para deliberar juntamente com os oficiais da Câmara. Para compor o corpo da câmara era obrigatório ter os auxiliares, dentre eles os meirinhos para arrecadação dos bens do concelho; almotacés que cuidavam dos mercados, vendas públicas, limpeza das ruas e da cidade; escrivães, tabeliães, inquiridores, aferidores, avaliadores, arruadores, porteiros, etc. (BARRETO, 1949, p. 15 e 16). Durante um longo período do século XVIII, cabia ainda aos camaristas o recolhimento do quinto, o tributo mais importante cobrado pela Coroa dos exploradores de ouro (BRANDÃO, 2009, p. 19)

Brandão sintetiza as funções da Câmara como sendo:

---

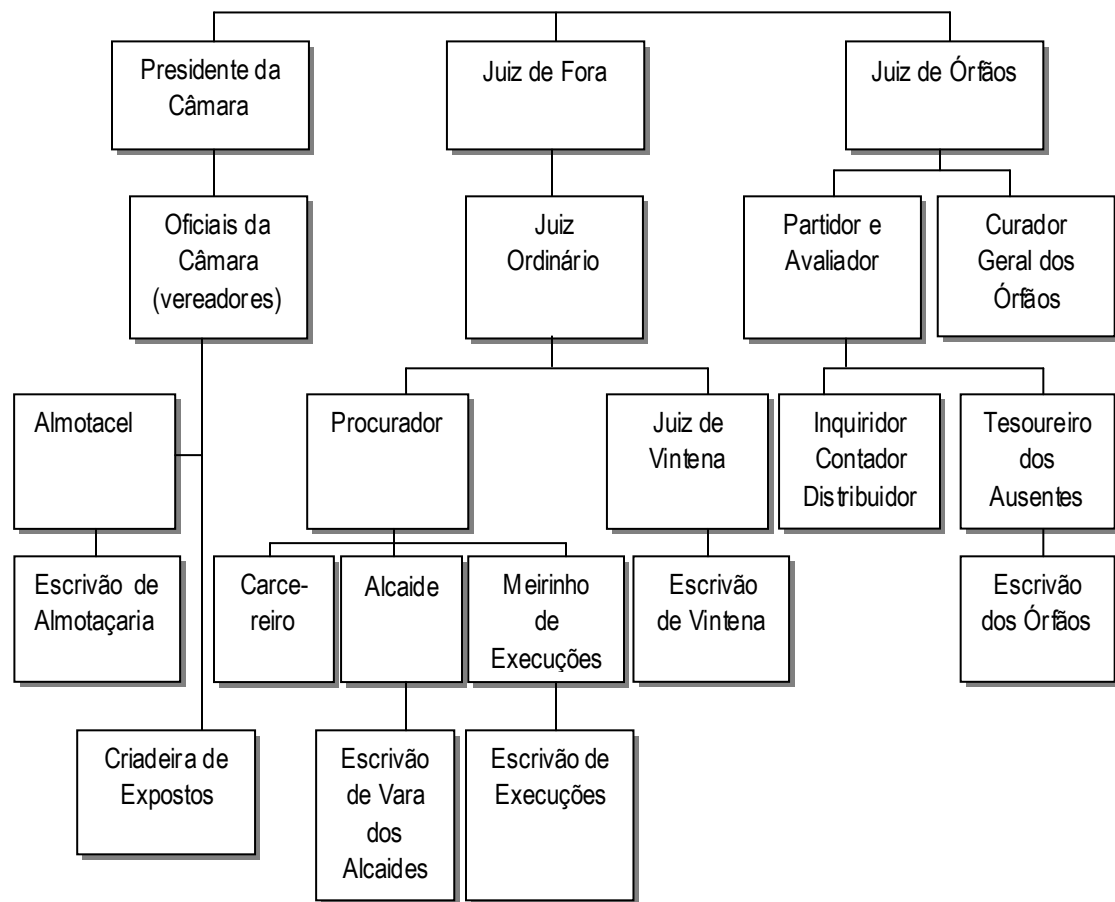
<sup>8</sup> Os critérios de definição dos “homens bons” eram os seguintes: ser maior de 25 anos, economicamente independente, ter boa reputação, ser chefe de família. Finte: Códice Costa Matoso *apud* em FONSECA, 2011, p. 610.

No tocante às Câmaras municipais, competia a elas atuarem como um tribunal de primeira instância em casos sumários; na esfera fiscal, incidir na arrecadação dos impostos municipais, obtendo daí sua receita, para além da obtenção de rendas provenientes das multas passadas a infratores pelos almotacés. Foram, ainda, responsáveis por supervisionar a distribuição e o arrendamento das terras municipais e comunais, lançar e cobrar taxas municipais, fixar preços de venda de produtos e provisões, verificar licença a vendedores ambulantes e de construção; assegurarem a manutenção de obras públicas, regulamentarem feriados e procissões, sendo também responsável pelo policiamento, pela saúde e sanidade pública (Boxer, 2002). Não obstante, cabia às Câmaras a regulamentação, organização e patrocínio de festas referentes à família real e ao calendário litúrgico, o que no caso da Câmara de Vila do Carmo, abocanhava uma significativa parcela da sua receita. (BRANDÃO, 2009, p. 20)

Segundo Barreto (1949, p.16 e 17) as câmaras eram subordinadas aos ouvidores, que homologavam as eleições e passavam as “cartas de usança” aos oficiais e faziam as “correições”. Junto às câmaras, existia também um corpo com atribuições semelhantes à atual Justiça do Trabalho, composto por escrivães de ofício. Segundo Barreto vários autores concordam em dizer que durante o período colonial há uma grande confusão entre os poderes administrativo e judicial. Esta forma de organização colonial vigorou até a lei de 1º de outubro de 1828 quando foi abolida toda atribuição de caráter judicial da câmara e a transformou em instituição meramente administrativa, passando a depender, a partir de então, dos Concelhos Gerais, dos Presidentes de Província e do Governo Geral. Foram abolidas, nas câmaras, corporações de ofício, seus juízes, escrivães e mestres.

Para a melhor visualização da estrutura da Câmara na era colonial e respectiva função de cada cargo, vamos nos basear no estudo de Renato Pinto Venâncio (1998, p.139). Ressaltando que as atividades de natureza militar foram retiradas da estrutura, pois a documentação camarária apresenta consideráveis lacunas a este respeito.

### Estrutura do Senado da Câmara da Vila do Carmo (1711 – 1745)



**Figura 6 Estrutura do Senado da Câmara da Vila do Carmo (1711 – 1745)**

Fonte: VENÂNCIO, 1998, p.139

O Juizado de Órfãos tinha um encargo de natureza econômica e era responsável pela fiscalização da transmissão de heranças pela administração dos bens de herdeiros menores de idade. O Juiz de Fora tinha um encargo de natureza judiciária e, juntamente com seus subordinados, eram responsáveis pela abertura de inquéritos, prisões e devassas. O Presidente da Câmara e os vereadores tinham encargo de natureza política, devendo zelar pela manutenção da ordem, divulgar deliberações da Coroa e servir de intermediários entre a população local e o poder metropolitano. Aos funcionários da Almoçaria, de encargos de natureza fiscal, cabia a cobrança dos impostos, redação das atas e dos demais documentos camarários relativos à fiscalidade. As criadeiras, encargo de natureza assistencial, eram contratadas para cuidar de recém nascidos enjeitados, que recebiam um pecúlio trimestral até a criança completar sete anos de idade.

Na segunda fase, 1746 – 1808, a estrutura geral da Câmara sofreu algumas modificações, ampliando o número de cargos e a abrangência dos serviços. Em cada um dos três eixos principais demonstrados no organograma, Presidente da Câmara, Juiz de Fora e Juiz de Órfãos, surgem novos cargos.

No eixo do Presidente da Câmara, surge o cargo de Cirurgião do Partido, subordinado aos Oficiais da Câmara. Um cargo de natureza assistencial, que seu ocupante tinha por obrigação, no caso das câmaras portuguesas, decretar quarentena com o objetivo de evitar a propagação de doenças.

No eixo do Juiz de Fora e estando no mesmo nível deste, surge o cargo de Juiz das Demarcações de Sesmarias, um cargo de natureza territorial. O responsável por conceder sesmarias era o governador, porém, em Minas, as câmaras eram consultadas, devido aos freqüentes conflitos nas disputas dos limites das sesmarias, no período de expansão das atividades agrícolas. Subordinado diretamente ao Juiz Ordinário, surge o solicitador de Causas e o Jurador. Subordinado ao Alcaide surge o Porteiro de Juízo e, subordinado ao Escrivão de Meirinho das Execuções, surge o contínuo.

No eixo do Juiz de Órfãos e subordinado diretamente a este, surge o Aprovador de Testamentos. O Escrivão de Órfãos passa a ser subordinado ao Inquiridor Contador Distribuidor. Também, como subordinado, surge o Escrivão de Testamentos da Suplicação. E subordinado ao Tesoureiro dos Ausentes, surge o Meirinho dos Ausentes e, subordinado a este último, surge o Escrivão do Meirinho dos Ausentes.

Ainda nesse estudo o autor, Renato Pinto Venâncio, destaca que as câmaras coloniais luso-brasileiras possuíam grande autonomia administrativa.

A partir da independência do Brasil, o Império institui o código criminal de 1830 e o código de processo de 1832. Em 1841 são criados os cargos de chefes e delegados de polícia. E, a partir da lei de 20 de setembro de 1871, as funções judiciais passam a pertencer exclusivamente às autoridades judiciárias (BARRETO, 1949, p. 17).

Durante o Brasil Colônia, época em que não havia distinção entre poder executivo e legislativo, não existindo a figura do prefeito, segundo Leal

As Câmaras possuíam funções amplas – cabia-lhes cuidar do centro urbano, estradas, pontes, prisões, matadouros, abastecimento, iluminação, água, esgotos, saneamento, proteção contra loucos, ébrios e animais ferozes, defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, sossegos público, polícia de costumes etc., - sintetizadas, na promoção e manutenção da tranqüilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e das ruas das povoações. (Leal *apud* CHAVES *et. al.*, 2008, p. 17)

Andrade (1998, p.127) também faz um estudo sobre as funções das Câmaras Municipais, no período colonial, e destaca que a jurisdição dos juízes, vereadores e de um procurador, composição da Câmara naquela época, era bastante ampla sendo eles responsáveis por funções administrativas, políticas, jurídicas e fiscais. Ele diz que os camaristas cuidavam, auxiliados pelos contratadores e funcionários assalariados, das leis gerais e das posturas do município, do abastecimento de gêneros alimentícios, da higiene e da saúde local, das obras e construções de necessidade e uso da população, da assistência social, da fiscalização e taxaço dos serviços e mercadorias, da ordem e da segurança da população local.

Max Fleiuss (*apud* BARRETO, 1949, p. 15) descreve as funções da Câmara como sendo: “jurisdição sobre caminhos, chafarizes, pontes, calçadas, fontes e etc. Taxava oficiais mecânicos, jornaleiros, mercadorias e provia posturas. Cabia à Câmara legislar, administrar, policiar e punir”.

Somente após a Revolução de 1930, as prefeituras são criadas para assumir a responsabilidade das funções executivas dos municípios. Conseqüentemente, as Câmaras Municipais passaram a assumir as funções legislativas.

### **3.3 O processo de tombamento do edifício da Câmara Municipal de Mariana**

Nos arquivos do IPHAN é possível consultar o processo de tombamento da Câmara, arquivado sob o número 414-T de 1949. Em 10 de novembro de 1949 Sylvio de Vasconcellos, então Chefe do Distrito da D.P.H.A.N encaminha um documento contendo uma lista de vários monumentos do Estado de Minas Gerais que deveriam

ser inscritos no livro do Tombo sob a justificativa que “não só porque de fato merecem esta providência como porque assim ficaremos a salvo de dificuldades futuras frente aos possíveis danos que venham a sofrer”.

Em Mariana, a indicação é para que se inscreva no livro do Tombo a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, o Albuje, o Seminário Menor, o Poço da Smaritana, o Passo da Ponte de Areia, o Passo da ladeira da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, além da Matriz dos distritos de Furquim e Camargos.

Em resposta ao pedido de Sylvio de Vasconcellos, em 30 de novembro de 1949, Lúcio Costa, então Diretor do DET e Rodrigo Mello Franco de Andrade, então diretor do PHAN, assinam um documento atestando concordarem com o tombamento dos monumentos elencados por Sylvio de Vasconcellos.

Em 02 de dezembro de 1949, Rodrigo M. F. Andrade envia a notificação de número 593 ao Prefeito de Mariana, Cônego José Cotta, comunicando a determinação de inscrição da Casa do Paço Municipal no Livro do Tombo das Belas Artes.

Em 14 de dezembro de 1949, o Prefeito responde a notificação, acusando recebimento e demonstra estar de acordo com o tombamento.

Em 19 de dezembro de 1949, Carlos Drummond de Andrade inscreve a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, sob o número 345, folha 71, no livro do Tombo das Belas Artes.

O processo de tombamento deste prédio é relativamente simples, pode ser caracterizado como um arquivamento de trocas de correspondências entre o SPHAN e o Prefeito de Mariana, o qual é apenas notificado da decisão. Maria Cecília Londres Fonseca afirma em seu estudo que:

Na *fase heróica*, o processo de decisão quanto à seleção e à valoração dos bens a serem tombados era conduzido quase exclusivamente pelos funcionários da instituição ou por seus colaboradores. Raros eram, então, os pedidos de tombamento de fora do órgão, sendo a participação de elementos externos à instituição possível apenas nesse momento do processo, o do pedido de tombamento. (FONSECA, 2005, p. 113)

Nesse mesmo estudo a autora faz uma análise do quantitativo de bens tombados e respectivas inscrições nos Livros dos Tombos. Maria Cecília afirma que até o final de

1969, foram tombados 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais. E quanto às inscrições, a predominância é do Livro de Belas Artes com 340 inscrições, seguida pelas duplas inscrições no Livro Histórico e no Livro de Belas Artes, contabilizando 217.

(...) embora não fosse admitido explicitamente, na prática, o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro de Belas Artes. (FONSECA, 2005, p. 114)

O processo de tombamento da Câmara não foge às observações constatadas no estudo da Maria Cecília Londres Fonseca; foi um processo conduzido pelos técnicos do SPHAN, sendo desnecessárias justificativas extensas. O valor em voga era o estético, o valor histórico não era o de maior atenção, e por isso observamos a Casa de Câmara e Cadeia sendo inscrita no Livro de Belas Artes, apesar de toda a relevância histórica da instituição.

### **3.4 A relevância histórico cultural da Câmara Municipal de Mariana**

O prédio da Câmara Municipal de Mariana, assim como a instituição propriamente dita, são relevantes sob o ponto de vista histórico-cultural, por uma série de fatores, dos quais aqui destacaremos alguns, no intuito de fundamentar essa afirmativa.

Essa é a primeira Câmara do Estado Minas Gerais, fundada em 04 de julho de 1711. O fato de ser a primeira conferia, na década de vinte dos setecentos, a esta Câmara (BARRETO, 1949, p.18) a prerrogativa de preceder a todas da capitania, concorrendo em atos públicos de junta, e aos vereadores foram concedidas honras de cavaleiro.

A Câmara de Vila do Carmo recebeu concessão dos privilégios da Câmara do Porto e o título de Leal Vila. Isso significava que os camaristas do Ribeirão do Carmo teriam direitos de usar armas ofensivas e defensivas e não estavam obrigados a prestar serviços nas guerras, dar pousada, adega ou cavalos, salvo por sua própria vontade. Também podiam fazer uso de espadas com bainha de veludo, trajes de seda e terços dourados, além de outras imunidades que propiciavam condição de fidalguia aos vereadores.



(Revista do Arquivo Público Mineiro – ano 2, fascículo 1, 1897, p. 148, 149 e 152 *apud* CHAVES *et. al.*, 2008, p. 46 e 47)

### 3.4.1 Aspectos construtivos e localização



**Figura 7 Prédio da Câmara Municipal de Mariana**

Foto: Lincon Zarbiatti. 30 jan. 2012. Todos os direitos reservados.

Os aspectos construtivos e a localização da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana são capazes que comprovar a importância e a atenção que a instituição recebeu na época da sua construção.

A construção se deu no espaço, até então, ocupado pelo Quartel dos Dragões. Segundo Fonseca (1998, p.37) o quartel foi criado por ordenação do Rei em 1711, teve sua construção iniciada em 1719 e funcionou até 1744. O quartel já estava desativado e fora construído ali justamente pela localização privilegiada e vista para o Ribeirão do Carmo, no intuito de controlar a atividade mineradora e vigiar a vida das pessoas.

O local escolhido era considerado nobre e digno de receber a construção de uma Casa de Câmara e Cadeia, sendo um dos pedaços de terra mais valiosos na época,

devido a sua localização física. Estava próximo à Igreja Matriz e, conseqüentemente, à Rua Direita. Ladeada por duas outras igrejas que começavam a ser construídas – as igrejas de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis. Próximo também à moradia do Conde de Assumar, que havia sido construída por volta de 1715, nos fundos da Igreja Matriz. Inserido no espaço urbano escolhido para a nova expansão da vila, alvo do traço planejado por Alpoim, na parte alta da cidade, livre das enchentes e inundações que ocorriam no Ribeirão do Carmo.

Como observou Murillo Marx (*apud* FONSECA, 1998, p. 30 e 31) a conformação dos núcleos coloniais em Minas Gerais se deve além das leis do poder civil, às leis da Igreja. Na transcrição feita por ele da constituição de número 687 das “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” determinava que: “... as igrejas se devem fundar, e edificar, em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de se edificar de novo alguma Igreja Parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quando for possível, de lugares immundos, e sórdidos...”. Fato esse que comprova a relevância do terreno escolhido para a construção das Igrejas das Ordens Terceiras do Carmo e do São Francisco. Logo, podemos concluir que a Câmara, construída também na mesma região das igrejas teve um local de destaque escolhido para a sua construção.



**Figura 8 Vista panorâmica da Praça Minas Gerais**

Foto: Lincon Zarbiatti. 30 jan. 2012. Todos os direitos reservados.

O risco da Câmara coube a José Pereira dos Santos e a arrematação da obra ficou para José Pereira Arouca. Segundo Mello (*apud* FONSECA, 1998, p.183), Arouca foi “um dos melhores e mais poderosos empreiteiros dos setecentos nas principais vilas do ouro”; em Mariana ele executou e administrou várias obras relevantes como igrejas, pontes, chafarizes, paredões, estradas e calçadas.

Ao nos depararmos com o prédio, o estilo da sua construção já aponta sinais de nobreza. A Câmara de Mariana, assim como a Câmara de Ouro Preto, Goiás, entre outras segue os moldes das construções de Portugal.

A escadaria também tem uma forte simbologia:

A escada da Câmara de Mariana, tem cinco lanços, dos quais um é perpendicular, e quatro são paralelos à fachada, dois a dois. Seu maior desenvolvimento e largueza permitiram-lhe possuir amplos patamares-de-volta. O tradicional uso de tribuna – que a tais escadas se dava, faz com que se compreenda melhor a expressão teatral da escada marianense. Há nela um sentido hierárquico. A expressão cenográfica é acentuada pela herálica portada que a coroa e lhe faz fundo. Seus degraus são todos feitos de pedra de Passagem e os dos quatro lanços de cima são inteiros e os mais o maior que pôde ser. Têm “moldura de bocel com seu redondo e filete e meia cana, e bem repartido e proporcionado a seu molde”. (...) “sua volta de dentro (foi) feita de tijolos e cal, e tudo o mais maciço de pedra e cal”. (BARRETO, 1949, p. 95)

Barreto (1949, p. 100) faz ainda referência às portas “para a existente Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, suas “condições” determinam portas “de almofada de sobreposto ou uivaziadas” e, ainda, as portas de suas comuvas “lizas e de chanfro”.

Naquela época as telhas também eram sinal de nobreza da construção. Barreto (1949, p. 86) ressalta que “Em 1551, Luis Dias informa a El-rei que fizera, em Salvador, Casa de Câmara e Cadeia, Casa de Fazenda, armazéns e ferrarias, todas com ‘telhados com telha’”

O uso das telhas na construção da Câmara de Mariana pode ser comprovado no documento do Termo de Arrematação da obra:

“(...) o quinto [pagamento] lhe seria feito da quantia de cinco mil cruzados no fim do mez de dezembro de sette centos e oitenta e seis, depois de estar immadeirado de todo o madeiramento o telhado e coberto por telhas (...). (FONSECA, 1998, p. 187)

O telhado, o material para a sua construção são motivo de preocupação e recomendações:



**Figura 9 Detalhe do frontispício da Câmara com o símbolo da Coroa Portuguesa**  
Foto: Lincon Zarbietti. 30 jan. 2012. Todos os direitos reservados.

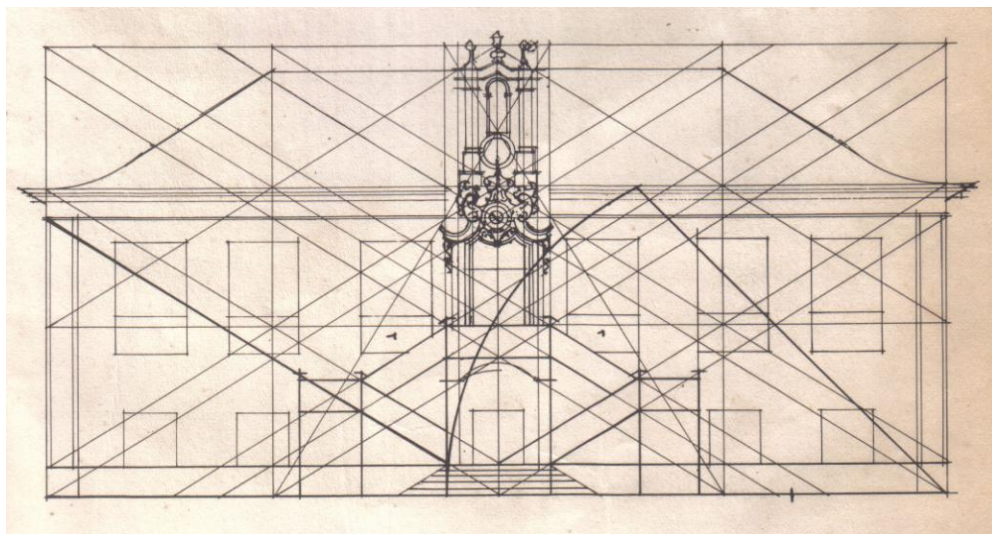
(...) será todo o madeiramento do telhado de copiara e comieira com as thezouras necessárias para a segurança da mesma obra, levará terças por todos os quatro lados... e levará este madeiramento os precizos pontaletes e escoras para a sua segurança e serão todas as madeiras de lei. (grifo nosso) (BARRETO, 1949, p. 84)

Ressaltamos que a Câmara de Mariana foi construída, baseada nas proporções áureas.

O auto de arrematação da Casa de Mariana (1782) refere-se a janelas de seis palmos de largo por nove de alto; a janela de cinco palmos e três quartos, quer de altura quer de largura. As portas de entrada para o terreiro tinham 6 palmos de largo por 12 de alto, e a porta do Passo 8 palmos de largo por 16 de alto. (BARRETO, 1949, p. 133)

O autor diz ainda que:

Predomina também a forma do quadrado ou, então, a dos retângulos por ele gerados. (...) Retangular é a planta da Câmara de Mariana: duplo quadrado. O módulo geométrico é o quadrado, originando muitas vezes “retângulos dinâmicos”, isto é, retângulos de “proporções irracionais” (...). Essas figuras encontram-las ordenando ritmos através de “diagramas abstratos”. Citando apenas as Casas de Câmara de Mariana e Ouro Preto poderemos dizer terem sido comoduladas segundo a “divina proporção”. (BARRETO, 1949, p. 231)



**Figura 10 Demonstração da proporção áurea no prédio da Câmara de Mariana**  
Fonte: BARRETO, 1949, p. 231

### 3.4.2 Os bens móveis

Os móveis e ornamentos da Câmara também indicam nobreza. A Câmara era também o local em que ficavam expostos os quadros de Dom João V, rei de Portugal, e de sua esposa D. Maria Ana Victoria D’Austria. Segundo Barreto (1949,

p. 141) os sacos de cartas que eram enviadas ao Rei, eram de seda forrados de tafetá, com fitas e letreiros de prata ou de ouro. Polito (1998, p. 163 e 164) relaciona vários bens da Câmara tais como: um retrato de Dom João V de “eterna memória”; um estandarte de damasco branco guarnecido com franja de ouro e armas reais; uma escrivadinha de prata, uma campainha de prata, quatro castiçais de prata; doze pratos da Índia; duas tigelas da Índia; um talher de estanho, dentre tantos outros.

Salomão de Vasconcelos (1947) ao escrever o Breviário Histórico e Turístico de Mariana destaca as peças que ornamentam a Câmara:

Dentro, há também muita coisa que se apreciar. Além do volumoso e interessante arquivo colonial (...), vemos o seu salão nobre, vasto e severamente decorado como dantes, com o rico mobiliário de jacarandá torneado que serviu desde os primeiros tempos, a mesa das sessões, belas poltronas; o rico tinteiro de prata que servia aos edis e aos capitães-generais do tempo de d. José e de d. Maria I, antigos retratos a óleo dos monarcas e outros objetos de uso. (VASCONCELOS, 1947, p.27)

A descrição do interior da Casa da Câmara de Mariana por Salomão de Vasconcelos foi feita dois anos antes do seu tombamento, o que nos leva a pensar que essa proteção legal poderia ter contemplado também o seu mobiliário e o arquivo remanescentes, percebemos que a preocupação foi voltada para a estrutura arquitetônica, os demais elementos não mereceram a mesma atenção.

A Casa da Câmara de Mariana conservou grande parte de sua estrutura básica e de suas imagens interior e exterior, no que diz respeito à sua estrutura física, porém a maioria das peças do seu mobiliário original não se encontra mais na referida edificação. Ainda estão preservadas as cadeiras, de jacarandá, com assento de sola lavrada e estilo Dom José I, que se encontram no Rio de Janeiro, no Museu da Chácara do Céu em Santa Teresa. Entre as magníficas peças que lá se encontram, podem ser vistas uma grande lâmpada de prata, obra de ourives mineiro de Sabará, e as vinte e quatro cadeiras de Mariana. Castro Maya adquiriu essas cadeiras, em perfeito estado de conservação, do Sr. Antônio de Mesquita e Bonfim, que as tinha adquirido diretamente da Câmara de Mariana na década de 1920.

Cabe aqui um parênteses quanto à atuação do IPHAN no que diz respeito à proteção dos bens móveis. A política de preservação no Brasil, FONSECA (2005, p. 196) aponta que de 1936, época da criação do SPHAN (atual IPHAN), Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até o final da década de setenta, o conceito

de patrimônio histórico e artístico referia-se ao conjunto de bens móveis e imóveis de excepcional valor. O reflexo deste conceito está no acervo tombado pela União, onde há o predomínio de obras de arte eruditas, monumentos arquitetônicos e sítios urbanos coloniais. A política de preservação tombava estes bens para a nação. O Decreto Lei nº 25, instituído em 1937, no Capítulo I, Art. 1º, determina que:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico

Apesar de os bens móveis estarem inseridos dentre a relação daqueles passíveis de serem reconhecidos como patrimônio histórico e artístico brasileiro pela norma de 1937, no que se refere ao mobiliário da Câmara de Mariana, o tombamento do edifício não foi suficiente para garantir a preservação do seu mobiliário. Sua ação focada na preservação do patrimônio edificado tornou-se improcedente como instrumento de proteção para salvaguarda dos acervos dos prédios tombados.

Segundo Maria Raquel Alves Ferreira (2011, p. 74) o mesmo ocorre com o patrimônio arqueológico, que também tem sua proteção prevista na norma de 1937, mas, efetivamente, poucos sítios arqueológicos foram preservados.

(...) o SPHAN não se estruturou para o cumprimento de suas atribuições na preservação do patrimônio arqueológico, fato com repercussão até os dias atuais. Desvirtuando a proposta original, o órgão transformou-se numa instituição que prioriza a preservação do patrimônio edificado. (FERREIRA, 2011, p. 74)

Os bens móveis também são elementos dignos de preservação e capazes de 'contar' a história de um povo em uma determinada época. Para a conservação desses elementos o inventário é de fundamental importância.

### **3.4.2 Outros aspectos**

O reconhecimento em tombar o edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana é outra prova da importância deste bem.

Segundo Marília Rangel Machado (2009, p. 52):

A origem da palavra tombamento está relacionada à história portuguesa e significa inventariar, arrolar ou inscrever nos arquivos do TOMBO, designação dada a uma das torres da muralha que cercava Lisboa na Idade Média, tendo esta torre a função de guardar os documentos. O rito do tombamento repete a ideia do significado da palavra: inscrever bens inestimáveis de natureza cultural e de caráter exemplar em livros do tombo dando a eles uma condição social especial.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 trata dos quatro Livros do Tombo, sendo eles:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndica e popular (...);
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria de artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Sendo assim, podemos afirmar que tomar significa que o bem tem o reconhecimento da instituição responsável pela preservação histórica e artística brasileira, sendo digno de preservação.

A partir do tombamento o bem está sujeito ao controle da instituição competente, portanto, para qualquer intenção de intervenções deve-se elaborar um projeto e submetê-lo à aprovação da instituição competente.

O papel desempenhado pela Câmara, no que tange a sua participação no desenvolvimento local é de suma importância.

As Câmaras municipais foram um *locus* de comunicação com a coroa, tendo, portanto um assinalado lugar nos quadros da governabilidade régia, por ter sido a base política sobre a qual se assentou a governação lusa. Não obstante, as Câmaras também se expressaram como canal privilegiado de formação das elites locais, compostas, sobretudo, como veremos adiante, de indivíduos que faziam parte da “melhor gente da terra”, homens que, sobretudo se empenharam no serviço real com vistas nos privilégios e distinções que daí poderiam obter. (BRANDÃO, 2009, p. 18 e 19)

As funções desenvolvidas pela Câmara tinham um reflexo direto no cotidiano da sociedade. Segundo Venâncio (1998, p. 139), entre 1711 e 1745, os trabalhos desenvolvidos pela Câmara podiam ser organizados em cinco grupos de naturezas distintas:

*Econômica:* fiscalização, transmissão e administração de heranças e bens de menores de idade, efetuado pelo Juizado de Órfãos;

*Judiciária:* abertura de inquéritos, devassas e prisões de responsabilidade do Juiz de Fora e seus subordinados;

*Política:* manutenção da ordem e divulgação de deliberações da coroa, servindo também de intermediários entre poder local e metropolitano, efetuado pelo presidente do Senado da Câmara e oficiais (vereadores);

*Fiscal-administrativa:* cobrança de impostos, redação de atas e documentos camarários relativos à fiscalidade, efetuado pelos Almotacés;

*Assistencial:* contratação de criadeiras para cuidar das crianças enjeitadas até completarem sete anos de vida.

A importância da Câmara pode ainda ser comprovada pelo fato de seus ocupantes serem pessoas eleitas, conforme exigência do Reino que determinava ainda que o recrutamento dos camaristas fosse realizado entre os mais nobres senhores e donos de terras da localidade. Somente os ditos “homens bons” é que poderiam fazer parte do rol dos homens elegíveis. Ressaltamos que para a sociedade setecentista “homem bom” era:

Embora as Ordenações não trouxessem uma definição clara a este respeito, fica patente, pelo menos para o centro do Império e para algumas regiões periféricas já estudadas como Rio de Janeiro (C.f. FRAGOSO, 2001), por exemplo, que os principais elementos que afixavam a “qualidade e posição social” destes homens se assentavam em sua ascendência familiar e/ou relação com os primeiros povoadores e conquistadores da terra, o estabelecimento de laços matrimoniais com pessoas de igual, ou melhor, “condição social”, ressalte-se ademais que no mundo colonial a “limpeza de mãos” - realização ou proximidade com o ofício mecânico - não se configurou de fato num impedimento ao cargo na Câmara. Além disto, as mercês também merecem destaque, ao passo que atribuíam títulos e privilégios àqueles que tivessem realizado algum feito em nome de “El Rei”, qualificando e distinguindo socialmente tais indivíduos. Também a posse de terras, escravos, patentes militares e títulos, para além da presença em postos da governança definiram os parâmetros mantenedores de um estado social proeminente. (BRANDÃO, 2009, p. 19)

Rocha (2010, p. 64) trata da indicação dos “homens bons” através das irmandades:

Instalada a paróquia, eram os vigários, por disposição canônica, obrigados a organizar a lista de seus jurisdicionados ou fregueses, isto é, quantos eram obrigados a satisfazer os deveres para com Deus. A sociedade civil confundia-se com a religiosa e essas listas serviam não só para a vigilância do clero como por elas se escolhiam os chamados “homens bons”, isto é abastados e de conduta supostamente regular, para a eleição das Câmaras.

Se a instituição Câmara tinha a sua importância, ser um membro dela não poderia ser diferente. Somente os homens bons podiam possuir cargos nessa instituição. Com isso, tanto a Câmara quanto um ocupante de um cargo camarista tinham sua



importância reafirmadas perante a sociedade. Tal comportamento reforçava ainda mais o status desses homens e a nobreza que a Câmara assim adquiria. Ser um camarista significava ser um representante do Rei.

Ser um oficial camarista significava além de possuir uma parcela do poder numa determinada esfera de atuação local, ter acesso a uma série de privilégios como não poder ser preso arbitrariamente ou torturado e acorrentado – salvo nos casos de crimes de demasiada traição; além da dispensa do serviço militar a não ser quando município estivesse sob ameaça e ainda ter garantido o recebimento de propinas e emolumentos do ofício. (Boxer, *apud* BRANDÃO, 2009, p. 19 e 20)

Percebe-se a importância dessa instituição, também, pelo papel desempenhado por seus funcionários. A Câmara tinha caráter que atualmente reconhecemos como legislativo, executivo e judiciário, além de ser um canal de comunicação entre os interesses locais e o “poder central”.

Assim como o ouvidor, o juiz de fora era um letrado designado diretamente pelo poder régio. Mariana, então Vila de Nossa Senhora do Carmo, contaria com a presença de juizes de fora desde 1731. (...) O juiz de fora é considerado pela historiografia como um representante direto do rei e da lei escrita, ao contrário do juiz ordinário, do qual não era exigida instrução jurídica. Guardadas as diferenças, ao juiz de fora e ao ordinário competia julgar casos civis e criminais em primeira instância, estabelecer inquéritos judiciais, instaurar devassas, conhecer crimes de injúria verbal, presidir e dar audiência pública nas câmaras. (ANTUNES, 2007, p.172)

Nas vilas, as Câmaras estabeleciam as regulamentações locais (posturas e regimentos), fiscalizavam as atividades comerciais e de abastecimento, promoviam festas públicas e religiosas, zelavam pela saúde da população, administravam os espaços públicos e os conflitos. (ANTUNES, 2007, p. 172 e 173)

Também ficava a cargo da Câmara o recolhimento do principal tributo cobrado pela Coroa, o quinto, reforçando ainda mais a importância da instituição e dos camaristas.

Ressaltamos que a estrutura administrativa da Câmara estava diretamente ligada ao Rei assim como a forma de administrar.

A tarefa de governar era um esforço conjunto em que ministros e oficiais dos tribunais e conselhos atuavam com autonomia, mas sempre interligados e submetidos ao Rei cuja função de manutenção da harmonia, da paz e da segurança ia desenhando seu importante ofício de fazer justiça. (BRANDÃO, 2009, p.14)

Durante o período colonial, a Câmara, juntamente com a Igreja, representava, no âmbito das vilas, as principais formas de representação de poder.

## 4 USO ATUAL: VALORES E ATORES (INTERNOS E EXTERNOS)

### 4.1 O uso e seus conflitos

Atualmente o prédio da Câmara é utilizado pela parte administrativa da Câmara que se compõe dos seguintes departamentos: de contabilidade; jurídico; de comunicação; de turismo, cultura e eventos; secretaria; protocolo e arquivo, além dos serviços de apoio como recepção, faxina, cozinha e gerais. Há ainda uma sala para o presidente da Casa, com uma ante-sala para sua secretária. O plenário onde se realizam as reuniões ordinárias, extraordinárias e sessões solenes, com uma sala anexa, utilizada, principalmente para as reuniões de comissão e outras reuniões de vereadores.

A limitação do espaço físico permite apenas a sala para o presidente da Câmara; os demais vereadores não possuem salas dentro do prédio da Câmara. Este fato levou, em 2009, à decisão de alugar dez imóveis na cidade, para que cada um deles pudesse ser utilizado por um vereador, como gabinete parlamentar. Essa situação será ainda agravada a partir da legislatura 2013 – 2016, já que a Emenda Constitucional número 58 de 23 de setembro de 2009 prevê o número de 15 (quinze) vereadores para os municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 80.000 (oitenta mil) habitantes. Segundo o censo de 2010 do IBGE, em Mariana a população é de 54.219 (cinquenta e quatro mil duzentos e dezenove)<sup>9</sup> habitantes.

Somada às necessidades citadas, percebíamos a aproximação da data comemorativa dos 300 anos de fundação da Câmara de Mariana, 04 de julho de 2011, o que seria uma grande oportunidade para justificar um projeto desta magnitude e um facilitador para captação de recursos para a sua viabilização. Havia ainda outro agravante, uma notificação do Ministério Público<sup>10</sup>, solicitando

---

<sup>9</sup> Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=1>>. Acesso em: 17 maio 2011.

<sup>10</sup> Processo número 0002163-31.2010.8.13.0400, pertencente à Comarca de Mariana.

providências quanto ao estado físico do prédio e orientando a restauração. Segundo relatório de vistoria técnica do IPHAN, emitido em 24 de novembro de 2009, o prédio apresenta vários problemas na sua estrutura, tais como: perda parcial de peças de madeira do forro; instalações elétricas aparentes e inadequadas; trincas; desgaste no piso de madeira, pintura brilhante nas esquadrias; infiltrações; luminárias instaladas diretamente no forro; instalações sanitárias inadequadas; manchas nas paredes e peças estruturais de madeira do forro apodrecidas, entre outros. A partir desse cenário e do alto custo da manutenção dos aluguéis surgiu a ideia, que é o ponto fundamental deste trabalho, de criar uma forma de reunir todos os vereadores em um só espaço. Essa necessidade já podia ser percebida nas conversas entre os próprios edis e entre os funcionários da Casa.

O primeiro passo foi procurar uma parceria de instituição de renome no assunto. Escolhemos a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - através do Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, programa no qual eu estava inserida, e podia garantir aos vereadores que a linha de estudo da Universidade iria atender à necessidade da Câmara. Procurei então, o professor Leonardo Barci Castriota, pós-doutor pelo *Getty Conservation Institute*, para expor a necessidade da Câmara. Ele prontamente demonstrou interesse pela causa e convidou outras pessoas para integrar a equipe de estudos sendo eles: Benedito Tadeu de Oliveira, doutor em restauração de monumentos pela Universidade de Roma La Sapienza, e os, assim como eu, mestrandos, o psicólogo Vilmar Pereira de Sousa e o arquiteto Bernardo Nogueira Capute. No decorrer dos trabalhos, o professor Flávio Carsalade, doutor em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, passou a integrar a equipe, assim como o Gustavo Kamino que foi responsável pelas imagens que apresentam a estrutura física do projeto arquitetônico.

Após algumas conversas iniciamos nossos trabalhos pela busca de métodos que pudessem nos orientar a traçar os valores atribuídos à Câmara de Mariana por diversos segmentos da sociedade. Após estudar Alois Riegl, Carta Burra e o atual conceito de patrimônio, não haveria outro caminho para iniciar este trabalho que não fosse a busca pelos valores do monumento em estudo.

Sendo assim, definimos os grupos que deveriam representar a sociedade. Iniciamos por aqueles que utilizam o prédio como local de trabalho e, portanto, possuem um grande vínculo com o espaço: os vereadores e funcionários administrativos da Casa. Para esse grupo definimos o método ZOPP para nos orientar.

O segundo grupo de interesse foi a sociedade de Mariana, representada por três subgrupos: os moradores do entorno da Câmara, as pessoas que frequentemente acompanham as reuniões de trabalho da Câmara e o subgrupo que chamamos de agentes de patrimônio, composto por pessoas que possuem vínculo com a questão do patrimônio, seja através de estudo ou como forma de trabalho. Para este grupo definimos, a princípio, o método do Grupo Focal, mas por razões que serão explicadas adiante, passamos a utilizar o método conhecido como Mapa Mental.

O nosso terceiro grupo selecionado foi composto por turistas, e para estes, trabalhamos com a aplicação de um questionário com duas perguntas descritivas. Nosso objetivo foi analisar se o prédio da Câmara é relevante como ponto turístico.

## **4.2 Os valores: a Câmara no imaginário dos funcionários do legislativo**

### **4.2.1 O método utilizado: ZOPP**

Nesta fase dos trabalhos adotamos o método ZOPP como ferramenta de trabalho. ZOPP é uma sigla alemã que significa *Ziel* (objetivos), *Orientierte* (orientado), *Projekt* (projeto) e *Planung* (planejamento), ou seja, planejamento de projeto orientado por objetivos.

Através desse método é possível gerenciar o desenvolvimento de projetos de grande complexidade por terem múltiplas dimensões. O ZOPP utiliza instrumentos de forma participativa, para isso são aplicadas técnicas de trabalho chamadas "moderação", também conhecidas como facilitação, que permitem a maior compreensão dos conteúdos trabalhados, especialmente através de visualização em

oficinas e, com isso, melhor comunicação entre os envolvidos. Sua característica mais importante encontra-se na efetiva participação dos atores envolvidos, facilitada por uma boa comunicação, e, quando a participação funciona, as decisões são mais facilmente compreendidas e compartilhadas o que, por sua vez, leva a maior compromisso com o projeto.

Os principais objetivos do método ZOPP são: a definição de objetivos claros e realistas; a melhoria da comunicação e da cooperação entre os envolvidos através do planejamento conjunto e de claras definições; a documentação do projeto; a oportunidade que as partes envolvidas têm de participar ativamente das decisões; a determinação da área de responsabilidade da equipe do projeto e a elaboração de um sistema de indicadores (métricos) para o acompanhamento, avaliação, controle (monitoramento), e implantação.

O primeiro passo traçado foi realizar reuniões participativas com o intuito de escutar os atores envolvidos no processo e a partir das discussões, poderemos elaborar uma proposta da qual todos se sentissem autores.

A seleção dos participantes da oficina foi uma etapa importante, na qual evitamos reunir atores com interesses conflitantes. O trabalho foi feito com a moderação dos técnicos, buscando facilitar a participação dos atores envolvidos, através do chamado “esquema de árvores”: as causas indicam o problema principal e são representadas pelas raízes. Diagnosticadas as causas, foi possível identificar o referido problema, que passou a ser representado pelo tronco, e as conseqüências desejadas passaram a ser representadas pelos galhos. Esse esquema facilitou a participação e compreensão de pessoas de todos os níveis de escolaridade ali presentes. Essa foi chamada de “árvore dos problemas”, em que as informações ali contidas indicaram a formação da “árvore dos objetivos” (raízes - ações e atividades a serem realizadas -, o tronco o objetivo principal e os galhos os resultados esperados).

Importante neste trabalho é que a participação de todos os envolvidos aconteça de forma eficiente, com a ajuda do facilitador, que tem o papel de orientar a elaboração do diagnóstico e organizar o esquema final de visualização em forma de árvore, o

que aumenta o interesse das pessoas, que no final se reconhecem como autores.

#### **4.2.2 A aplicação do método**

Na fase de realização das reuniões, a contribuição do Vilmar, que é psicólogo e por isso assumiu o papel de facilitador, foi de fundamental importância. Ele conduziu as discussões de forma que ao final de cada reunião, tínhamos as informações necessárias para o desenvolvimento da próxima etapa do nosso trabalho. Convidamos os vereadores e funcionários da Câmara para participar da oficina, uma vez que ninguém melhor que os próprios envolvidos com o problema para compor a discussão. A cada momento que alguém fazia colocações que não eram pertinentes ao estudo, por estarem fora do raio de ação da Câmara Municipal, o Vilmar sinalizava e lembrava o objetivo da discussão, não permitindo o erro de discussões extensas que não gerariam produto.

A primeira reunião foi realizada dia 08 de junho de 2010 em uma sala do primeiro pavimento do prédio da Câmara, da qual participaram cinco vereadores e alguns funcionários, dela extraímos a seguinte situação:

Problemas:

- ✓ Espaço interno do prédio é insuficiente e inadequado para instalação dos gabinetes dos vereadores;
- ✓ Falta espaço adequado para a preservação da memória da cidade;
- ✓ Acervo histórico da Câmara fora do controle do legislativo municipal;
- ✓ Espaço do plenário pequeno;
- ✓ Falta organização / normatização do estacionamento;
- ✓ Pequena participação popular nas atividades da Câmara Municipal;

- ✓ Instalação elétrica danificada;
- ✓ Risco de incêndio;
- ✓ Telhado e assoalho danificados;
- ✓ Falta acessibilidade;
- ✓ Alto custo na manutenção dos gabinetes (casas alugadas);
- ✓ Desrespeito à legislação e orientações do Tribunal de Contas;
- ✓ Falta de segurança patrimonial;
- ✓ Risco de arrombamento;
- ✓ Falta de canal de comunicação entre os vereadores (câmara) e os cidadãos de Mariana.
- ✓ Informatização inadequada;
- ✓ Rotatividade de funcionários – falta de concurso público;
- ✓ Falta de capacitação dos funcionários da Câmara.

Efeitos dos problemas:

- ✓ Atendimento deficitário e alto custo de manutenção;
- ✓ Controle externo à Câmara Municipal do seu Arquivo histórico;
- ✓ Risco de perda da memória da Câmara Municipal;
- ✓ Dificuldade de participação popular;
- ✓ Pessoas estranhas à Câmara usando estacionamento inclusive durante a noite;
- ✓ Pouco interesse do cidadão pelos assuntos da cidade;

- ✓ Perda do patrimônio;
- ✓ Problemas com os órgãos de preservação e Ministério Público;
- ✓ Risco ao patrimônio arquitetônico;
- ✓ Limitação de acesso da população pela mobilidade reduzida;
- ✓ Prejuízo para os cofres públicos;
- ✓ Ilegalidade no funcionamento da Câmara;
- ✓ Risco de perda do patrimônio histórico (acervo);
- ✓ Distanciamento da população com os vereadores;

Em síntese, podemos dizer que os problemas levantados na realização do diagnóstico podem ser listados e organizados em grupos, o primeiro diz respeito às condições físicas do prédio da Câmara Municipal de Mariana, aspectos relevantes apontados pelos participantes apontam: a falta espaço interno do prédio (insuficiente e inadequado para instalação dos gabinetes dos vereadores); instalações elétricas e sanitárias danificadas, colocando o edifício em situação de risco principalmente risco de incêndio; o telhado danificado e infiltrações. Os responsáveis pela Câmara já foram notificados pelo Ministério Público em relação à falta de preservação e manutenção do prédio.

Quanto ao funcionamento do prédio, destacamos a falta de espaço adequado para abrigar os gabinetes dos vereadores, espaço do plenário reduzido, principalmente quando se realizam eventos com participação popular ou quando o tema da reunião da Câmara gera grande interesse da população, que acaba por superlotar o espaço do plenário. Acessibilidade limitada, predominância de escadas ou acessos com obstáculos.

O prédio da Câmara Municipal não tem sistema de segurança patrimonial. O estacionamento não atende as necessidades dos vereadores e funcionários da



Câmara porque não possui normas claras de funcionamento; pessoas estranhas à Câmara usam o estacionamento, principalmente à noite.

A manutenção dos gabinetes dos vereadores em casas particulares alugadas, em diferentes endereços na cidade, além de ter um custo elevado, dificulta o atendimento aos cidadãos e a possibilidade de prestar serviços coletivos à cidade. Os custos de manutenção dos gabinetes contrariam as orientações do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Os participantes ainda apontaram falta de canal de comunicação entre os vereadores (câmara) e os cidadãos de Mariana, como uma questão a ser considerada. O sistema de informatização não apresenta qualidade técnica que atenda as necessidades dos vereadores e funcionários da Câmara.

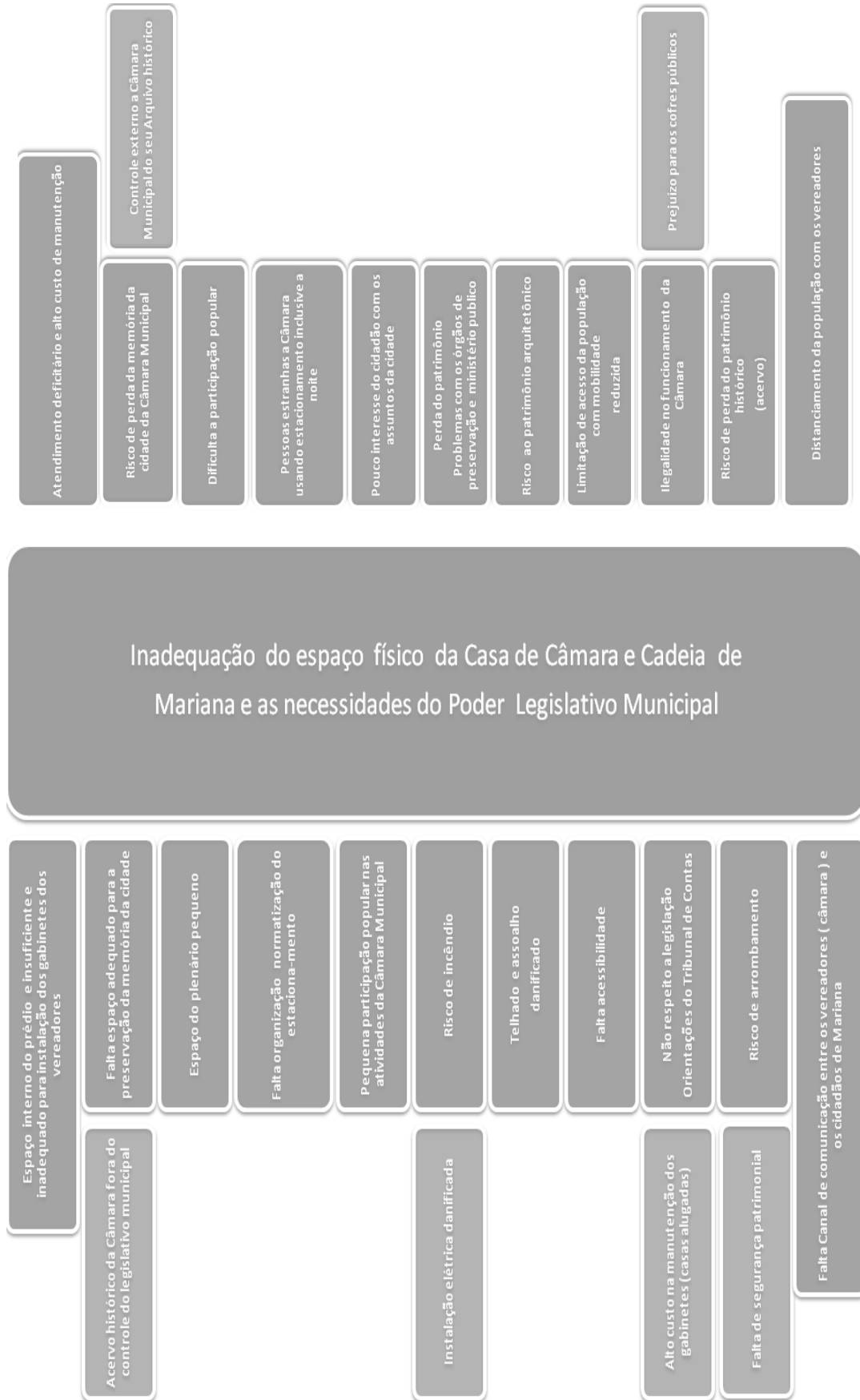
Os participantes apontaram a falta de espaço para a preservação da memória da cidade e da Câmara como um problema sério, e junto com esta preocupação demonstraram interesse de recuperar o arquivo do Legislativo, hoje, sob controle da Universidade Federal de Ouro Preto.

No que diz respeito à administração da Câmara e prestação de serviços, apontaram a falta de concurso público como problema e, como consequência, a falta de capacitação e rotatividade dos funcionários.

Apontaram a reforma (restauração) do prédio da Câmara Municipal como prioridade e, na mesma ordem, a necessidade de se construir um espaço adequado para abrigar a Câmara Municipal e os gabinetes dos vereadores.

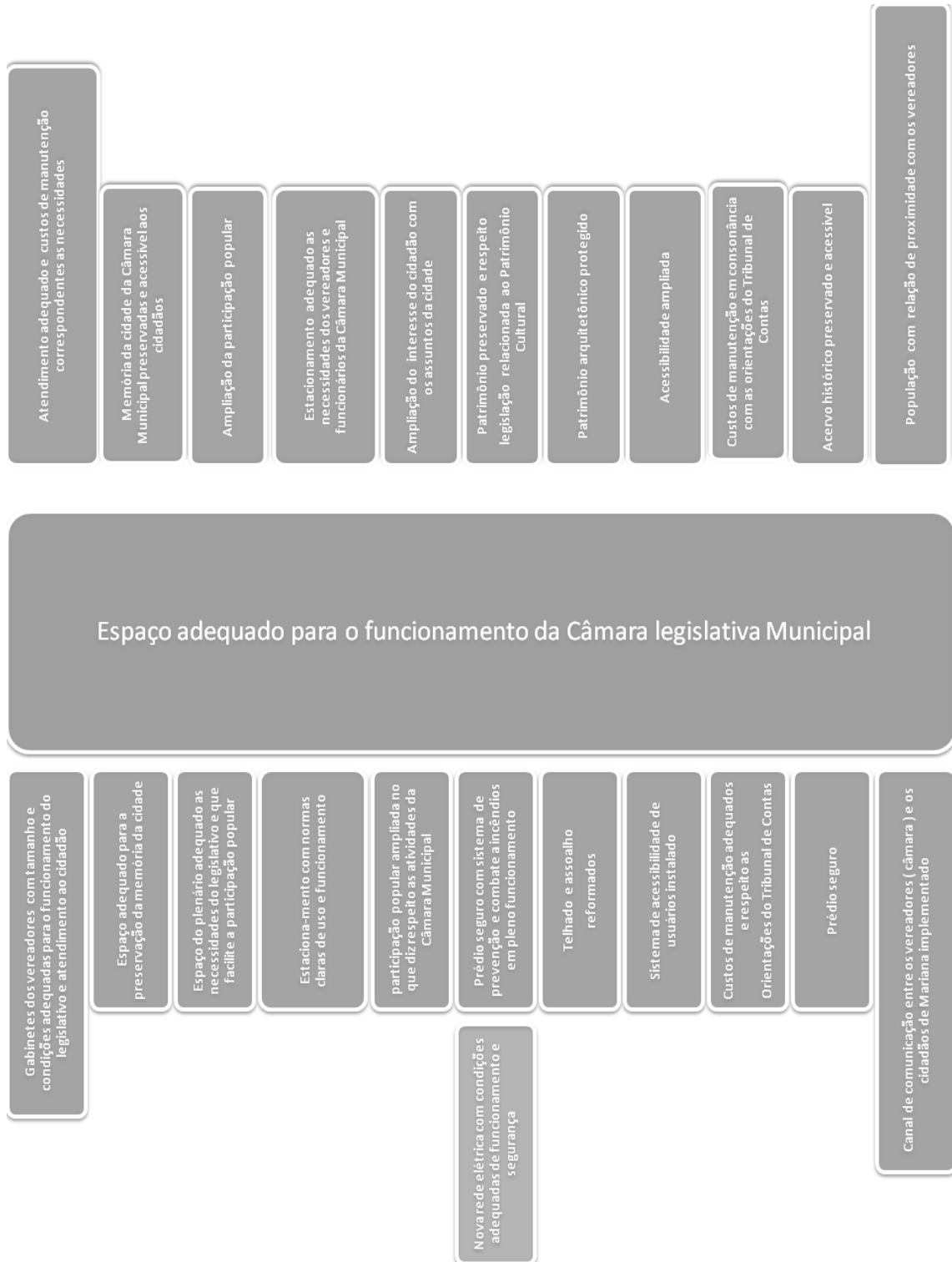
Sendo assim, chegamos às representações que seguem para a árvore de problemas e árvore de objetivos:

A árvore de problemas foi construída juntamente com o grupo na primeira reunião, sendo rerepresentada na segunda reunião que se realizou no dia 26 de agosto de 2010, juntamente com a árvore de objetivos.



**Figura 11** Árvore de Problemas  
 Fonte: Elaborada pela autora, 2012

Árvore de Objetivos:



**Figura 12** Árvore de objetivos  
 Fonte: Elaborada pela autora, 2012

### **4.2.3 Os resultados: análise e discussão**

Na segunda reunião, realizada dia 26 de agosto de 2010, iniciamos a discussão acerca das possíveis soluções para a situação levantada.

Entre todos os participantes, vereadores e funcionários, foi unanimidade o fato de que o atual prédio da Câmara não pode perder, pelo menos por completo, a função de abrigar o legislativo, uma vez que a Câmara de Mariana é a primeira Câmara de Minas Gerais e, dentre as Câmaras fundadas em 1711 – Mariana, Ouro Preto e Sabará – é a única ainda em funcionamento no primeiro prédio construído com o propósito de abrigá-la. O primeiro prédio construído para abrigar a Câmara de Vila Rica de Albuquerque hoje, cidade de Ouro Preto, atualmente, abriga o Museu da Inconfidência. E o primeiro prédio construído para abrigar a Câmara da Vila Real de Sabará, hoje cidade de Sabará, atualmente, abriga a biblioteca pública municipal e não mais possui o segundo pavimento. Todos os presentes concordaram que retirar por completo as atividades da Câmara de Mariana do prédio do centro histórico, representaria um corte abrupto na nossa história.

A partir desse consenso foram apresentadas três possibilidades de modificação, com vistas a solucionar o problema central – inadequação do espaço da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana às necessidades do Poder Legislativo. Nessa fase do trabalho, a orientação recebida do mediador do grupo, era que a cada sugestão apresentada, os demais participantes deveriam discutir quatro pontos positivos e quatro pontos negativos inerentes a ela.

**ALTERNATIVA 1:** Construção do anexo nos fundos do prédio histórico da Câmara, para abrigar os gabinetes parlamentares, arquivo histórico da Câmara e outras funções administrativas, liberando assim espaço no prédio principal para abrigar o Centro de Memória do Legislativo Municipal.

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Fácil acesso para a população pelo fato do prédio estar localizado no centro histórico da cidade. Quem sai de qualquer um dos bairros nos extremos da cidade ou da zona urbana pode chegar à Câmara com facilidade, até mesmo sem depender de meio de transporte automotivo;	A proposta de construção do anexo vai contra o projeto do poder executivo de concentrar, em um único terreno os poderes executivo, legislativo e judiciário;
Centralização dos trabalhos e das informações, além de facilidade de comunicação entre os funcionários e os vereadores uma vez que todos estariam fisicamente perto; racionalização dos gastos de manutenção já que os serviços de limpeza, vigilância, internet, estrutura de almoxarifado que atenderiam o prédio já existente e o anexo, sem necessidade de consideráveis ampliações na estrutura atual;	Limitação para construir uma vez que o espaço pensado para o anexo - o terreno localizado entre os fundos da Capela e do Armazém até o muro - possui aproximadamente 670 m <sup>2</sup> e está localizado no centro histórico o que implica em obedecer normas estabelecidas pelo IPHAN;
Forte vínculo com a manutenção da história e do contexto cultural do local, considerando ser a 1 <sup>a</sup> . Câmara do Estado de Minas Gerais e a única do Estado, fundada em 1711, que continua em funcionamento no primeiro prédio construído com o intuito de abrigar a instituição.	Risco da construção intervir negativamente na paisagem, provocando uma descaracterização da obra da Casa de Câmara e Cadeia principalmente sob o ponto de vista de quem chega à Praça Minas Gerais e observa a Casa de frente.

**Quadro 1 Possibilidades de intervenção na Câmara - Alternativa 1**

Fonte: Elaborada pela autora, 2012.

**ALTERNATIVA 2:** Mudança dos gabinetes parlamentares para o novo prédio que está sendo construído para atender a Prefeitura Municipal de Mariana, no bairro São Cristóvão, uma vez que, durante a legislatura 2005-2008 o poder executivo chegou a propor que os três poderes: legislativo, executivo e judiciário, fossem transferidos para este novo prédio

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Mais liberdade para a construção, uma vez que a obra seria realizada fora do perímetro urbano de atuação do IPHAN;	Aumento das despesas da Câmara, uma vez que teria que manter dois prédios;
Proximidade de outros poderes, principalmente, o executivo facilitaria o trabalho dos vereadores;	Descentralização das informações poderia prejudicar os trabalhos já que alguns funcionários iriam trabalhar no prédio antigo e outros no prédio novo, assim eles estariam em constante deslocamento em busca de documentos entre um prédio e outro, ou para fins de reuniões;
Atenderia à proposta do executivo.	A nova localização da Câmara deixaria de ser central em relação aos demais bairros da cidade, a nova construção seria em um extremo do atual traçado urbano, dificultando o acesso para algumas pessoas, principalmente as pessoas menos favorecidas que vão à Câmara em busca de auxílio por parte dos vereadores e o fato da construção deste novo prédio da prefeitura estar paralisada.

**Quadro 2 Possibilidades de intervenção na Câmara – Alternativa 2**

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

**ALTERNATIVA 3:** Restauração de um dos imóveis que o município possui no centro histórico para abrigar os gabinetes parlamentares. Os imóveis apontados foram o Casarão dos Morais localizado na Praça da Sé ou o casarão da Rua Direita

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Permanência da Câmara no centro histórico da cidade, o que facilita o acesso da população;	A concretização do projeto dependeria de um dos prédios apontados ser doado à Câmara;
Proximidade entre os dois prédios da Câmara – o que é usado atualmente e o que passaria a ser o novo – pela questão da necessidade de consulta a documentos pelos funcionários que estivessem em qualquer um dos prédios ou pela necessidade de encontro entre funcionários e vereadores para reuniões;	Necessidade de duas equipes de limpeza e vigilância, uma equipe para cada prédio utilizado pela Câmara, além de almoxarifado para atender ambos, situação que elevaria o custo de manutenção da Câmara, além de impor a condição de deslocamento de funcionários em busca de arquivos, informações ou com intuito de reunir, uma vez que os documentos e as pessoas estariam divididas entre as duas estruturas;
Os casarões encontram-se sem uso e precisam ser restaurados. Com a Câmara passando a ocupar esses lugares os prédios voltariam a ter utilidade.	Ambos os prédios que poderiam ser utilizados pela Câmara não possuem estacionamento próprio e hoje em dia é difícil encontrar vagas de estacionamento no centro da cidade.

**Quadro 3 Possibilidade de intervenção na Câmara – Alternativa 3**

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Ressaltamos ainda que tanto a segunda quanto a terceira alternativas são baseadas no fato de levar, para esses prédios, os gabinetes parlamentares e realizar a construção de um auditório maior que o existente no prédio Casa de Câmara e Cadeia. Parte das atividades administrativas hoje desenvolvidas na Câmara, assim como a sala do Presidente da Casa continuariam da mesma forma que hoje.

Nessa fase, obtivemos unanimidade referente a uma questão: independente da solução adotada, o prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana precisa passar por um processo de restauro.

Após esse encontro os técnicos da UFMG anotaram todas as considerações para realizar o estudo da proposta que melhor se adequaria ao caso.

### **4.3 Os valores: a Câmara no imaginário da população Marianense**

#### **4.3.1 O método utilizado: Grupo focal.**

Precisávamos entender como a Câmara é concebida no imaginário da população no intuito de dar sustentação à proposta de ampliação do espaço que deve ser implementada. Buscando, dessa forma, entender, sob o ponto de vista da população, qual seria o melhor projeto de reestruturação do espaço físico da Câmara de Mariana.

Optamos, inicialmente, pelo método de Grupo Focal. A nossa intenção era realizar as reuniões, conforme definidas nesse método, separadamente com cada um dos subgrupos selecionados: moradores do entorno, pessoas que frequentemente assistem as reuniões da Câmara e moradores do entorno.

Esse método, por ser um grupo de discussão de tamanho reduzido que visa obter informações de caráter qualitativo em profundidade, é utilizado quando a questão em foco é de natureza complexa. Além disso, usa uma técnica rápida e de baixo custo. É bastante utilizado quando se pretende ampliar a compreensão sobre um determinado projeto. Além disso, auxilia no entendimento das preferências e necessidades dos envolvidos/afetados pela iminência de determinado projeto que poderá ser implementado, especialmente quando as recomendações e sugestões dos envolvidos devem ser levadas em consideração para a referida implementação.

O método do Grupo Focal pode ser assim definido:

Os Grupos Focais são grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Essa técnica distingue-se por suas características próprias, principalmente pelo processo de interação grupal, que é uma resultante da procura de dados. (Kitzinger J *apud* RESSEL *et al.*, 2008, p. 780)



Gomes e Barbosa (1999, p.1) esclarecem que o principal objetivo do Grupo Focal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão. Salientam ainda que o grupo deve ser composto por 7 a 12 pessoas que tenham alguma característica em comum: nível de escolaridade, condição social e serem funcionários do mesmo setor.

Morgan *apud* (GONDIM 2002, p.3), define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial, sugerido pelo pesquisador. Segundo Fern (*apud* GONDIM 2002, p.4) há dois propósitos para os quais os grupos focais são válidos: o primeiro visa à confirmação de hipóteses e à avaliação da teoria, mais comumente adotada por acadêmicos. O segundo, por sua vez, dirige-se para as aplicações práticas, ou seja, o uso dos achados em contextos particulares.

#### **4.3.2 A aplicação do método**

A primeira etapa para aplicação do método é a seleção da equipe que deve ser composta por um pequeno grupo de pessoas que irão discutir o tema em questão, acompanhados por um facilitador e um relator. Para iniciar nossos trabalhos com o grupo que representaria a população marianense, selecionamos nosso primeiro subgrupo: os moradores do entorno. Quem assumiu a posição de facilitador foi o psicólogo Vilmar Souza e a função de relatora coube a autora desta dissertação, Fernanda Trindade de Carvalho.

Gomes e Barbosa (1999, p. 2) orientam que “identifique os tipos de grupos e instituições dos quais queremos obter informações” e ainda “os participantes devem ser homogêneos, com níveis sócio-econômicos e culturais semelhantes.” Nosso caso em estudo, o traço em comum entre os participantes selecionados é o fato de serem moradores da Rua Dom Silvério, rua que se localiza ao lado da Câmara como pode ser observado na figura abaixo:



**Figura 13 Vista aérea de Mariana contendo a Câmara Municipal e Rua Dom Silvério**  
 Fonte: Google Earth. Acesso em 20 jan. de 2011

A proximidade geográfica entre a Câmara e a casa dos entrevistados nos levava a crer que estas pessoas teriam algum tipo de relação com o prédio. A Praça Minas Gerais deveria ser, para eles, no mínimo, parte do trajeto cotidiano. Além disso, acreditamos que pela proximidade, os moradores também saberiam nos relatar alterações ocorridas no cenário da Praça ao longo dos anos, saberiam relatar os usos do espaço e, provavelmente, seriam pessoas que, em algum momento, já fizeram uso do espaço.

Dentre os moradores da Rua Dom Silvério, selecionamos ainda aqueles que são proprietários dos imóveis e que residam na rua, há pelo menos 15 anos. Com isso, estaríamos garantindo uma homogeneidade quanto ao nível sócio-econômico e quanto ao vínculo com o lugar. As casas do centro histórico de Mariana, de um modo geral, são muito valorizadas economicamente, estão em um local de alta especulação imobiliária. Preparamos, previamente, também o roteiro<sup>11</sup> que serviria como norteador do encontro, conforme o método orienta:

<sup>11</sup> O roteiro encontra-se como anexo deste trabalho.

Elaboração do roteiro de discussão: preparar um esboço que cobre os tópicos e assuntos a serem discutidos. Deve conter poucos itens permitindo flexibilidade para dar prosseguimento a temas não previstos, porém relevantes. As primeiras questões discutidas devem ser de caráter geral e abordagem fácil, para permitir a participação imediata de todos. (...) Em seguida, questões mais específicas e de caráter mais analítico podem ser apresentadas. Além de outras perguntas surgidas pelas respostas dadas anteriormente. O roteiro fornece a base para que o facilitador possa explorar, investigar e fazer perguntas. (GOMES E BARBOSA, 1999, p.4)

A partir da seleção dos participantes, iniciamos a fase de mobilização. Distribuímos 21 cartas<sup>12</sup> de porta em porta, sempre batendo a campainha da casa. Nas residências, nas quais fomos atendidos, mantivemos uma postura cordial, explicamos sobre o trabalho e destacamos a importância da participação de cada um. Preocupamos ainda em propor um horário do encontro após o horário de expediente, mas sem também permitir que ficasse tarde e isso passasse a ser um fator desmotivador, assim escolhemos 18 horas do dia 06 de outubro de 2011. Na data marcada para o encontro, ligamos para todos os possíveis participantes, e àqueles que atenderam nosso telefonema, reforçamos o convite.

Escolhemos uma sala anexa ao plenário da Câmara por ser mais reservada e ter uma mesa com cadeiras em número suficiente para os participantes. Preparamos também um lanche para que os participantes se sentissem acolhidos e o ambiente se tornasse propício ao nosso estudo.

Apesar de todo preparo, para nossa surpresa, depois de alguns minutos de atraso, chegou apenas uma participante. Conversamos um pouco com ela, tornamos o ambiente agradável, deixando-a bastante à vontade para falar e iniciamos o trabalho. Como tínhamos apenas uma participante, às 19h. iniciamos nosso trabalho, mas mudamos a estratégia do Grupo Focal para uma entrevista.

Após analisarmos a primeira tentativa de utilização do método de Grupo Focal, alteramos nossa estratégia a fim de conseguir um número maior de participantes. Aumentamos a abrangência de convites entregando 70 cartas e mantivemos o processo de entrega, batendo de casa em casa, conversando com os moradores e ligando para os convidados no dia da reunião. Propusemos o encontro para o dia 27 de outubro de 2011, às 18h. Mudamos o local da reunião para uma sala no Hotel Providência, que fica localizado na própria Rua Dom Silvério, como indicado na foto

---

<sup>12</sup> O modelo da carta entregue consta como anexo deste trabalho.

acima. Consideramos que o fato da reunião ser na Câmara poderia estar criando resistência à participação. Algumas pessoas se sentem constrangidas de entrar na Câmara, outras não concordam com algumas atitudes dos vereadores, fato esse que pode ser comprovado posteriormente quando realizamos entrevistas individuais, através de outro método que será apresentado mais à frente do trabalho, e alguns entrevistados justificaram, espontaneamente, sua ausência nas reuniões do Grupo Focal, como dito por uma entrevistada:

Vizinho por vizinho, chegava até mim e falava: 'não, eu não vou não'. Eu perguntava: você vai? 'não, eu não vou não'. Até gente mais instruída e tudo, falou que não iria. Eles diziam 'porque quando a gente precisa deles [os vereadores] pra alguma coisa, eles não fazem nada pra gente, agora também nós não vamos dar nossa opinião não', isso que aconteceu. E o assunto foi tão abrangente, né? É porque ficava uma coisa meio política, né? E tava essa confusão de prefeito e tudo mais. (ENTREVISTA 3 – com o Método de Mapa Mental)

Preparamos a sala para o segundo encontro e, desta vez, apareceram dois participantes. Novamente mudamos a estratégia para uma conversa orientada pelo roteiro que tínhamos em mãos.

Após as duas tentativas, concluímos que o método aplicado não seria eficaz e, por isso, partimos em busca de outro método a ser utilizado com o grupo selecionado. Acreditamos que a situação política em Mariana foi nossa adversária, na legislatura 2009-2012 já tivemos quatro pessoas diferentes ocupando o cargo de prefeito; as sucessivas trocas no poder deixaram a população visivelmente descrente com a política; o clima na cidade ainda é de instabilidade. Além disso, a participação popular em projetos é ainda algo difícil de ser alcançado em nossa sociedade.

Avritzer e Pereira (2005, p. 17) comentam que o Brasil dos anos 90 é marcado por formas ampliadas de participação política, seja através dos orçamentos participativos, dos conselhos, além de um conjunto de formas consultivas e deliberativas de participação popular no processo de tomada de decisão a respeito da distribuição de bens públicos, das políticas públicas e da deliberação sobre prioridade orçamentária. Pereira (2004, p. 6) atribui essa mudança de paradigma, principalmente, à Constituição de 1988 que previu a implementação dos 'conselhos gestores' como instrumentos para o exercício da cidadania, via democracia participativa. O presente trabalho contempla essa questão a partir do momento em que propomos que o processo de adequação do espaço físico da Câmara Municipal

de Mariana deve ser construído de maneira participativa, assim, passamos a buscar os métodos aqui apresentados para o processo de consulta popular.

Avritzer e Pereira (2005, p. 17) classificam essa forma de participação na qual a sociedade civil ganha voz nos processos de políticas públicas de instituições híbridas. “A maior parte dessas formas podem ser denominadas híbridas, no sentido de que elas envolvem um partilhamento de processos deliberativos entre atores estatais e atores sociais ou associações da sociedade civil.” (Lascoumes, Avritzer e Pereira *apud* AVRITZER e PEREIRA, 2005, p.17)

Apesar da crescente abertura para as formas de participação popular nos projetos públicos, falta-nos ainda encontrar, em muitos casos, uma forma eficaz de estabelecer esse diálogo. “A nova institucionalidade pós-88 aumentou os espaços de deliberação pública, no entanto, permanece o desafio quanto à efetividade no seu funcionamento.” (PEREIRA, 2004, p. 14)

Entendemos que a combinação entre o atual cenário político de Mariana e a resistência da participação popular, própria dos processos participativos, foram os principais fatores limitadores da aplicação do método de Grupo Focal no caso específico deste trabalho.

#### **4.3.3 Os resultados: análise e discussão**

O grupo composto pelo três entrevistados caracterizou-se por pessoas acima de 55 anos e moradores da Rua Dom Silvério há mais de 30 anos. A participante da primeira tentativa tem formação de nível superior, já os participantes da segunda tentativa não possuem formação superior.

Neste momento, cabe ressaltar que não iremos relevar a identidade de nenhum dos entrevistados neste trabalho. Antes de qualquer entrevista explicávamos que o material seria utilizado para desenvolvimento do trabalho, mas que a identidade de todos seria preservada e, portanto, poderiam ficar à vontade para falar o que pensam sobre os assuntos em pauta. Sendo assim, para o método do Grupo Focal,

que acabou se tornando uma entrevista, identificaremos como entrevistado um (ENTREVISTA 1), a pessoa que participou sozinha da entrevista realizada dia 06 de outubro na sala anexa do plenário da Câmara e entrevistados dois (ENTREVISTA 2) e três (ENTREVISTA 3) os que participaram do segundo encontro realizado dia 27 de outubro em uma sala do Hotel Providência.

As entrevistas foram baseadas na experiência individual, em todas as narrativas é possível perceber que o entrevistado atribuiu significado à Praça Minas Geral a partir da sua própria história e vivência no local. “Antigamente, de menino, a gente jogava bola ali” (ENTREVISTA 3). “Ali [Praça Minas Gerais] é um lugar da cidade que se você estiver aqui em cima no São Pedro e tiver sentindo calor, vai lá na Praça de tarde para você ver que você recebe um ar” (ENTREVISTA 2).

Questionados sobre o significado e uso da Praça Minas Gerais e da Câmara, todos os participantes, citaram as festas religiosas que acontecem na Praça sempre destacando a importância e beleza das procissões da Semana Santa. Citaram também os shows em comemoração ao aniversário da cidade e evento do ‘Dia de Minas’ organizado pelo Governo do Estado, dia no qual, simbolicamente, a capital do Estado é transferida para Mariana para lembrar que Mariana foi a primeira capital do Estado de Minas Gerais. Citaram ainda o uso anterior da Câmara, dividindo o espaço com a prefeitura e com a cadeia municipal.

Com relação ao poder legislativo a entrevistada 1 diz que a atuação dos vereadores é péssima e justifica dizendo “as mineradoras do passado contribuíram para a construção do patrimônio – este prédio, as igrejas – e porque hoje eles [vereadores] não barganham com as mineradoras para preservar o patrimônio? Eles fazem politicagem.” Mais à frente da entrevista ela ainda complementa: “os próprios administradores não sabem da importância da preservação. Olhe dentro desta Casa se tem algum vereador preocupada com o patrimônio.” O segundo grupo se manteve neutro, alegando não acompanhar a atuação dos vereadores e dizendo que a própria população, muitas vezes, não cobra seus direitos. “eu não tenho conhecimento, para falar qualquer coisa sobre vereador eu não sei não. Eu sei é que eles querem fazer uma coisa daqui, uma quadra dali. Eles envolvem um pouco nas coisas, faz projeto e tal. É isso que a gente vê.” Diz ainda que “às vezes eu tenho um direito, mas não vou procurar meu direito, porque eu não conheço meu direito. A

gente tem até um pouco de medo de chegar e falar uma coisa que a gente não tem conhecimento” (ENTREVISTA 2).

A entrevista 1 trata ainda de duas outras questões relativas à Câmara: o fato da Câmara não se concentrar em um único lugar “as pessoas procuram, até hoje, o vereador na Câmara, apesar dos gabinetes não estar mais no prédio. Você, em Belo Horizonte, imagina que o vereador está onde? Na Câmara.” E o fato do arquivo histórico não estar nas mãos da Câmara, segundo a entrevistada muitos documentos foram perdidos, muitos foram levados para as casas das pessoas: “Hoje está na UFOP, mas não é da UFOP. O arquivo é da população de Mariana, na verdade, da Comarca de Mariana. Mariana é importante para a história do Brasil. O arquivo deveria estar na Câmara e possibilitar a pesquisa para todos que queiram”.

Quando questionados sobre a relação da cidade com os órgãos de preservação cada grupo expressou uma opinião diferente, cada qual baseada na sua experiência individual por morar em uma área regida pelo órgão de preservação, o IPHAN. A ‘entrevistada 1’ disse que o IPHAN exerce um importante papel na conservação do patrimônio, que é a memória da cidade. Para esta entrevistada a dificuldade da preservação está nas pessoas que não conhecem a história da cidade e por isso não valorizam o patrimônio “temos uma população flutuante, sem vínculo com a cidade, se o administrador não impõe, as pessoas fazem o que querem”. Atribui parte da culpa às escolas e aos administradores da cidade: “Mariana é importantíssima para Minas Gerais, isso deveria ter na escola. Se a escola não ensina, como o vereador vai saber? Você não ama o desconhecido. Como as pessoas desconhecem, eles entram em conflito com o IPHAN”. A entrevista relata ainda que “todo mundo fala que é difícil mexer em casa história, eu estou fazendo obra e não tive nenhum problema. Mas primeiro fui ao IPHAN, perguntei me informei e não tive nenhum problema”. O entrevistado 2 tem opinião contrária: “minha casa aqui, por exemplo, eu não posso fazer nada. Tem terreno nos fundos e eu não posso construir. Eu podia fazer casa lá, tem meus que podiam fazer casa lá, mas não posso.” Mais à frente na entrevista ele ainda comenta “tem uma turma aí que você não pode fazer nada, tudo que você faz ele vão lá, se você põe uma pia de tijolo na porta da sua casa eles já denunciam”.

Apesar dos grupos discordarem da postura do IPHAN, ambos defendem que é importante conservar o patrimônio cultural da cidade aliado ao desenvolvimento da cidade. A 'entrevista 1' quando é questionada a esse respeito, responde: "as pessoas não sabem o que é desenvolvimento sustentável. Essas construções nas encostas, casas bonitas mas construídas sem ordenamento. O órgão de preservação zela pela qualidade de vida". No segundo grupo tem o relato que é muito importante preservar a história e justificam dizendo "porque você vê, a cidade já perdeu muito nesse sentido. Quando eu cheguei aqui, a gente saía ali na rua, chegava lá na Igreja do Rosário e tinha só a Vila do Sapé e a Rua do Terço, o resto tudo era mato."( ENTREVISTA 2)

Considerando todos os entrevistados nesta fase do trabalho podemos concluir que há concordâncias entre as pessoas no que se refere à beleza da Praça Minas Gerais enquanto um monumento e quanto à relevância histórico cultural da Câmara, inserido neste cenário. Consideram também que é necessário preservar o patrimônio cultural da cidade, sendo possível a conservação ser aliada ao desenvolvimento. Além disso, todos reconhecem o uso da Praça como um espaço de realização de festas cívicas e religiosas. Há ainda, no relato da entrevistada 1, reconhecimento da importância do arquivo histórico da Câmara e que o mesmo deveria estar sob os cuidados da própria Câmara, e aponta que os funcionários da Câmara e vereadores deveriam ter o mesmo endereço para trabalho. Questões essas que vão de encontro a opinião formada pelo grupo de funcionários e vereadores conforme já foi apresentado anteriormente.

Os pontos divergentes neste grupo se refere à atuação do IPHAN, a entrevista 1 é a favor e os entrevistas 2 e 3 acham muito rigoroso. Divergem também quando questionados a respeito da atuação dos vereadores: a entrevista 1 considera a péssima a atuação dos vereadores e os entrevistados 2 e 3 mantiveram uma posição de neutralidade.



#### 4.3.4 O novo método utilizado: Mapa Mental

A partir da dificuldade encontrada na aplicação do método do Grupo Focal passamos a estudar outro método de pesquisa que pudesse nos auxiliar considerando duas principais variáveis: o tempo para realização da pesquisa já estava reduzido, tínhamos apenas mais três meses de prazo até a data limite de entrega do trabalho para a banca de avaliação e precisávamos de um método no qual a participação dos subgrupos selecionados – agentes do patrimônio, pessoas que frequentam as reuniões da Câmara e moradores do entorno - acontecesse de forma individual, cabendo a nós a análise do resultado coletivo.

Considerando nosso cenário e após estudar alguns métodos que pudessem nos auxiliar, optamos então pelo método de Mapa Mental. Os mapas mentais representam como determinado lugar é vivido e compreendido pelos cidadãos. “No mapa mental, a representação do saber percebido, o lugar se apresenta tal como ele é, com sua forma, histórias concretas e simbólicas, cujo imaginário é reconhecido como uma forma de apreensão do lugar” (Nogueira *apud* OLIVEIRA, 20--, p. 2).

A percepção acontece de formas diferentes entre os indivíduos, isto é, cada pessoa apresenta determinada percepção com relação ao espaço, sua experiência de vida. Esse mundo percebido através da apreensão dos significados provoca a construção mental, na qual a razão não decodifica essas imagens. Essas imagens foram denominadas de princípios de mapas cognitivos, mapas conceituais e posteriormente mapas mentais. (OLIVEIRA, 20--, p.5)

Kozel, em seu artigo intitulado ‘Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas’ diz que:

o mundo cultural é considerado não apenas como uma soma de objetos, mas como uma forma de linguagem referendada no sistema de relações onde estão imbricados valores, sentimentos, atitudes e vivências e essas imagens passam a ser entendidas como **mapas mentais**. (KOZEL, 20??a, p. 1)

A partir do momento em que, em um projeto de intervenção em um monumento, o foco principal deixa de ser a materialidade do edifício e passa a ser os valores atribuídos ao monumento, valores esses atribuídos pela sociedade e não mais por técnicos apenas, a técnica de ‘mapa mental’ vem de encontro à questão deste trabalho. Essa é a metodologia que irá nos permitir fazer a leitura dos valores

atribuídos, pela sociedade, à Câmara de Mariana. Como ressaltado por Kozel (20??a, p. 2) “é nessa perspectiva que entendemos os mapas mentais: uma forma de linguagem que reflete o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais”.

Durante nossa busca por um método de pesquisa que nos auxiliasse a entender os valores atribuídos à Câmara Municipal de Mariana, a dissertação de mestrado de Vargas, nos auxiliou na escolha do método de mapa mental. Vargas traz uma questão que se aproxima deste nosso trabalho.

A questão era: Com a descoberta, por meio de pesquisas, de diferentes “vivenciadores” do mercado que mantinham uma relação simbólica ou econômica com determinadas áreas do prédio, como produzir um espaço, por meio de um projeto de restauração, que mantenha a riqueza de usos e funções daquele bem patrimonial? Grifo nosso (VARGAS, 2011, p. 51)

Vargas estuda o projeto de restauração do Mercado Central de Porto Alegre, considerando os diferentes grupos sociais que mantinham relações sociais e econômicas com o Mercado e faz uso da técnica de mapa mental para entender os valores atribuídos ao Mercado como uma das formas de criar embasamento teórico para o processo de restauro.

Dows e Stea (*apud* MACHADO, 2010, p. 3) “concebem o mapa mental como um espaço interior através do qual o indivíduo faz uma representação mental do ambiente geográfico, uma representação que é ‘o mundo tal qual as pessoas crêem que ele é’”. Destacam ainda que “a cartografia mental não reproduz; ela seleciona, constrói e organiza” e que “o mundo é aquilo que fazemos. O mundo tal qual nós imaginamos depende de nossas capacidades sensoriais, de nossa idade, de nossa experiência, de nossas atitudes e de nossos vieses.”

Del Rio (*apud* OLIVEIRA, 20??, p. 6) destaca que

O homem comunica-se por um processo cognitivo, que é a construção do sentido em nossas mentes, cujo processo possui fases distintas: percepção (campo sensorial), seleção (campo da memória) e atribuição de significados (campo do raciocínio), que leva à ação e a memorização

Kozel (*apud* OLIVEIRA, 20??, p. 6) entende a percepção como um

processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que se dá através de mecanismos perceptivos e principalmente cognitivos e a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos a interface entre

realidade e mundo, selecionado as informações percebidas, armazenado-as e conferindo-lhes significados.

Lynch faz um estudo da maneira pela qual percebemos a cidade. Destaca que cada cidadão percebe a cidade de uma determinada forma, e a imagem feita por ele está impregnada de memórias e significados.

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. O ambiente sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê (...). Desse modo a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes. (LYNCH, 1977, p. 7)

Através da técnica de mapa mental procuramos entender como cada indivíduo percebe o espaço da Praça Minas, no qual o prédio da Câmara está inserido, e quais os significados atribuídos individualmente pelos entrevistados a este espaço da cidade. Lynch (1977, p. 7) ressalta que, embora cada indivíduo crie e assuma sua própria imagem, existe um consenso substancial entre membros do mesmo grupo. Assim organizaremos, referente ao mapa mental, respeitando a divisão dos subgrupos que propusemos para esta fase do trabalho.

Para a decodificação dos mapas utilizaremos a ‘metodologia Kozel’ que diz a “codificação dos signos que formam a imagem não é apenas uma representação individual, mas coletiva, na medida em que compartilha valores e significados com comunidades e redes de relações, referendando um signo social” (KOZEL, 20??b, p.10).

O método de interpretação dos mapas, também, sugere considerar alguns critérios como, por exemplo, faixa etária, diferenças sociais, herança biológica, cultural e educação, pois estes elementos constroem diferentes percepções do espaço.

#### **4.3.5 A aplicação do método**

A partir dos subgrupos definidos, passamos a identificar quais pessoas iriam compor cada subgrupo. De posse desses nomes e endereços passamos a aplicar o método através de visita de casa em casa. Após o desenho do mapa mental, fazíamos também uma entrevista, seguindo um roteiro previamente preparado. Através da entrevista pudemos apreender alguns valores atribuídos aos monumentos como

forma de comprovar e complementar as informações apresentadas através do mapa mental elaborado.

Ressaltamos, mais uma vez, que a identidade dos entrevistados não será revelada, pelo mesmo motivo que não revelamos a identidade dos entrevistados que participaram dos outros métodos de pesquisa aplicados; entendemos que desta forma a pessoa se sentiria mais à vontade para expor sua opinião, principalmente porque questionávamos a atuação dos vereadores e um dos subgrupos é de pessoas que freqüentam as reuniões de Câmara. Assim, quando for necessário, vamos identificá-los como entrevistado 1, 2, 3, e assim por diante, considerando a ordem cronológica que as entrevistas foram aplicadas.

O trabalho de campo foi realizado no período de um mês, quando tivemos contato direto com os entrevistados. A amostra total é composta por 25 indivíduos segmentados da seguinte forma: 10 moradores da Rua Dom Silvério (entorno); 10 pessoas que frequentemente acompanham as reuniões da Câmara e 05 agentes de patrimônio. Entendemos que o tamanho dessa amostra é representativo, uma vez que a Rua Dom Silvério tem, aproximadamente, 70 casas, sendo algumas delas alugadas, três estavam fechadas para reforma e algumas outras são de moradores que ainda não possuem 25 anos que se estabeleceram naquela rua, portanto não se enquadrariam no perfil selecionado. O número total de pessoas que frequentemente acompanham a reunião da Câmara é de, no máximo, 20. Em geral, o público percebido no Plenário da Câmara é composto por jornalistas, funcionários da Câmara e pessoas que têm vínculo com o assunto em pauta. Assim, se está havendo algum problema nas escolas municipais, por exemplo, percebe-se um grande número de professores no Plenário, quando o problema em questão entra na pauta da reunião. Logo que o assunto é resolvido, ou não entra mais em pauta, esse grupo deixa de comparecer. Com relação ao grupo denominado de agente de patrimônio, são as pessoas que através do seu trabalho e/ou estudo lidam com essa questão.

Analisando os elementos da pesquisa, ressaltamos algumas características dos subgrupos:

O subgrupo, “moradores da Rua Dom Silvério”, é caracterizado por pessoas acima de 59 anos de idade; dentre os entrevistados, o morador mais recente, reside nesta rua há 28 anos, outros dois há 30 anos e os demais já moram na Rua dom Silvério há mais de 50 anos. Tal fato corresponde ao resgate da história da Praça Minas Gerais e da própria Câmara. Ressaltamos que as pessoas que fizeram parte da aplicação do método de Grupo Focal, que acabou se tornando uma entrevista com três moradores da Rua Dom Silvério, não fizeram parte da amostra do método de Mapa Mental.

O subgrupo “pessoas que frequentam a reunião da Câmara”, foi composto por uma jovem de 22 anos e os demais adultos acima de 38 anos. A principal característica desse subgrupo é o fato de que a relação entre eles e a Câmara é de natureza institucional, esse grupo compreende o funcionamento da Câmara.

O subgrupo “agentes de patrimônio” é caracterizado por pessoas acima de 41 anos de idade, tendo uma conselheira municipal do patrimônio, uma conselheira de patrimônio da Fundação Arquidiocesana de Mariana, uma funcionária do IPHAN, uma funcionária de museu, e uma graduada em Turismo e pós-graduada em patrimônio cultural que já trabalhou na Secretaria de Turismo de Ouro Preto. Sendo assim, a principal característica desse grupo é a relação profissional com a questão do patrimônio. Além disso, três dessas pessoas são moradores de Mariana e possuem alguma relação com o espaço estudado nesse trabalho. E todas elas, inclusive as não-moradoras de Mariana, possuem alguma relação com o referido espaço.

Durante a realização do trabalho é interessante ressaltar algumas peculiaridades, já que foram diversas as reações das pessoas ao serem abordadas: de um modo geral, fomos bem recebidos nas casas das pessoas, algumas nos convidavam para entrar mesmo antes de saber do se tratava, neste quesito os moradores da Rua Dom Silvério se destacaram pela receptividade. Porém após entender o motivo da visita, quase todos os entrevistados, independente da divisão dos grupos propostos, foram resistentes em fazer o desenho alegando geralmente que não sabiam desenhar bem. Isso, apesar de sempre tomarmos o cuidado de criarmos primeiramente, um ambiente agradável através de uma conversa informal para depois darmos início à ação propriamente dita. Alguns demonstravam, também,

insegurança nas respostas, alegavam que iriam participar, mas não sabiam se as respostas iriam nos atender. Sempre esclarecíamos que não havia resposta certa ou errada, estávamos preocupados com a visão de cada um acerca do assunto.

#### **4.3.6 Os resultados: análise e discussão**

Consideramos que o material coletado – desenhos e entrevistas – foi suficiente para a análise dos resultados.

Kozel (*apud* KASHIWAGI, 2004, p. 130) aponta a metodologia para análise e interpretação dos mapas mentais que tem como parâmetros: a interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem; a distribuição dos elementos da imagem, quanto à especificação dos ícones (pela representação de elementos da paisagem natural, da paisagem construída, dos elementos móveis e humanos) e, por último, a apresentação de outros aspectos ou particularidades. O resultado da aplicação dessas interpretações nos mapas mentais, aliados a uma abordagem fenomenológica do espaço, revelam uma nova forma de abordagem, que tem o intuito de contribuir nas análises espaciais, de forma a compreender a lógica dos atores, desde as aspirações individuais aos sistemas de valores dos grupos sociais.

A - Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem

Com relação à forma de representação dos elementos na imagem Kozel (*apud* KASHIWAGI, 2004, p. 130) observa, numa primeira análise das representações, uma diversidade de formas representativas, que são identificadas por ícones ou formas de representação gráfica por meio de desenho; letras, isto é, palavras complementando as representações gráficas; e mapas, formas de representação cartográfica que evidenciam a espacialização do lugar.

	Moradores da Rua Dom Silvério		Frequentadores das reuniões da Câmara		Agentes de Patrimônio		TOTAL	
	Número Absoluto	Porcentagem	Número Absoluto	Porcentagem	Número Absoluto	Porcentagem	Número Absoluto	Porcentagem
Ícone	10	100%	9	90%	5	100%	24	96%
Letra	4	40%	6	60%	1	20%	11	44%
Mapa	3	30%	2	20%	1	20%	6	24%
<b>Total Geral</b>	<b>17</b>	<b>56,67%</b>	<b>17</b>	<b>56,67%</b>	<b>7</b>	<b>46,67%</b>	<b>41</b>	<b>54,67%</b>

**Tabela 1 Mapas Mentais - Forma de apresentação da imagem**

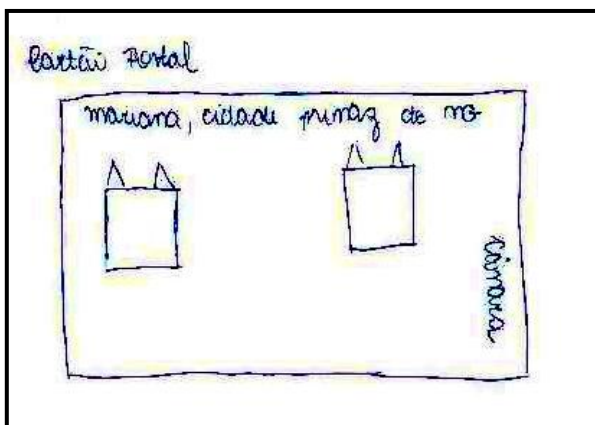
Fonte: KASHIWAGI, 2004, p. 131. Adaptado pela autora, 2012.

A partir da nossa análise, pudemos observar a predominância dos ícones em todos grupos, seguido da predominância das letras. A representação por meio de mapa foi considerada pequena; isso se deve ao fato de termos solicitado às pessoas que representassem a Praça Minas Gerais, diferente de outros trabalhos que utilizam a técnica de mapa mental, mas têm como objeto de estudo um bairro ou uma cidade, nos quais se espera uma recorrência de representação de mapas mais significativa.

Seguem alguns Mapas Mentais desenvolvidos pelos entrevistados exemplificando a interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem:

### Exemplo 1 – Ícones e letras

Entrevista 2 – frequentadores das reuniões da Câmara



**Figura 14 Mapa Mental – Entrevista 2**

Podemos observar a partir da representação deste Mapa Mental os ícones: as igrejas e o desenho dentro de um retângulo fazendo alusão ao formato de um cartão postal. As letras complementam a representação do desenho; a frase “Mariana, cidade primaz de Minas Gerais” é recorrentemente, impressa nos cartões postais da cidade. Essa representação nos mostra ainda a importância que a entrevistada atribui a este conjunto como um monumento capaz de representar a cidade de Mariana.

### Exemplo 2 – Ícones, letras e mapa

Entrevista 8 – Agente do patrimônio

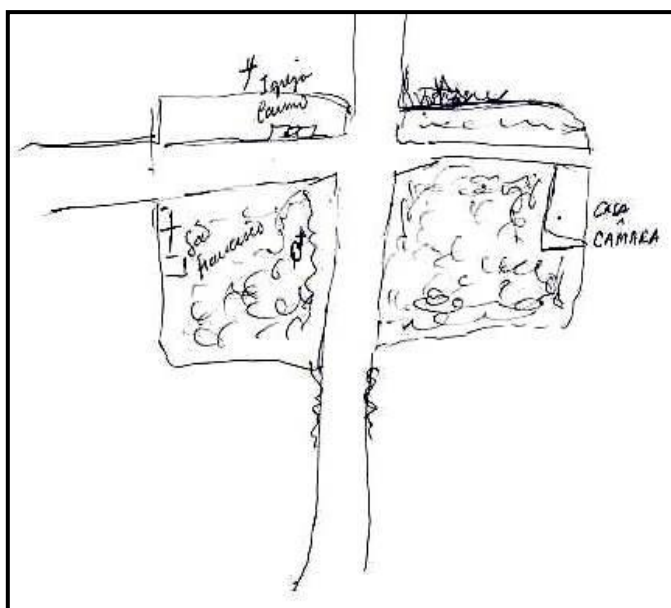


Figura 15 Mapa Mental - Entrevista 8

Nesta representação de Mapa Mental a entrevistada insere os elementos da Praça Minas Gerais dentro de um espaço, dando a ideia de recorte do mapa da cidade. Representa através de ícones a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de São Francisco de Assis e Casa de Câmara, complementando esses ícones com palavras. Cria ainda um ícone para representar o pelourinho e um emaranhado de linhas que representa o gramado existente em frente a Câmara e a Igreja de São Francisco. As linhas irregulares sobrepostas à margem da rua representam as residências no entorno da referida Praça. Se compararmos o tamanho de cada um



dos ícones, perceberemos que o entrevistado atribui mais valor à Câmara, já que foi o ícone de tamanho maior nesta representação.

#### B – Interpretação quanto à distribuição dos elementos da imagem

Neste item Kozel (*apud* KASHIWAGI, 2004, p. 136) diz que a partir da forma, verificou-se que as representações diferiam também quanto à disposição da imagem. Assim identificou alguns aspectos que classificou:

- Representação da imagem em perspectiva;
- Representação da imagem em forma horizontal;
- Representação da imagem em forma circular;
- Representação da imagem em forma de quadros e quadras;
- Representação da imagem de maneira dispersa;
- Representação de imagens isoladas.

	Moradores da Rua Dom Silvério		Frequentadores das reuniões da Câmara		Agentes de Patrimônio		TOTAL	
	Número Absoluto	Porcentagem	Número Absoluto	Porcentagem	Número Absoluto	Porcentagem	Número Absoluto	Porcentagem
Perspectiva	1	10%	1	10%	0	0	2	8%
Horizontal	1	10%	0	0	1	20%	2	8%
Circular	1	0	0	0	0	0	1	4%
Quadros e quadras	5	50%	7	70%	2	40%	14	56%
Dispersa	4	40%	0	0	2	40%	6	24%
Isolada	1	10%	0	0	1	20%	2	8%
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>21,67%</b>	<b>8</b>	<b>13,33%</b>	<b>6</b>	<b>20%</b>	<b>27</b>	<b>18%</b>

**Tabela 2 Mapas Mentais – Distribuição da imagem**

Fonte: KASHIWAGI, 2004, p. 136. Adaptado pela autora, 2012.

Observamos que a forma predominante de distribuição dos elementos da imagem foi a representação em quadros, tanto no somatório geral, quanto se considerarmos a representação por grupos, tendo maior peso no grupo dos frequentadores das

reuniões de Câmara. Observamos ainda que a representação de forma dispersa teve o mesmo peso tanto no grupo dos moradores da Rua Dom Silvério, quanto no grupo dos agentes de patrimônio. No grupo dos frequentadores das reuniões da Câmara não há nenhuma representação de forma dispersa. Tivemos apenas um registro de representação circular feito por um representante do grupo dos moradores da Rua Dom Silvério. Interessante perceber que nas duas representações feitas em perspectiva, os autores são artistas plásticos que trabalham com esculturas entalhadas na madeira.

### Exemplo 3 – Imagem em perspectiva

Entrevista 10 – morador da Rua Dom Silvério

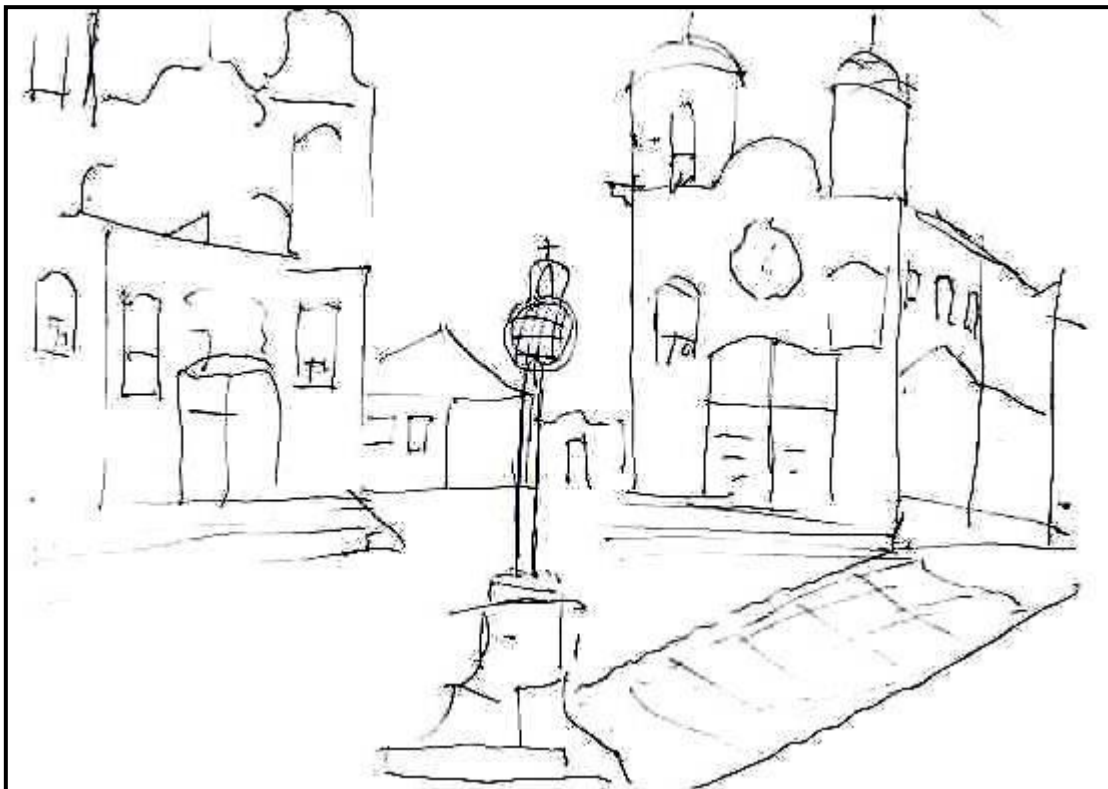


Figura 16 Mapa Mental – Entrevista 10

A representação em perspectiva nos mostra as duas Igrejas, a 'Casa da Sopa Tia Lica' entre as igrejas, o pelourinho e a rua. O desenho é rico nos detalhes e formas dos ícones apresentados. O entrevistado destaca também as escadas em frente às Igrejas. Interessante relatar que a entrevista foi realizada na casa do entrevistado e havia um quadro na parede com a imagem da Praça Minas Gerais. No entanto, no

quadro há a representação da Câmara. Ao ser solicitado que fizesse a representação o entrevistado pediu para copiar o quadro da parede da sua casa, mas descartou a Câmara na sua representação.

#### Exemplo 4 – Imagem horizontal

Entrevista 17 – Agente do patrimônio

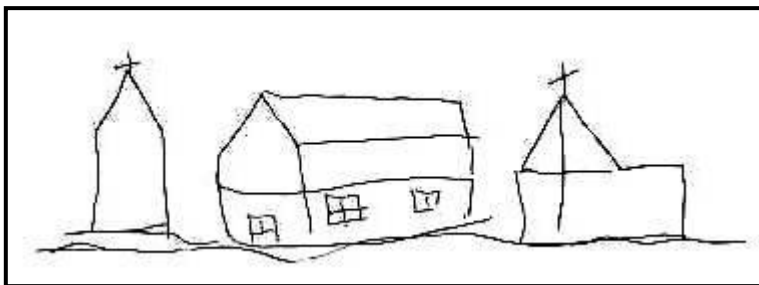


Figura 17 Mapa Mental – Entrevista 17

A imagem apresenta-se sobre uma base horizontal, destacando-se a Câmara entre as duas Igrejas.

#### Exemplo 5 – Imagem circular

Entrevista 18 – Morador da Rua Dom Silvério

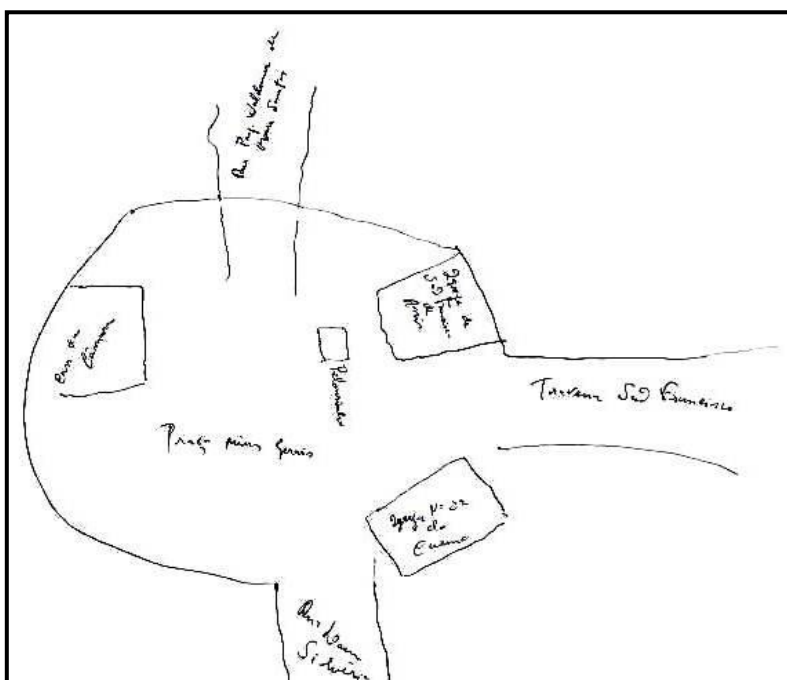


Figura 18 Mapa Mental – Entrevista 18

Nesta imagem percebemos os itens inseridos em um círculo, representando a Praça Minas Gerais. O entrevistado destacou ainda as ruas que dão acesso à Praça e os monumentos que compõem a Praça – Igrejas, Câmara e Pelourinho.

### Exemplo 6 – Imagem em quadros

Entrevista 25 – Frequentadores das reuniões da Câmara

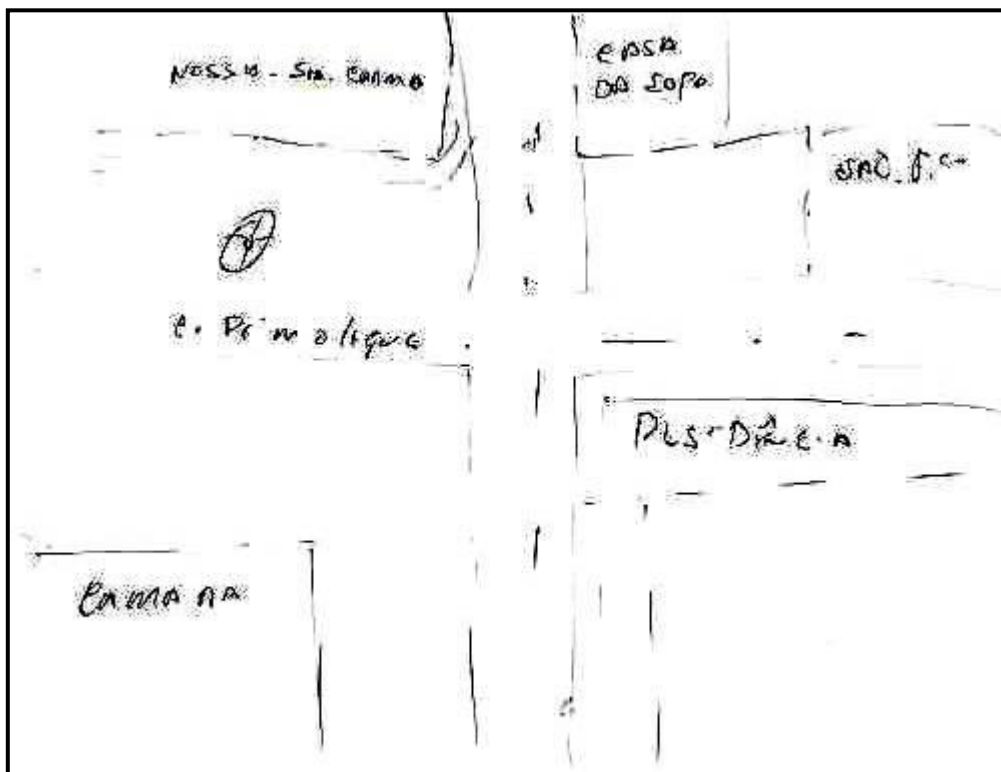


Figura 19 Mapa mental - Entrevista 25

Nesta representação, à exceção do ícone que representa o Pelourinho, todos os demais ícones são em forma de quadras, acrescidos das explicações em letras. Interessante perceber que este entrevistado lembrou-se de representar a 'Casa da Sopa Tia Lica', uma instituição de cunho social que oferece almoço às pessoas carentes da cidade. Um imóvel de construção simples, local onde é desenvolvido um relevante trabalho social e, inserido neste cenário de construções arquitetônicas suntuosas. Podemos atribuir a inserção desse elemento neste mapa mental o fato do entrevistado ser uma pessoa ligada a uma associação de bairro e, por isso, mais sensível à causa social.

### Exemplo 7 – Imagem dispersa

Entrevista 9 – Morador da Rua Dom Silvério

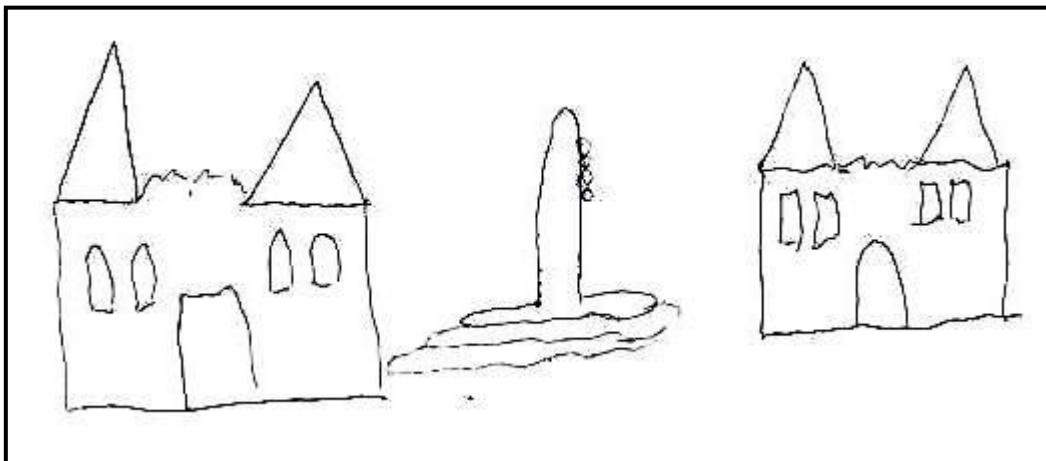


Figura 20 Mapa Mental – Entrevista 9

Nesta imagem podemos observar de três elementos que compõe a Praça Minas Gerais representados de maneira dispersa embora sejam complementares. Os ícones representam as Igrejas e o pelourinho presentes na Praça.

### Exemplo 8 – Imagem isolada

Entrevista 15 – Agente do patrimônio



Figura 21 Mapa Mental – Entrevista 15

Nesta imagem percebemos a representação de apenas um elemento da Praça de forma isolada, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, com destaque para a torre. A imagem nos revela ainda a preocupação da entrevistada com as ameaças sofridas pelo patrimônio da cidade.

#### C – Interpretação quanto à especificação dos ícones

Nesta interpretação, Kozel (*apud* KASHIWAGI, 2004, p. 143) especificou os ícones que compõem as imagens, em quatro grupos:

- representando elementos da paisagem natural;
- representando elementos da paisagem construída;
- representação de elementos móveis;
- representação de elementos humanos.

Adotaremos o agrupamento especificado acima. Todavia, alguns ícones citados não aparecem nos mapas mentais deste estudo. Mesmo assim, eles cumprem sua função de exemplificar e de orientar a análise dos mapas. O grupo definido pelos elementos da paisagem natural refere-se aos ícones inerentes aos elementos naturais existentes no ambiente, como montanhas, rios, lagos, sol, nuvens, flores e árvores, em geral. Os elementos da paisagem construída relacionam-se ao tecido urbano, construído pelo homem, ou seja, prédios, igrejas, casas, barracos, praças, bancos de praça, parques, logradouros, pontes, calçadas, equipamentos esportivos (campo de futebol, pista de corrida, ciclovia, trilhas). Também estão nesse grupo os ícones representados por equipamentos industriais, comerciais (lojas, supermercado, motel, correio, churrascarias, lanchonete), equipamentos ligados ao transporte (ruas, estação-tubo, terminal de ônibus), referenciais culturais (museus, universidade). O grupo dos elementos móveis relaciona-se aos meios de transporte, como carros, ônibus, caminhão de lixo, bicicleta, barco e avião. E o grupo de elementos humanos refere-se à representação de crianças e de pessoas, mesmo que estilizadas.

		Moradores da Rua Dom Silvério		Frequentadores das reuniões da Câmara		Agentes de Patrimônio		TOTAL	
		Número Absoluto	Porcentagem	Número Absoluto	Porcentagem	Número Absoluto	Porcentagem	No.	%
Paisagem Natural									
Montanha		0	0	0	0	0	0	0	0
Sol, lua e nuvens		0	0	0	0	1	20%	1	4%
Flores e jardins		0	0	1	10%	1	20%	2	8%
Árvores		1	10%	0	0	0	0	1	4%
Paisagem construída									
Casas		4	40%	3	30%	1	20%	8	32%
Ruas e calçadas		6	60%	6	60%	3	60%	15	60%
Eq. Transporte		0	0	0	0	0	0	0	0
Parques e Praças		8	80%	6	60%	2	40%	16	64%
Igrejas		10	100%	9	90%	5	100%	24	96%
Câmara		6	60%	9	90%	4	80%	19	76%
Pelourinho		6	60%	4	40%	1	20%	11	44%
Outros equipamentos	Capela de São Jorge	1	10%	0	0	0	0	1	4%
	Escadas	3	30%	3	30%	0	0	6	24%
	Cemitério	0	0	1	10%	0	0	1	4%
Elementos móveis									
Transporte terrestre		0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas de transporte		0	0	0	0	0	0	0	0
Elementos humanos									
Homem, mulher e crianças		0	0	0	0	0	0	0	0

**Tabela 3 Mapas Mentais – Especificação do ícones**

Fonte: KASHIWAGI, 2004, p. 145. Adaptado pela autora, 2012.

Desta forma, podemos observar que poucos foram os ícones que integram o item 'paisagem natural'. Esse aspecto foi reforçado durante as entrevistas. Nos depoimentos o foco de atenção maior é das Igrejas e da Câmara. Porém, apesar da

baixa incidência de elementos naturais, o item aparece em todos os subgrupos. Ademais o espaço analisado é uma praça construída, um recorte dentro da cidade. Ressaltamos ainda que o espaço do gramado em frente às Igrejas e à Câmara, quando representado por algum entrevistado, foi considerado por nós, como elemento de paisagem natural dentro do nosso contexto. Apesar de ser um jardim construído, a grama é um elemento da natureza e, por isso, optamos por contabilizá-la como elemento da paisagem natural. Interessante também registrar que a entrevistada que representou o céu, as nuvens e as estrelas, relatou que para ela, naquele cenário, o que há de mais belo é o céu, principalmente quando se está subindo a Rua Professor Waldemar de Moura Santos em direção à Rua Dom Silvério. Enquanto a entrevistada desenha ela diz: “É o sentido do caminho do céu. Tá aqui a Câmara, mas ela não me parece chamar tanto a atenção de quem sobe. Eu vou no sentido de quem sobe”. E mais a frente complementa:

“O céu ali daquela região é a coisa mais linda que Mariana tem. Quase ninguém olha para ele. No verão ou na primavera ele fica tão lindo. E Mariana parece que sempre olha para baixo. O povo de Mariana olha para baixo, não olha para cima. Talvez essa seja a tentativa de representação que mais simbolize a minha relação com aquela Praça. Ela é linda, sobretudo por causa do que ela mostra, de possibilidade de você ascender, de você subir”. (ENTREVISTA 4)

Quanto aos elementos da ‘paisagem construída’ percebemos que os ícones de maior representatividade são as Igrejas, em 96% dos desenhos aparece a representação de pelo menos uma das Igrejas. O único desenho no qual as Igrejas não foram representadas foi um desenho da entrevistada que se limitou a fazer um retângulo e escrever “cartão postal de Mariana”, relatando que esta é a praça mais bonita de Mariana, composta pelas duas Igrejas e a Câmara. Ou seja, apesar da entrevistada não fazer um ícone específico para representar as Igrejas ela atribuiu valor ao conjunto como um todo, elegendo-o como um cartão postal da cidade.

Na sequência, observamos a Câmara como segundo elemento da paisagem construída mais representado nos desenhos. Com um aspecto bastante interessante: o subgrupo com maior índice de representação da Câmara é dos frequentadores da reunião de Câmara (90%), seguido do subgrupo dos agentes do patrimônio (80%) e, por último, os moradores da Rua Dom Silvério (60%). Os moradores da Rua Dom Silvério, apesar de conviverem com esta paisagem quase que cotidianamente devido à proximidade das casas com a Praça e ainda pelo fato



de ser um caminho de acesso ao centro da cidade, onde se localizam as lojas comerciais, bancos, farmácias entre outros lugares que utilizamos no nosso dia a dia, foi o grupo com menor incidência de representação da Câmara. Já no subgrupo composto por pessoas que utilizam a Câmara, acompanhando o trabalho desta instituição, observamos a maior incidência de ícones que representam a Câmara, seguido pelo subgrupo dos agentes de patrimônio, composto por pessoas que têm um olhar mais aguçado para o patrimônio da cidade.

Em seguida, o ícone de maior representação foi a Praça. Vale ressaltar que consideramos o elemento 'praça' em todos os desenhos que o contorno da Praça Minas Gerais foi evidenciado. Sendo que, no subgrupo dos moradores da Rua Dom Silvério, essa representação foi mais recorrente (80%), seguidos dos frequentadores das reuniões da Câmara (60%) e, por último, dos agentes de patrimônio (40%). Acreditamos que esse resultado está associado ao fato de nos relatos dos moradores da Rua Dom Silvério aparecer com frequência o uso da Praça seja em festas cívicas ou religiosas, e ainda o relato da Praça ser utilizada pelos filhos, quando pequenos, como campinho de futebol ou de lazer, de um modo geral. A menor incidência no grupo dos agentes de patrimônio pode estar associada ao fato dessas pessoas se preocuparem mais com o patrimônio arquitetônico se comparado com o espaço da Praça como um todo, ou seja, pelo conjunto. Lembrando que as Igrejas obtiveram uma representação de 100%, nesse subgrupo e a Câmara uma representação de 80%, já a Praça obteve a representação de 40%.

A incidência de pessoas que fizeram referência às ruas foi constante (60%) nos três subgrupos.

Quanto ao pelourinho, podemos afirmar que sua representatividade, na totalidade, foi baixa (44%), se comparada com a representação dos outros elementos. Na totalidade, as Igrejas obtiveram uma representatividade de 96%, a Câmara de 76%, a Praça de 64% e as ruas de 60%. O pelourinho não é original desta Praça, foi montado na Praça em 16 de julho de 1981, segundo texto afixado no monumento. Fonseca (1998, p.36) faz referência ao primeiro pelourinho, época em que Mariana ainda era a Vila de Nossa Senhora do Carmo, que existiu no Largo da Matriz, hoje Praça da Sé, como sendo 'tosco':

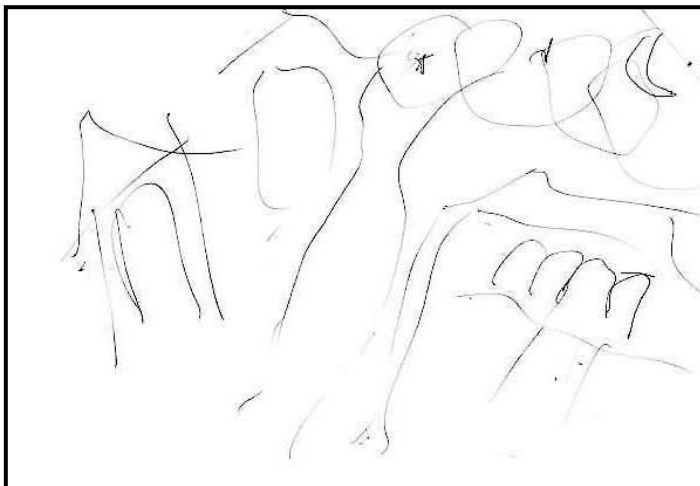
O terreiro da capelinha da Conceição, agora transformado em *Largo da Matriz*, adquiria uma estudada forma quadrangular, e passava a abrigar não somente a principal igreja, mas outros símbolos do poder colonial, colocados bem juntos à praça ou em suas proximidades, e acentuando seu valor de polarização. No centro deste espaço assentou-se um tosco pelourinho, cuja construção representou a primeira despesa da câmara. (FONSECA, 1998, p.36)

Durante as entrevistas algumas pessoas não se lembraram do pelourinho e outras se lembraram e justificaram que não iriam representá-lo por não ser original daquela Praça. A entrevistada 5, moradora do Rua Dom Silvério, diz o seguinte ao eleger e descrever os elementos da Praça que estava representando em seu mapa mental: (...) “e o Pelourinho cá embaixo que não faz parte, então eu preferi não pôr. Pelourinho foi posto ali no bicentenário da cidade, mas ele não era lá, então eu não pus.”

Interessante analisar ainda que não houve representação de nenhum elemento humano por nenhum dos entrevistados, apesar de nas entrevistas as pessoas reconhecerem a Praça como espaço de uso. Porém o uso frequentemente relatado refere-se a datas específicas, comemorações pelo aniversário da cidade, evento do Dia de Minas e procissões. Ou então, são acontecimentos que já não fazem parte do cotidiano dos entrevistados, como o uso do espaço para lazer das crianças, embora fossem os entrevistados as crianças que usaram o espaço ou os pais que levavam as crianças até a Praça.

### **Exemplo 9 – Paisagem natural – nuvens, céu e estrelas**

Entrevista 4 – Agente do patrimônio



**Figura 22** Mapa Mental – Entrevista 4

Nesta imagem a entrevistada representa à esquerda as duas Igrejas, ao centro a rua, e à direita a Câmara com as sacadas registradas através dos arcos. A rua dá a idéia de subida, de um caminho que vai se encontrar com o céu. Nas palavras da entrevistada o desenho é:

De um lado tá a percepção do que seria o conceito democrático, né?! Por exemplo, que é a Câmara. Foi a primeira Câmara de Minas Gerais, onde ocorreu o voto secreto e direto. Do outro lado a igreja enquanto guardiã desse patrimônio, e enquanto ao mesmo tempo é espaço de condução para um caminho do bem. Que o propósito pelo menos, teoricamente era esse. E por que eu faço isso tudo sobre rabisco? Porque na minha cabeça o que eu destaco mesmo é esse sentimento de ascensão. E essa ascensão para mim ainda não aconteceu. Mariana não consegue, Mariana tá criando em vez de, no processo civilizatório, em vez de ascender ela tá fazendo o caminho inverso. Mariana está no limiar, no meu entendimento, de uma crise que não tem tamanho. Hoje está em crise, mas essa crise ainda vai aumentar. A persistir esse estado de coisas que tá aí. (ENTREVISTA 4)

### Exemplo 10 – Paisagem natural - árvores

Entrevista 3 – Morador da Rua Dom Silvério

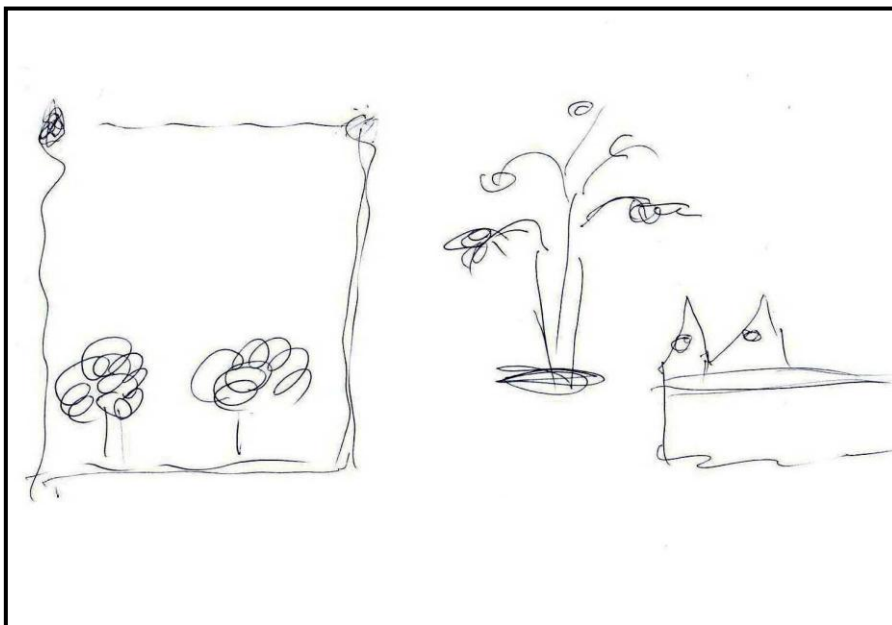


Figura 23 Mapa Mental – Entrevista 3

Outro desenho que nos chamou a atenção, quanto ao elemento da paisagem natural, foi da entrevistada 3 que fez um quadrado delimitando o espaço da Câmara sem, no entanto, representar o prédio da Câmara e colocou duas árvores dentro

desse quadrado, referindo-se às árvores que existiam naquele espaço, mas não existem mais. Na opinião da entrevistada as árvores deixavam a Praça muito mais bonita. Complementou o desenho com a representação do Pelourinho ao centro e de uma Igreja, todos os ícones representados de forma dispersa, apesar dos elementos serem complementares neste cenário.

### Exemplo 10 – Paisagem construída

Entrevista 23 – Frequentadores das reuniões da Câmara

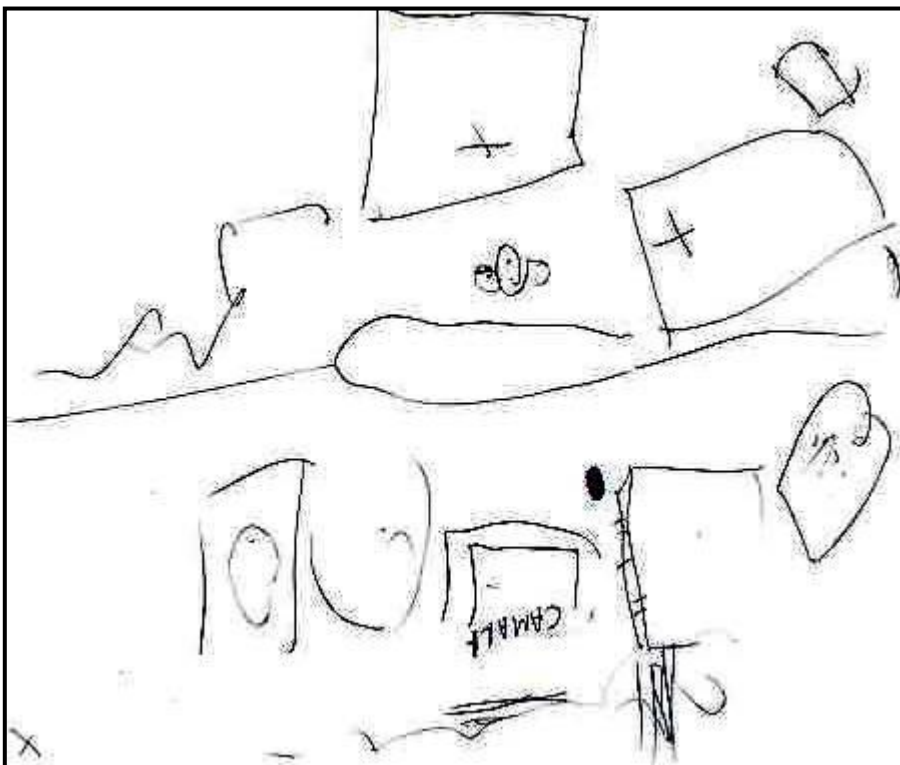


Figura 24 Mapa Mental – Entrevista 23

Quanto à representação dos elementos da paisagem construída, o mapa mental acima, foi o que reuniu o maior número de elementos em um mesmo trabalho.

Temos uma linha ao centro que representa a rua. Na metade superior estão as duas igrejas, o pelourinho, o cemitério (ao lado da Igreja de São Francisco) e a Casa da Sopa. Na metade inferior está a Câmara tendo à frente, representado por um círculo preenchido na cor preta, o hidrante e, no lado esquerdo um leve traço representando o gramado. Nas laterais da Câmara e nos fundos estão representadas as moradias.

A interpretação do desenho, nas palavras da própria entrevistada é também muito interessante:

A Praça Minas Gerais, pra mim, é um marco cultural muito importante. Primeiro pela confrontação religiosa e pelo pelourinho, que é reconstruído, a gente sabe que não é o original, mas tem ali o símbolo da coroa portuguesa com as obras e com tudo que fez. E mais a parte grave que é a parte do escravocrata mesmo, que tem ali no pelourinho. Por outro lado a gente tem o poder aqui na frente, que é a capacidade de mudar tudo isso, e a capacidade de confrontar e harmonizar tudo isso aqui. A gente tem uma área de lazer, a gente tem um espaço verde. A gente tem o fim [neste momento a entrevistada aponta para a representação do cemitério], mas a gente tem o início de toda a luta, que é batismo, a igreja, é aquela questão religiosa, mas também a luta dos políticos. E a questão social mesmo de ter moradores no entorno também, que aqui são várias casas para baixo da Câmara, né? A gente tem a sociedade, ali a gente tem todo o conjunto que representa uma sociedade, não em termos de comércio, de banco e tudo, mas tem todo o conjunto de uma representatividade religiosa, representatividade de poder, representatividade social, lazer. (ENTREVISTA 23)

Após a representação do mapa mental, fazíamos uma entrevista, seguindo um roteiro<sup>13</sup> previamente elaborado, a fim de obter mais informações acerca dos valores atribuídos à Praça Minas Gerais a partir da perspectiva de cada entrevistado. Segue uma síntese do resultado obtido a partir das entrevistas.

No grupo, **moradores da Rua Dom Silvério** quando questionados sobre a representatividade da Praça Minas Gerais, sete dos dez entrevistados, destacaram a beleza arquitetônica dos monumentos “é um dos conjuntos arquitetônicos mais ricos do Brasil, por reunir essas duas igrejas e o prédio da Câmara, né? Que é a primeira do Estado de Minas Gerais, né?” (ENTREVISTA 10), “ela [a Praça] é muito bonita e tem um conjunto arquitetônico muito bonito, né? Que são as duas Igrejas e a Casa da Câmara” (ENTREVISTA 3). A segunda característica mais apontada é a descrição como símbolo do poder religioso e civil, com aporte na história:

Ela [a Praça] representa na realidade a pujança de Mariana em determinado momento. E também ela nos faz refletir sobre toda a história. Ela nos mostra o poder da Igreja sobre a cidade, mas mostra também o Poder Legislativo e Executivo que ali também, naquele prédio, era Prefeitura, Câmara e cadeia. Então ela sustenta isso e nos acorda pra questão do domínio português. (ENTREVISTA 5)

Em seguida são relatados os usos da Praça como área de lazer infantil e como palco das celebrações religiosas e das festas cívicas: “ali tem as festas da igreja, tem

---

<sup>13</sup> O roteiro consta como anexo deste trabalho

shows” (ENTREVISTA 9); “na minha infância, os meninos iam ali para a Praça jogar bola, brincar de pega-pega, essas brincadeiras de antigamente” (ENTREVISTA 18); “as procissões da Semana Santa são maravilhosas, na procissão do encontro, o encontro se dá bem aqui na Praça, é lindo” (ENTREVISTA 7)

Nos pontos positivos destacados por esse grupo estão novamente a referência à beleza arquitetônica do conjunto, às festas religiosas e cívicas o reconhecimento como ponto turístico e como símbolo da história de Mariana. Nos pontos negativos apontados, o de maior destaque é a falta de manutenção dos monumentos, seguido do problema do trânsito de carros intenso na Rua Dom Silvério e Praça Minas Gerais. O calçamento também foi apontado como ruim para locomoção das pessoas a pé. Duas entrevistadas citaram ainda a falta de flores na Praça “depois que retiram o jardim que tinha em frente à Câmara, os pássaros sumiram da Praça” (Entrevista 7). Uma entrevistada citou como negativa a postura dos guias de turismo “esses cicerones, eles são uma vergonha para a cidade, viu? Primeiro, eles não usam crachá, eles não têm uniforme, eles não sabem a história de Mariana, não fizeram curso, eles brigam na frente dos turistas, isso a gente já viu muito, sabe?” (ENTREVISTA 3). Outra entrevistada citou o mau uso da Praça pelos casais de namorados, à noite, nas escadarias das Igrejas, a sujeira deixada pelos cachorros que as pessoas levam para passear na Praça, as pessoas urinando nas quinas dos monumentos. E afirma que a causa desses problemas de mau uso é a falta de vigias a noite. Um entrevistado elencou como negativo o fato de não existir mais o Grupo Escolar Gomes Freire que havia ao lado da Câmara que foi demolido, segundo relatos das entrevistas, provavelmente entre as décadas de 20 e 30 dos noventa.

Para esse grupo, o aspecto mais relevante com relação à representação das Igrejas está associado à religiosidade, à história: “primeiro a fé do povo, né? O brasileiro de um modo geral é um povo de país católico. Podemos dizer como causa principal a colonização que nós recebemos de Portugal” (Entrevista 10)

Olha, naquele cenário é o que estou lhe dizendo, é a nossa história, é como viveu o povo anterior a nós. Eu acho que a história de um povo, a identidade dele, ela não pode ser maculada, ela tem que ser preservada, não precisa ser vivenciada de novo, por que isso é um crime, mas ela não pode ser maculada, ela tem que ser conservada. (ENTREVISTA 5)

Há ainda referência à beleza do monumento, à demonstração de poder e riqueza da Igreja e ao aspecto de ser um ponto turístico da cidade.

Quando questionado sobre a representação da Câmara o grupo se dividiu entre os aspectos relativos ao trabalho da instituição e os aspectos relativos à construção do prédio e à história: “representa o cuidado com Mariana (...) ela representa a normatização da vida no período colonial” (ENTREVISTADA 5); “esse prédio foi construído, criado, com dupla finalidade: Câmara e Cadeia” (ENTREVISTADO 10); “eu acho que a Câmara deve muita coisa, sabe, ao povo. Porque você não tem um lugar onde reclamar das coisas. Quando eles querem o seu voto vem na sua casa, pedem voto, depois eles somem” quanto ao prédio, a entrevistada comenta “ele contorna ali com as duas Igrejas que fica muito bonito. Eu acho que ali é o lugar mesmo apropriado para a Câmara, como era para a Prefeitura, né?” (ENTREVISTADA 3).

A respeito das experiências vividas no espaço da Praça, a maioria, citou a Praça como uma área de lazer dos próprios entrevistados ou dos seus filhos: “tinha um campinho ali que os meninos gostavam de jogar futebol e tal. A gente ficava sentada naquelas, naquela escada, assistindo o jogo. Quer dizer, era uma área de lazer principalmente para o pessoal da Rua Direita onde eu nasci” (ENTREVISTA 11); “olha, naquela praça, ali do São Francisco, quando criança, jovem, a gente jogava bola, era quase um ringue aquilo ali, jogava pelada” (ENTREVISTA 10). O segundo ponto mais citado é relacionado aos acontecimentos da igreja “eu já toquei muito violino naquelas duas Igrejas ali Igreja do Carmo, São Francisco viu? Novenas viu? (ENTREVISTA 11); “meu marido era da irmandade de São Francisco, então ele ficou muitos anos, acho que ficou uns 30 anos cuidando da Igreja de São Francisco” mais a frente relata outra experiência “e a gente [a entrevistada e seu marido] também se casou ali, a minha filha, a minha neta, aliás as minhas filhas. Tenho três casadas, e todas casaram lá” (ENTREVISTA 3). Apenas uma entrevistada fez relação entre a sua experiência pessoal e a Câmara “uma vez quando eu escrevi um livro, eu fui chamada para lançar o livro lá [na Câmara]. (...) Agora eu tenho outras experiências na Câmara (...) eu tenho uma experiência muito interessante dos júris que aconteciam ali. Os júris eram maravilhosos” (ENTREVISTA 5).

Quando questionados sobre como era a Praça no passado, uma entrevistada respondeu que era da mesma forma que é hoje, e não fez nenhuma ressalva. Cinco entrevistados relataram que era tal como é hoje e, em seguida, faziam uma ressalva lembrando que o pelourinho não fazia parte da Praça e/ou que havia um jardim em frete à Câmara. “A mesma coisa. Porque como eu te falei, quando eu vim para Mariana em 1950, a única diferença era o pelourinho que alterou, né? E tem uma fotos antigas que relatam que havia um grupo escolar.” (ENTREVISTA 10); “era a mesma coisa que tá ali. Com aquele pelourinho ali, agora eu não sei quem foi, para falar a verdade eu não me lembro qual foi o prefeito, o pelourinho ficou, como diz, guardado por muitos anos” (ENTREVISTA 11); “a mesma coisa. Tinha o jardim em frente a Câmara e os presos pendurados nas grades da cadeia” (ENTREVISTA 7). Os outros quatro entrevistados apontaram de imediato algumas alterações na Praça: “a diferença que eu me lembro foi a que eu já falei com você, ali tinha duas árvores em frente à Câmara” (ENTREVISTA 3); “ali em frente ao São Francisco tinha umas pedrarias” (ENTREVISTA 9); “pelo que eu já vi, pelo que eu já estudei o pelourinho não era lá, isso é uma coisa” (ENTREVISTA 5). As diferenças apontadas pelo entrevistado 13 foram as mais chamativas, o entrevistado possui 98 anos de idade e vivenciou muitas transformações na Praça

Ali na Praça, antigamente existia ali, uma pena que eles desmancharam um Grupo Escolar Gomes Freire, lá naquele canto. Eu estudei lá (...) O grupo era ali naquele canto de lá, no gramado. Junto com aquela casa lá (...) O recreio era do lado ali na Câmara, no fundo. Era um prédio até bonito, as varandas de madeira. Havia também uma plantação de Magnólia no espaço em frente a Igreja São Francisco, contornando o espaço e a gente brincava de bola ali no meio. (ENTREVISTA 13).

Questionados sobre a atuação dos vereadores, dois entrevistados sinalizaram de forma positiva: “aqui não tem nada a reclamar não dos vereadores. Pelo menos nossa rua é muito bem cuidada” (ENTREVISTA 9). Os demais sinalizaram negativamente: “de um modo geral, a política está todo deteriorada, né? Vive-se mais de interesse pessoal do que do bem público, né? Sempre a prioridade dos políticos hoje é o individualismo, né? A prioridade deles. Poderia ser o contrário, né?” (ENTREVISTA 10); “não fazem nada, só ganham dinheiro” (ENTREVISTA 14); “é uma atuação mais individualizada, não vejo atuação pelo coletivo” (ENTREVISTA 7); “Eu acho que eles não sabem se impor. Talvez por falta de cultura mesmo. O nível dos vereadores nem aqui, nem em lugar nenhum, não é bom. Eles não fazem o



que deveriam fazer. Fica naquela mesmice, né? Não tem assim, iniciativa de criar nada”. (ENTREVISTA 19).

Com relação à história da Câmara sete entrevistados relataram o fato do espaço da Câmara já ter sido dividido com a cadeia, fórum e prefeitura. Uma entrevistada disse que sabe de relatos que ao lado da Câmara já teve uma construção que abrigou o Grupo Escolar Gomes Freire de Andrade e que o mesmo foi demolido por questões políticas, numa tentativa de apagar a memória de Gomes Freire que era republicano. Foi citado ainda que os vereadores de antigamente não recebiam salários e que no salão de entrada da Câmara aconteciam bailes para comemorar posses de prefeitos.

Questionados a respeito do patrimônio arquitetônico da cidade todos reconheceram que é bonito, é importante como registro da nossa história, da nossa identidade “o Patrimônio Arquitetônico em Mariana é de um valor como se diz com bastante peso né? E sendo Mariana a primeira cidade de Minas, a primeira Capital, aquela coisa da toda né?” (ENTREVISTA 11), mas muitos apontaram a situação de abandono, outros apontaram a demora nas tomadas de decisão por parte do IPHAN, além das descaracterizações ocorridas ao longo do tempo:

Eu vejo a única coisa que eu sei, eles não conservam, eles querem o patrimônio assim, eu falo por mim. Eles, se você tiver fazendo uma reforma na sua casa, mexendo em uma janela, mexendo no telhado, eles vem pra barrar o seu serviço, mas na hora que você precisa pra poder vir olhar, o que, que, que, por exemplo, eu vou mexer no meu telhado ano que vem. Eles já falaram assim comigo: “você tem que pedir licença lá, senão eles vêm e barram o seu serviço”. Tá certo, não quer que faz, não quer descaracterizar e a gente não vai fazer isso também. Mas quando a gente pede, suponhamos, esse trânsito todo pesado na rua, que ta estragando nossas casas, isso ninguém olha. (ENTREVISTA 3)

Nas palavras de outra entrevista, os mesmos aspectos são ressaltados:

As intervenções, elas são estranhas. Não há um estudo profundo das coisas, não. Vão só fazendo as intervenções. E outra coisa, o próprio povo hoje. Mariana conhece esse afluxo de pessoas das empresas, ela mudou a característica do povo. Hoje fica uma meia dúzia preservando e o resto tudo querendo que acabe, seja uma cidade “moderna”. Nós não podemos ser uma cidade moderna. Nós temos que preservar isso aqui. Quando foi feito o Plano Diretor de Mariana eu dei uma frase que eles até usaram em todo o Plano Diretor: “Preservar progredindo e progredir preservando”. Por que eles começam a progredir e começam a quebrar, fazer coisas diferentes, isso não pode. (ENTREVISTA 5)

Outro entrevistado apresenta queixas semelhantes:

Pois é, o que todo mundo fala, o que parece que é até óbvio é que está tudo muito mal cuidado, né?! Está muito mal cuidado. Agora eu não sei como que funciona essa política entre o IPHAN, IEPHA, o município, a arquiocese. Porque em meu modo de pensar, eu acho que esses órgãos deveriam trabalhar em parceria, né?! Deveriam trabalhar em parceria, não é?! (ENTREVISTA 10)

A outra entrevistada ressalta a importância do patrimônio, mas chama-nos a atenção para a descaracterização e lembra que o escritório do IPHAN é recente em Mariana

Olha, Mariana foi a primeira cidade de Minas, né? Então a Rua Direita, por exemplo, é uma rua que você não pode ter defeito nas construções. Embora tenha ali, umas duas casa mais modernas, do tempo que não existia o IPHAN, então ninguém olhava. Mas, a maioria dos sobrados ali são bem do tempo, bem do estilo arquitetônico daquela época, né? E até essa rua aqui [Rua Dom Silvério], ela é das mais conservadas, embora quase todas as casas tem garagem, coisa que não era para ter, né? Mas houve uma época, que o patrimônio não funcionava, então todo mundo aproveitou e fez o que quis. Pra nós, que moramos na cidade, não vê nada de anormal, mas o pessoal que vem de fora, eles ficam encantados. Eles passam aqui na rua, param. (...) Então assim, a arquitetura de Mariana, da parte histórica de Mariana, ela é bonita. Agora, lá pra baixo, para as montanhas, aquilo lá virou uma avacalhação só, né? Como em todo lugar” (ENTREVISTA 19).

Dois outros entrevistados apontaram ainda como um entrave às limitações impostas pelo IPHAN os proprietários de casas tombadas: “Atraso, não deixa a cidade progredir. Deveria conservar, mas poderia permitir algumas coisas, como abrir garagem, por exemplo” (ENTREVISTA 13).

Ah isso aí não gosto não. Te dou como experiência a nossa rua aqui, é tombada pelo Patrimônio, né? A gente não pode mexer em nada. Eles não ajudam a gente cuidar de nada e deixa caminhão tudo passar aqui nessa rua, chega a tremer, passa ônibus, passa é caminhão de bebida, essas coisas. Igual há pouco tempo aí, com esse trânsito aqui, tinha acabado de pintar a casa, passou tanto caminhão, tanta coisa aqui na rua que deu uma pingueira na minha calha, ali em cima, que manchou as paredes dos quartos todinho, mofou tudo. Patrimônio aqui eu não gosto de Patrimônio aqui não, eles não cuidam daqui não (ENTREVISTA 9).

No grupo das **peçoas que freqüentam as reuniões da Câmara** novamente, apareceu em destaque à beleza arquitetônica da Praça quando questionados sobre a representatividade do lugar: “eu vejo a Praça, o símbolo assim como se, da cidade de Mariana. Uma coisa histórica que a gente vê em muitos cartões postais” (ENTREVISTA 2); “a Praça mais bonita de Mariana” (ENTREVISTA 1), seguida da representação da beleza associada ao poder civil e religioso: “A Praça é como dizia o poeta, Dostoievski, ‘a beleza salvará o mundo’. É uma das Praças mais belas de Minas, com o poder, que antes era o fórum, foi cadeia, foi tudo, né? Que representa o poder, representando o poder de Minas, né?!” (ENTREVISTA 16). Além das

referências ao uso do espaço para as festas religiosas e cívicas e como ponto turístico é conceituada ainda como um marco histórico e cultural da cidade.

Vários pontos positivos foram apontados: primeiramente a beleza arquitetônica “O conjunto arquitetônico é belíssimo” (ENTREVISTA 16); seguido da localização privilegiada “tá no centro da cidade. Acho que é fácil de chegar para quem vem de fora” (ENTREVISTA 2). Foi destacado positivamente também, o uso da Praça para as festa cívicas e religiosas “acho lindo os eventos que é feito igual o 21 de abril que acontece lá [aqui cabe ressaltar, que o evento cívico marcante desta Praça é no dia 16 de julho, quando é comemorado o Dia de Minas, acreditamos que o entrevistado se confundiu], a festa de aniversário da cidade” (ENTREVISTA 21); o uso como ponto de encontro e área de lazer “é uma área de lazer também, a gente vê assim que tem gente que, tem estudante que vem pra, não pra namorar necessariamente, mas que encontra com os amigos nessas, no gramado ou no adro das Igrejas ou daqui da Câmara” (ENTREVISTA 2). E duas entrevistadas entendem que a Praça é bem conservada “o Patrimônio [IPHAN] preocupa com essa preservação. Talvez a preocupação que o Patrimônio tem em está preservando para que Mariana não morra, para que não ressurgam a Mariana que não existiu, essa coisa de preservar a história é muito importante” (ENTREVISTA 12). Em desacordo com os entrevistados que apontaram a conservação como fator positivo, outros quatro entrevistados apontaram que falta manutenção; para eles a Praça poderia ser melhor conservada “falta cuidado. Falta uma pintura, né?” (ENTREVISTA 1); “falta preservação do calçamento, o hidratante que tem ali não é cuidado, haja visto o incêndio na Igreja do Carmo e não tinha água no hidrante da Praça” (ENTREVISTA 23); “Perdemos o casarão que era ao lado da Câmara, onde funcionou a escola” (ENTREVISTA 20) . Com relação à falta de informações sobre a história do local, tanto para ser repassada aos turistas, como para a própria comunidade local relacionando-a também com o despreparo dos guias de turismo “acho que nossos guias de turismo não, nem se vestem adequadamente para a recepção dos turistas” (ENTREVISTA 1);

eu acho que deveria ser diferente a questão das pessoas que estão aqui para recepcionar, sabe? Vou falar desses prédios. Eu acho que tinha que ter uma pessoa assim com um pouquinho mais de entendimento da história tanto da Câmara quanto das igrejas. Eu acho que as pessoas que tão ali pra, pra, guiar os turistas, para apresentar, nem sempre eles, pelo menos

eles não demonstram assim, tem uns que falam tal, explica mas cê fica na dúvida assim, se é verdade o que ta falando. (ENTREVISTA 2)

Outra entrevistada ressalta a falta de informação, mas sob o aspecto da própria comunidade

Talvez de negativo, às vezes as pessoas não têm esse conhecimento, o que é a história né? Então às vezes eles nem preocupam em tá cuidando. As pessoas que eu falo: o povo. Patrimônio sim, ele tem e esta consciência, mas o povo talvez não, por não ter essa consciência de cuidar do que é dele, mas pra deixar para outras gerações. Talvez isso seja um ponto negativo, por que hoje eu acho que as escolas não transmitem isso pra gente, a gente vai tomar conhecimento disso quando já fazendo uma pesquisa ou de procurar informação, mais então desde lá do primário deveria e tá instituindo isso na nossa mentalidade pra que a gente tivesse essa ciência lá no comecinho. (ENTREVISTA 12)

Um entrevistado apontou ainda que a Praça não possui bancos para as pessoas se sentarem “poderia ter uns bancos para as pessoas sentar, apesar que o pessoal usa a escadaria das Igrejas e é gostoso ficar ali admirando a Praça, mas poderia ter uns bancos”. E outra entrevistada apontou como ruim a substituição do calçamento em frente à Igreja de São Francisco:

antes dessa última reforma que fizeram lá, tinha umas pedras em frente ao São Francisco, então na Semana Santa quando a gente vai lá para assistir a pregação, a visão ficava melhor. Agora com a grama, parece que ficou assim irregular e a gente não consegue ver direito. Principalmente para quem tem problema de coluna, né? A gente fica lá embaixo, né? (ENTREVISTA 22).

Com relação à representação das Igrejas no cenário da Praça Minas Gerais, a resposta que obtivemos com mais frequência foi relacionada à função propriamente dita da Igreja “como eu sou católica e devota de Nossa Senhora do Carmo, eu acho que é uma casa de oração, uma casa para pedir e para agradecer, não só para visitaçãõ” (ENTREVISTA 1); “pra mim representa a demonstraçãõ de fé do povo” (ENTREVISTA 20). Em seguida, a resposta mais recorrente esteve relacionada com a beleza do monumento, a imponência da construção e a representaçãõ da cultura e da história “as Igrejas sãõ monumentos históricos, né? Entãõ pelo tempo delas, pela idade delas, né?” (ENTREVISTA 21); “ah é a beleza, é a cultura do povo” (ENTREVISTA 12); “a igreja é a guardiã da história e do patrimônio” (ENTREVISTA 16). Outros três entrevistados atentaram para a simbologia do poder e dos conflitos advindos desse poder: “O poder das irmandades da época, né?! Que antes era a que tinha mais dinheiro fazia a igreja mais bonita, a que tem mais ouro. E continua

sendo, né?!” (ENTREVISTA 16); “eu acho muito complicado você pensar nisso tendo o pelourinho logo ali na frente (...). Difícil responder se você num pensar antes, como você prega uma coisa lá dentro e você vem aqui fora e acontece tudo o que já aconteceu” (ENTREVISTA 2). E dois entrevistados acrescentaram nas suas respostas o reconhecimento das Igrejas como ponto turístico.

Quanto à representação da Câmara, como era de se esperar, devido ao perfil desse grupo, a resposta mais frequente esteve ligada à função da instituição “Deveria representar o povo, mas a Câmara não executa o que se espera” (ENTREVISTA 23); “é a casa do povo” (ENTREVISTA 22). Em algumas respostas a importância dada à instituição esteve associada também à beleza arquitetônica do prédio e em outras respostas a beleza arquitetônica esteve associada ao poder:

A Câmara, como sempre, eu ponho da mais importante. É aqui dentro que uma vez eu lembro falaram em até mudar a Câmara de lugar. Eu acho podem fazer um palácio onde for, acho que a Câmara não pode sair daqui, ela pode ser até restaurada que muita coisa vai ficando velha tem que ser mexida, mas na estrutura dela no formato dela não pode mexer, que aqui foi os acontecimentos todos da cidade, acontecem aqui dentro num é? Então eu acho importantíssimo a Câmara, o prédio da Câmara. (ENTREVISTA 21)

Outro entrevistado disse: “É o poder, né?! Que tá na mão deles para eles decidirem o que é de melhor, né?” (ENTREVISTA 16); “Além da beleza? A Câmara assim, tem a importância de tá transmitindo informações, né?” (ENTREVISTA 12); “a Câmara é muito importante, importantíssima. Principalmente referindo ao trabalho dali. Principalmente se todo mundo estiver ali dentro trabalhando com seriedade com a população, né?” (ENTREVISTA 24).

Uma entrevistada enfatizou a história da instituição e o ambiente de convivência: “é um lugar que já teve tanta coisa. Já foi prefeitura, é Câmara, já foi cadeia. Eu penso, às vezes, na Câmara como um lugar assim pesado, carregado (...). A primeira impressão que eu tenho assim.” (ENTREVISTA 2). E outra entrevistada acha o ambiente confuso:

eu acho muito embolado e não tem condições do turista visitar todas as salas, que diversas vezes a gente vê um turista pedindo para entrar numa sala pra ver como que é então ele tem acesso só aos dois salões e ao Plenário e a Cadeia lá embaixo. Então eu acho que aqui deveria ser só pra visita (ENTREVISTA 1).

Quando solicitados para descrever uma experiência vivenciada na Praça Minas Gerais as respostas reafirmam o uso da Praça como espaço de lazer e de comemorações cívicas e religiosas: “Dia de Minas, namorar do lado da Igreja São Francisco e um bar que tinha aqui” (ENTREVISTA 1); “vinha aqui só pra festas, pra festas da Semana Santa, festas religiosas né? As cívicas também” (ENTREVISTA 21); “É, quando criança nós tínhamos o costume de desfilarmos pro 7 de setembro e eu achava assim magnífico” (ENTREVISTA 12); “a gente vai lá quando tem missa, procissão” (ENTREVISTA 24); “Joguei muita bola ali. Antes de ter o pelourinho (...)Dançar quadrilha” (ENTREVISTA 16); “posse de prefeitos, shows, manifestações, os velórios na Câmara” (ENTREVISTA 23); “eu tive uma namorada que nós começamos a namorar ali na Praça” (ENTREVISTA 25); “quando a gente era menino, jogava muita pelada ali na Praça depois da aula. Tem também as festas do Dia de Minas. Tem trinta anos de Dia de Minas, e a festa sempre foi na Praça. As procissões da Semana Santa” (ENTREVISTA 20). Apenas uma entrevistada teve uma lembrança de natureza um pouco diferente, esteve relacionada a estudo: “Aula de inglês, que eu já tive aqui na Praça. Uma aula assim, totalmente diferente, porque a escola era aqui perto, na Rua Dom Silvério, e aí o professor trouxe a gente pra fazer aula aqui” (ENTREVISTA 2).

Quando questionados de como era a Praça no passado, quatro entrevistados responderam que a Praça não foi modificada: “a mesma coisa de hoje. Lembro da época da Igreja pegando fogo, porque não tem tanto tempo que eu tô aqui, né? Eu vim para Mariana em 85” (ENTREVISTA 1); “Sempre a mesma, do jeito que tá hoje. Num tem nada diferente de hoje não.” (ENTREVISTA 2); “a mesma coisa. Eu não tenho outra imagem em mente não” (ENTREVISTA 12); “sempre foi desde mesmo jeito” (ENTREVISTA 25). Interessante perceber que o último processo de intervenção pelo qual a Praça passou foi em 2006, conforme será apresentado adiante e, nesta época, todos estes entrevistados já moravam em Mariana. Outros cinco entrevistados se referiram às mudanças no jardim em frente a Câmara, ao calçamento ou ao pelourinho: “a única diferença que tinha um jardim em frente a Câmara, com umas flores, só isso” (ENTREVISTA 20); “Eu só lembro do calçamento que era ruim demais, lembro do calçamento cheio de buraco e as pedras roliças, tinha umas pedras roliças não era essas pedras de hoje né? Então nessa mudança que teve aqui na estrutura das ruas aí melhorou muito a rua era horrível”

(ENTREVISTA 21); “Tinha, você deve ter visto em fotografia, mesmo na minha época de criança, existia ali aquelas quaresmeiras que fala? Ali na frente da Câmara (...). O pelourinho já é mais recente, já é da época de Jadir Macêdo que foi colocado, né?!” (ENTREVISTA 16); “eu sei que o pelourinho não é original” (ENTREVISTA 23). E uma entrevistada lembrou-se da forma como era o muro dos fundos das casas da Rua Direita que fazem limite com o gramado em frente à Igreja de São Francisco: “O muro do fundo das casas da Rua Direita que chega até o gramado do São Francisco não tinha muro, era uma cerca de bambu” (ENTREVISTA 22).

Com relação à atuação dos vereadores, oito entrevistados se demonstraram insatisfeitos, classificando como “jogo de interesses, muito interesse, vaidade e olhar para o próprio umbigo” (ENTREVISTA 1); “Tem um, alguns vereadores que eu vejo assim que ajuda mais a população. Tem outros que eu acho que preocupa mais com questões, como que eu posso dizer, não é questões maiores, assim, num todo não, é com uma pessoa mais no grupo, entende?” (ENTREVISTA 2); “Hoje tá deixando a desejar, né?! Mas eles são bons. Atenciosos, tem que parar com isso e atentar mais para as necessidades da cidade, né?! Do que nos seus umbigos, né?!” (ENTREVISTA 16); “pouco atuante, tem vereadores que nem conhecem a cidade toda. Aliás, deve conhecer por causa da campanha, quando vão pedir voto. Depois nunca mais voltam” (ENTREVISTA 25); “a situação política é instável. Os vereadores omissos, com políticas individualistas. Se vê, são poucos projetos que são votados que são voltados para a cidade como um todo” (ENTREVISTA 20); “não é eficaz” (ENTREVISTA 23); “ não se preocupam com o patrimônio” (ENTREVISTA 12); “pouco atuante” (ENTREVISTA 22). Um entrevistado classificou como “local de debate de troca de idéias” (ENTREVISTA 21), e outro disse que “política é problemático, mas aqui na nossa associação parece que eles estão nos ajudando. Estamos aguardando a resposta” (ENTREVISTA 24).

Solicitados a falar sobre a história da Câmara, dois alegaram que não conhecem, seis apontaram as outras funções já exercidas no prédio – cadeia, fórum e prefeitura. Uma entrevistada relatou a divisão política entre membros da direita e membros da esquerda e outra entrevistada relatou o falecimento de uma funcionária por queimadura ao manusear aparelho elétrico nas dependências da Câmara.

Questionados a respeito do patrimônio arquitetônico da cidade, sete entrevistados demonstraram preocupação, por entenderem que as construções estão abandonadas “faltam políticas de conservação” (ENTREVISTA 23); “falta conservação e fiscalização” (ENTREVISTA 25); um entrevistado ainda complementou que o IPHAN impõe muitas regras e acaba por dificultar a própria conservação e manutenção dos prédios “O que eu vejo é o seguinte, o IPHAN né? Que é o órgão responsável só proíbe, é só não sei o que, mas não tem atitude de ajudar com um projeto, ajudar com não sei o que” (ENTREVISTA 16). Outros três entrevistados entendem que a situação dos imóveis antigos é boa e o IPHAN corresponde às expectativas: “está bem, quando tem algum problema o IPHAN socorre” (ENTREVISTA 21); “é importante, e as pessoas preocupam com a preservação” (ENTREVISTA 12); “é bonito e conservado” (ENTREVISTA 24).

No grupo dos **agentes do patrimônio**, quando questionados sobre o que representa a Praça Minas Gerais, quatro dos cinco entrevistados, se referiram à beleza do conjunto arquitetônico, e uma entrevistada destacou que o mais belo e importante neste cenário é o céu. Um entrevistado conceituou o espaço como cartão postal da cidade, e outro entrevistado acrescentou a representação do poder religioso e civil juntos em uma mesma praça.

Como pontos positivos, a beleza arquitetônica foi novamente o item mais citado, seguido da representatividade dos poderes civil e religioso, além da representatividade da história de Minas Gerais, o uso do espaço para as festas. Dois entrevistados ainda citaram a conformação do espaço, chamando a atenção para a sua dimensão e afastamento das construções: “parece que a cidade respira nesses lugares (...) você vai andando e, de repente, amplia a visão” (ENTREVISTA 8). Em relação aos pontos negativos, um entrevistado disse que não percebe nada de negativo e os demais apontaram, cada um deles, um ponto negativo apenas, apesar de serem solicitados a apontar três pontos positivos e três pontos negativos, sendo os pontos negativos apontados: o lixo que se acumula na esquina entre a Praça e a Rua Prof. Waldemar de Moura Santos; a conduta do ser humano dentro da Câmara e a conduta da Igreja que não vai ao encontro do que o Cristo prega; a falta de compromisso da Igreja e do poder público com a preservação do espaço e as histórias tristes dos escravos que passaram por ali; o pelourinho lembra o



sofrimento, a dor. Neste momento, ressaltamos, que apesar de ser um grupo de pessoas relacionadas com a questão do patrimônio, seja através de estudo ou de trabalho, a avaliação do grupo com relação à Praça foi positiva, visto que, foram apontados mais pontos positivos se comparado aos pontos negativos.

Questionados sobre a representação das Igrejas que compõe a Praça, as respostas mais recorrentes foram a religiosidade e a rivalidade entre as irmandades ao construir uma igreja tão próxima à outra. As Igrejas foram apontadas ainda como: ponto de encontro entre os fiéis; representação do poder da Igreja; representação da história de Minas Gerais e a referência à busca de algo mais espiritual: “a localização delas, uma ao lado da outra e ambas voltada para baixo, isso sempre me passou a ideia de que elas estão ali para ajudar as pessoas a subir. A buscar aquilo que tá lá em cima que é a lua crescente e as estrelas” (ENTREVISTA 4).

Na visão desse grupo, a representação mais característica da Câmara é a representação do poder e lugar do povo: “um símbolo do poder” (ENTREVISTA 15); “onde se decidem as coisas para Mariana, para o desenvolvimento de Mariana, é ali que se discutem as leis” (ENTREVISTA 17); “a Câmara é o poder de fala da população, de expressão, ainda que a população, de uma forma geral, não tenha essa consciência” (ENTREVISTA 6). Além de ser um marco histórico: “e acima de tudo de resgate da história que teve momentos belíssimos e que tá em fragmentos e precisa ser, vamos dizer assim, recomposta e reconstruída de maneira que o bem coletivo fique em primeiro lugar” (ENTREVISTA 4).

Quando solicitados a descrever uma experiência vivida na Praça Minas Gerais, cada entrevistado relatou uma experiência de uma determinada natureza: uma entrevistada se recordou da sua participação em uma reunião da Câmara “teve uma reunião que eu participei que estavam apresentando o projeto do Gogô, do Parque Arqueológico” (ENTREVISTA 6); outra lembrou da sua experiência de trabalho na restauração da Igreja do Carmo “quando da restauração da Igreja do Carmo, depois do incêndio, eu trabalhei lá” (ENTREVISTA 15); outra se lembrou do uso da Praça como espaço de lazer “na infância da gente, a gente brincava muito por ali” (ENTREVISTA 4); foi citado ainda o uso da Praça para as comemorações cívicas “o que fica assim marcado, são as comemorações cívicas, todo ano, todo dia 16 de julho tem esse lado. Mariana torna-se por algumas horas, porque não dizer por um

dia, a capital do Estado de Minas” (ENTREVISTA 17); e o uso para show e como ponto de encontro “teve um show do Milton Nascimento na década de 80, e foi lá que eu efetivamente comecei a namorar meu marido” (ENTREVISTA 8).

Ao serem questionados sobre como era a Praça no passado duas entrevistadas rapidamente apontaram as mudanças, uma atentou para o calçamento e outra para o pelourinho: “antes da obra do Monumenta? Tenho algumas, antes da obra do Monumenta. Que eu acho que não era gramado. Mas eu acho que aquilo deu uma unidade, eu gostei muito da obra” e mais a frente acrescenta: “a iluminação também. Ficou bem legal, parece que reviveu e que deu mais unidade para o espaço. Parecia mais simples, né? E ficou mais unificado” (ENTREVISTA 6); “aquele lugar onde está o que a gente chama de pirulito, foi afixado ali” (ENTREVISTA 4). Outra entrevistada disse que não houve nenhuma mudança. E as demais, a princípio, disseram que não houve mudança, mas depois de alguns segundos, reconsideraram a fala e apontaram algumas mudanças: “Desde que eu me entendo por gente, que eu moro aqui ela sempre foi assim. Quer dizer, teve umas modificações, assim ali na frente da Câmara que existia umas árvores, umas flores. Eu até achava mais bonito quando tinha umas flores” (ENTREVISTA 17); “Olha, não era muito diferente do que é agora, não. Entendeu? Quando do meu tempo não era diferente. Tinha aquele gramado lá na frente e tudo” (ENTREVISTA 15).

Sobre a atuação dos vereadores duas entrevistadas disseram não ter contato, e por isso não emitiram nenhuma opinião. E as demais classificaram como fraca, desconexa, que vêm com desconfiança e insegurança os atos do legislativo marianense.

Com relação à história da Câmara dois entrevistados citaram que a cadeia já funcionou no prédio da Câmara, foi citado também que o cargo de vereador era exercido pelos chamados “homens-bons” da sociedade e que os mesmos não eram remunerados pelo serviço e ainda que no espaço da Praça já existiu um quartel.

Solicitados a falar sobre o patrimônio arquitetônico da cidade quatro entrevistados apontaram ser belo e importante, porém está abandonado e/ou já passou por processos de descaracterização: “Eu vejo o patrimônio arquitetônico belíssimo e importantíssimo em estado de abandono” (ENTREVISTA 4); “Eu vejo preservado

mas já teve muita intervenção, muita alteração contemporânea sem alguns cuidados” (ENTREVISTA 8); “O patrimônio tá assim, meio que abandonado. Cai uma coisa aqui, estraga uma coisa ali, então tá assim meio abandonado. Acho que tá faltando interesse dos órgãos competentes para cuidar melhor disso aí” (ENTREVISTA 17); “Acho que ele foi bastante deteriorado. Só sobrou o centrinho mesmo, as novas ocupações acabaram interferindo, as encostas e mesmo algumas ruas, né? Faltou fiscalização, o escritório do IPHAN só chegou em Mariana em 2000” (ENTREVISTA 6). Somente uma entrevistada destacou apenas os aspectos positivos: “É um patrimônio, assim, valiosíssimo. E de certa forma, contudo, apesar das loucuras de alguns, eu acho que Mariana ainda procura cuidar do seu patrimônio, bem mais do que a maioria das cidades históricas” (ENTREVISTA 15).

Analisando as entrevistas, em um contexto geral, podemos afirmar que a Praça Minas Gerais representa um ícone para a cidade. A beleza arquitetônica e a referência como um “cartão postal” da cidade é frequentemente relatada nas entrevistas, em todos os grupos estudados. É natural que a beleza arquitetônica seja o item mais relatado, é um conceito mais fácil de ser apreendido pelo espectador, sem a necessidade de conhecer a história do lugar ou qualquer outra informação referente ao monumento, é algo que pode ser percebido de imediato pelo espectador. Inclusive, no dia 30 de janeiro de 2012, a Praça Minas Gerais foi eleita como uma das sete maravilhas da Estrada Real<sup>14</sup>. Resultado de um concurso, promovido pelo Instituto Estrada Real que, através da consulta popular, com registro de mais de 42 mil votos pela internet, elegeu os pontos turísticos mais relevantes da Estrada Real. Fato que reforça o reconhecimento desta Praça, como ícone da cidade de Mariana, também sob o ponto de vista do não-morador da cidade, reforçando assim o aspecto de ponto turístico, o que vai ao encontro do relato dos entrevistados, quando se referiam à Praça como “cartão postal” da cidade.

O problema do trânsito está entre os principais pontos negativos mais citados pelo grupo dos moradores da Rua Dom Silvério. O trânsito pesado dos veículos é um problema que afeta diretamente a Praça e os moradores da Rua Dom Silvério, uma vez que são espaços interligados, próximos geograficamente. Interessante perceber que esse é um ponto negativo que foi citado apenas por este grupo, os demais

---

<sup>14</sup> Disponível em <<http://site.er.org.br/index.php/noticias/view/177>>. Acesso em 02 fev. 2012

grupos como não tem uma convivência tão próxima, no sentido de proximidade geográfica, provavelmente ainda nem se atentaram para essa questão já que não faz parte do cotidiano deles. Outro fator analisado comparando os pontos negativos elencados pelos grupos foi que o grupo dos moradores da Rua Dom Silvério enumerou muito mais pontos negativos, comparando-se aos outros dois. A proximidade que, por sua vez, gera uma convivência faz com que eles percebam os vários usos e acontecimentos na Praça, durante as 24 horas do dia, todos os dias da semana, resultando em uma visão mais ampliada neste aspecto. O grupo de agentes de patrimônio foi o que elencou menos pontos negativos.

O relato das experiências vividas nos permite uma leitura do espaço em questão como área de lazer, ponto de encontro e palco de eventos que fazem parte do calendário das comemorações cívicas – Dia de Minas e aniversário da cidade – e religiosas – procissões, representação do descendimento da cruz durante a Semana Santa-, registrando assim parte da cultura local.

Chamou-nos a atenção o fato dos entrevistados relatarem que a Praça sempre foi do mesmo jeito. Outros, primeiramente, diziam que a Praça sempre teve a mesma conformação e, depois de alguns segundos, reconsideravam a resposta e apontavam algumas alterações, apesar, da última alteração na estrutura física da Praça ter sido realizada em 2006, quando todos os entrevistados, sem nenhuma exceção, já a conheciam anteriormente. O projeto foi executado pelo programa Monumenta - Ministério da Cultura e financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Seguem algumas fotos que revelam o antes e o depois da intervenção de 2006. As fotos anteriores a intervenção, mostram o jardim em frente à Câmara, elemento que foi retirado durante as obras na Praça Minas Gerais



**Figura 25** Câmara antes da intervenção

Foto: Pedro Motta

Fonte:

[http://www.monumenta.gov.br/site/?page\\_id=198](http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=198).

Acesso em 30 Jan. 2012



**Figura 26** Câmara após a intervenção

Foto: Lincon Zarbietti. 30 Jan. 2012.

Todos os direitos reservados

As fotos a seguir também fazem um comparativo, da imagem da Praça Minas Gerais antes e depois da intervenção de 2006, observada a partir do gramado lateral da Câmara. Na foto da esquerda é possível perceber os mastros das bandeiras e o caminho de pedras que contornava a margem direita do prédio da Câmara, permitindo acesso ao estacionamento, localizado na parte posterior do prédio. O caminho de pedras foi substituído pela grama e o mastro foi transferido para o lado oposto.



**Figura 27** Antes da intervenção

Foto: Pedro Motta

Fonte:

[http://www.monumenta.gov.br/site/?page\\_id=198](http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=198).

Acesso em 02 fev. 2012



**Figura 28** Após a intervenção

Foto da autora. 31 Jan. 2012

Outras fotos comparativas antes da última da intervenção e atualmente:



**Figura 29 Praça Minas Gerais antes da intervenção de 2006 – detalhe do caminho para Igreja de São Francisco e jardins em frente à Câmara**

Fontes: <http://www.monumenta.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/03/pca-minas-gerais-3.jpg>.  
Acesso em 02 Fev. 2012



**Figura 30 Praça Minas Gerais em Janeiro de 2012**  
Foto da Autora



**Figura 31 Praça Minas Gerais antes da intervenção de 2006 – Detalhe da vegetação**

Fonte: <http://www.monumenta.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/03/pca-minas-gerais-2.jpg>. Acesso em 02 fev. 2012



**Figura 32 Praça Minas Gerais em Janeiro de 2012 – sem vegetação em frente à Câmara**  
Foto da autora

Através do registro fotográfico é possível perceber as alterações do espaço: os arbustos em frente à Câmara deixaram de existir; assim como o calçamento de pedra, margeando o edifício da Câmara no lado direito (FIGURA 27); o calçamento

que criava um caminho de acesso da rua às escadarias da Igreja de São Francisco de Assis (FIGURA 29); o posicionamento do mastro das bandeiras, em frente a Câmara deixou de ser do lado direito e passou para o lado esquerdo; foi criado ainda um sistema de iluminação no chão, contornando os três monumentos – Câmara, Igreja de São Francisco e Santuário de Nossa Senhora do Carmo. Porém, a resposta da maioria dos entrevistados em dizer que não houve alteração, ou ter a primeira resposta espontânea de dizer que sempre foi da mesma forma, e depois corrigir dizendo algumas alterações, nos leva a pensar que as alterações feitas não foram traumáticas para a população, ao contrário, foram intervenções que podem ser caracterizadas como intervenções de pequeno porte e com alto grau de aceitabilidade por parte da população.

O caso do Grupo Escolar é um pouco diferente. Faz parte da experiência vivida por apenas um dos entrevistados, e por isso, é uma alteração menos citada entre os entrevistados. Como já foi dito neste trabalho, a construção foi demolida, segundo relatos das entrevistas, provavelmente entre as décadas de 20 e 30 dos noventa e não foi substituída por nenhum outro elemento; hoje é o gramado lateral da Câmara. A memória está relacionada com a experiência individual, sendo assim se o indivíduo não vivenciou determinado fato, é esperado que o fato não apareça na sua representação mental:

O processo de desenvolvimento mental passa por etapas que se realizam, mais cedo ou mais tarde, em função das experiências e do meio onde o indivíduo adquire mais informações que refletem diretamente na percepção. O espaço não é somente apreendido através dos sentidos, ele referencia uma relação estabelecida pelo ser humano emocionalmente de acordo com as suas experiências espaciais. Assim o espaço não é somente percebido, sentido ou representado, mas, também vivido. As imagens que as pessoas constroem estão impregnadas de recordações, significados e experiências. (KOZEL, 20??a, p. 4)





**Figura 33 Grupo Escolar que existiu ao lado da Câmara – Detalhe da Igreja do Rosário ao fundo**

Foto: Márcio Eustáquio



**Figura 34 Grupo Escolar que existiu ao lado da Câmara – Detalhe da coluna do prédio da Câmara à esquerda**

Foto: Márcio Eustáquio

Em relação à atuação do poder legislativo em Mariana, acreditamos que o posicionamento negativo apontado pela maioria dos entrevistados, não seja exclusivo desta cidade. Provavelmente reflete a insatisfação e a desconfiança que o povo brasileiro tem dos políticos. Além disso, a atual legislatura foi bastante atípica em Mariana, o cargo de prefeito já foi ocupado por quatro políticos diferentes, em um prazo de três anos.

Relativo à história da Câmara o relato mais apontado foi o uso do prédio, quando o espaço era dividido entre as funções do fórum, da cadeia, da prefeitura juntamente com a Câmara. Fato que pode ser associado, mais uma vez, a experiência vivida. Muitos dos entrevistados foram espectadores deste fato. A prefeitura, por exemplo, só foi transferida para sua sede própria no ano de 1996.

A percepção da maioria dos entrevistados em relação ao patrimônio arquitetônico da cidade é de reconhecimento da sua importância como registro da nossa história, da nossa cultura e demonstra preocupação por entender que os monumentos estão abandonados, acredita que falta uma política orientada para a conservação e manutenção dos bens patrimoniais. A socióloga, Mônica Fisher, em seu estudo os dilemas da preservação da história em Mariana, publicado no ano de 1993, discute a relação da população com a questão da preservação patrimonial. O estudo foi baseado em uma série de entrevistas com os moradores da cidade, nas quais a discussão da preservação patrimonial versus desenvolvimento urbano era o foco. O estudo apontou que a população tinha um grande anseio pelo estilo de vida moderno, entendido por ela como sinônimo de progresso, “calcados em imagens poderosas, em símbolos como prédios, avenidas, viadutos, trevos rodoviários” (FISCHER, 1993, p. 115). Associado à necessidade de novas formas de lazer, como frequentar *shopping Center*, shows de rock e ir a estádios esportivos. No entendimento de Fischer, a população valoriza o antigo como peça exposta no museu, local onde os objetos passam a ter valor, e exercem seu papel de retrato da história de um tempo passado.

Parece que o casario antigo de Mariana, que em grande parte se encontra em péssimo estado de conservação, é aprendido pelos moradores como ‘coisa velha’, enquanto o acervo histórico e artístico, preservado e reunido em museu, é percebido como ‘antigo’ (FISCHER, 1993, p. 132).

A relação estabelecida com as igrejas é diferente; os moradores são unânimes em manterem-se favoráveis à preservação das igrejas. A pesquisa de Fischer revelou que de uma forma geral, os moradores de Mariana não conseguem associar cidade, história e progresso.

Acreditamos que esse anseio da população por um estilo de vida mais moderno, tenha trazido a descaracterização do conjunto arquitetônico, apontado nas entrevistas deste nosso estudo.

Após toda essa análise podemos concluir que há, pelo menos, um traço comum em todas as entrevistas, independente do grupo de entrevistas a qual pertença: a beleza da Praça Minas Gerais. Ficou claro, para nós, que a população reconhece esse espaço como detentor de uma beleza singular. O caráter etéreo do espaço, de algo que eleva espiritualmente, foi fortemente destacado em uma das entrevistas “mas o que me, o que eu destaco ali [Praça Minas Gerais] que não vai caber aqui. É o sentindo do caminho do céu” e completa “o lugar onde você aponta o caminho para cima, você tem aqui o convívio de cidadãos e você tem do lado de cá o estímulo da fé” (ENTREVISTA 4). Esse mesmo significado é percebido em várias outras entrevistas. Assim como a entrada no espaço também é constantemente valorizada, “a amplidão do espaço que você está andando no centro-histórico e, de repente, ele abre e você dá uma respirada” (ENTREVISTA 6). A Praça tem uma relação muito interessante entre os espaços construídos e os vazios, que acabam por valorizar ainda mais o patrimônio arquitetônico. O cidadão que esteja caminhando pelo centro histórico ao chegar à Praça vivencia um belo descortinamento da paisagem, tem a impressão de estar adentrando um espaço especial, fora do caráter mundano da cidade.

A proposta deste trabalho é justamente entender todos esses valores e integrá-los em um projeto de intervenção arquitetônica que vise solucionar os problemas vivenciados no dia-a-dia da Câmara, apontados durante a pesquisa com os vereadores e funcionários, sem perder de vista os valores atribuídos ao conjunto arquitetônico da Praça Minas Gerais como um todo. Uma vez que o prédio da Câmara integra este espaço e qualquer intervenção neste bem poderia refletir na Praça. Procuramos uma proposta que pudesse reforçar esses valores, não poderíamos entrar em conflito com os valores apontados durante as entrevistas.

## **4.4 Os valores: a Câmara no imaginário dos turistas que a visitam**

### **4.4.1 Uma breve consideração sobre o turismo em Mariana**

Segundo dados do Inventário Turístico de Mariana, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo em 2011, o perfil do turista que visita a cidade é composto, na sua maioria, por adultos e idosos, com idades entre 35 e 80 anos. Seguidos de estudantes do ensino fundamental e estudantes universitários, principalmente dos cursos de arquitetura e biologia.

A principal motivação das visitas está associada ao turismo cultural (visita aos monumentos e casarões). E as datas consideradas de pico de ocupação da rede hoteleira são os dias dos feriados da Semana Santa e do carnaval.

O inventário indica ainda que os pontos turísticos mais visitados são as Igrejas, o órgão da Sé e a Praça Minas Gerais.

### **4.4.2 A relação entre turismo cultural e preservação patrimonial**

A preservação patrimonial nas cidades é uma forma de garantir que a história coletiva de uma nação se perpetue por várias gerações, garantindo a memória coletiva de um povo. Essa preservação e a singularidade da história de cada cidade, muitas vezes, acabam se tornando um atrativo turístico.

O turismo de lazer é uma atividade que envolve deslocamento de pessoas em busca de novas experiências, nasce da necessidade de fuga do cotidiano, da procura em ver algo diferente do encontrado em sua cidade de origem. É nesse contexto que o turismo cultural e histórico se insere, e mostra a identidade da cultura de um povo ou de uma nação. As cidades históricas de Minas Gerais retratam bem o passado coletivo, através de seus monumentos, museus, histórias contadas pelo povo, manifestações artísticas, usos e costumes ainda hoje presentes na vida da sociedade, que foram herdados dos ancestrais, e outros que já desapareceram, mas

são contados de geração para geração. É uma atividade que envolve pessoas, sentimentos, experiências, realização de desejos.

Segundo Molleta e Goidanich (2000, p. 9), turismo cultural significa:

(...) o acesso ao patrimônio cultural, ou seja, a história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, o turismo cultural não busca somente lazer, repouso e boa vida. Caracteriza-se, também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas.

O turismo é uma atividade capaz de alimentar uma cadeia produtiva bastante diversificada, uma vez que envolve prestação de serviços de uma série de empresas. O turista utiliza transporte, alimentação, hospedagem, visita museus, teatros, igrejas, compra *souvenir*, dentre vários outros serviços. Assim, para que todas essas atividades funcionem, há mais uma série de outras empresas, prestando seus serviços, e tudo isso, conseqüentemente, irá fomentar a economia da cidade visitada. E neste cenário, o patrimônio de uma cidade, torna-se atrativo turístico capaz de motivar que as pessoas se desloquem até determinado local no intuito de conhecê-lo.

Através da atividade turística, o indivíduo tem a oportunidade de se desenvolver culturalmente, aprender sobre a cultura de um povo, sobre os valores presentes nesta cultura e confrontá-los com a sua experiência, com seus valores.

O turismo pode consolidar-se como canal de aproximação entre as pessoas e o meio de enriquecimento da cultura autóctone e sua integração da forma mais adequada na oferta turística, mitigando impactos que surgem no contato entre pessoas diferentes e nas possíveis formas de dominação cultural. (SIMÃO, 2001, p. 60)

Porém, atividade turística estabelece uma relação mútua com a questão da preservação patrimonial. Se por um lado para que a atividade turística se estabeleça é necessária a existência de acervo patrimonial conservado e preparado para receber o turista, por outro lado, o turismo pode degradar os monumentos devido ao fluxo das pessoas e efeitos negativos advindos deste fluxo. Para atender e encantar o turista, algumas vezes são feitas adaptações nos monumentos que passam a intensificar o uso, motivado pela questão econômica, e a própria história do monumento, fator que está na origem daquele monumento se tornar um atrativo, fica em segundo plano. Para ilustrar tais interferências aos monumentos podemos citar

as restaurações indevidas sem base científica, as lojinhas de *souvenir* e lanchonetes dentro dos museus, desvalorização do entorno do monumento sob a justificativa de facilitar o acesso dos visitantes, criando as áreas de estacionamento, dentre tantos outros.

Choay (2006, p.210) faz a ligação entre monumentos históricos e turismo cultural da seguinte forma:

Finalmente, o *grande projeto de democratização do saber*, herdado das Luzes e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao *desenvolvimento da sociedade de lazer* e de seu correlato, o *turismo cultural* dito de massa, está na origem da *expansão talvez mais significativa, a do público* dos monumentos históricos – aos grupos iniciados, de especialistas e de eruditos sucedeu um grupo em escala mundial, uma audiência que se conta em milhões.

A autora enfatiza os efeitos perversos da atividade turística sobre o patrimônio

Por sua vez, os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à ‘engenharia cultural’ (...) Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (CHOAY, 2006, p. 211)

Para a autora a democratização do patrimônio através da atividade turística fez com que o monumento fosse transformado em uma mercadoria através da “engenharia cultural” que visa “multiplicar indefinidamente o número de turistas”.

No entanto, a nosso ver, a relação entre a atividade turística e a preservação patrimonial não pode ser vista apenas pelo lado negativo, apesar de também não podermos ignorá-lo, uma vez que ele, de fato, existe. O turista não pode ser visto, tampouco se comportar, apenas como consumidor passivo de produtos culturais, ele deve exercer seu papel de cidadão com relação ao patrimônio, ainda que esteja em outra cidade que não seja a cidade da sua moradia. As pessoas quando assumem o papel de turista não podem ignorar o seu papel de cidadão, responsável por suas atitudes e pelo dever de salvaguardar nosso patrimônio para as futuras gerações, portanto todas as práticas negativas, tanto dos agentes culturais quanto dos próprios turistas, devem ser repudiadas.

Porém, as principais responsáveis pelo patrimônio da cidade, são as pessoas que lá vivem. Acreditamos que uma política de turismo bem orientada, que seja capaz de unir a iniciativa privada à pública, pode minimizar consideravelmente os efeitos perversos da atividade turística sobre os monumentos. E nessa perspectiva a colaboração do Conselho Municipal de Patrimônio é de fundamental importância. O conselho deve ser composto por representantes do Poder Público, da sociedade civil organizada e, se possível, também de universidades.

Rodrigues (2009, p. 33) descreve o papel do conselho de patrimônio municipal como um instrumento responsável pela gestão do patrimônio cultural da cidade.

O coração deste 'sistema municipal de preservação do patrimônio cultural' deve ser um órgão colegiado, com funções consultivas e deliberativas. Não lhe deve caber apenas a escolha dos bens culturais a serem preservados, deliberação e aprovação de tombamentos, de registros, como também dos projetos de reformas e eventuais demolições, além de outras atividades administrativas. Mas sua função primordial deve ser a definição das políticas que tornem efetiva a proteção do patrimônio cultural, onde o tombamento e o registro signifiquem apenas o primeiro passo. (grifo nosso)

O valor de uso do monumento proposto por Riegl acaba por ser validado também pelo turista. Ora, se uma sociedade foi capaz de manter determinado monumento para que as gerações futuras pudessem usufruir, por que então, este monumento deveria ser de uso ou apreciação exclusiva dos moradores da cidade na qual o monumento se encontra?

Se um monumento não pode ser inserido nos roteiros turísticos por alegação de que o turismo prejudica sua preservação, pois o uso levaria à degradação, paradoxalmente, pode ocorrer outra situação: a destruição gradativa do patrimônio por falta de condições financeiras para obras de restauro ou de simples manutenção que garanta a proteção do bem contra os efeitos do tempo. A ideia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar para conseguir mantê-lo. Portanto o uso do patrimônio com fins culturais e econômicos é válido se for possível conciliar o uso e a preservação.

[...] O patrimônio histórico não deve ser visto apenas como um recurso econômico turístico [...] É necessário ver o turismo, nesta particular realização, como aquela atividade em que se processa e intensifica-se a realização de uma essência humana, de uma relação do homem com a humanidade através de espaços e tempos mais amplos, mais diversos, em contraponto ao reducionismo, à especialização do *homo economicus*,

incluindo aí a mercadorização/ taylorização de seu tempo de lazer e turismo. (CARVALHO, 1999, p. 109)

Ressaltamos que o patrimônio, antes de ser valorizado como produto turístico, deve ser valorizado pela sua real significação na história. Não se deve distorcer o significado dos bens culturais a fim de favorecer a atividade turística. Menezes (1999, p.94) ilustra essa questão em seu texto através de um exemplo bastante interessante. Segundo ele, esse caso foi publicado em uma revista francesa: Em uma catedral gótica havia uma velhinha ajoelhada e imersa em suas orações, ao mesmo tempo em que um grupo de turistas japoneses visitava a igreja. O guia então, lhe toca os ombros e diz: - “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação”. Esse exemplo retrata um erro de apropriação de um bem cultural pela atividade turística. A igreja deve ser vista, primeiramente, como um local de oração e pertencente aos seus moradores, como abordado no capítulo anterior. A atividade turística a transforma em um bem, o que inclusive lhe é favorável, pois as visitas são pagas e a renda é usada para a manutenção do templo. Contudo, o visitante não tem o direito de interferir na sua função primordial.

o planejamento do turismo cultural está apoiado nos princípios do desenvolvimento turístico sustentável, ou seja, deverá promover a sustentabilidade econômica, social, ambiental e do patrimônio em questão. Além disso, deverá assegurar, às gerações futuras, o acesso a estes mesmos recursos. Para tanto, é preciso integrar ações do setor público, do privado e da comunidade em geral, pois a atividade turística necessita do apoio e do comprometimento de todos. (Molletta & Goidanich, 2000, p.21)

Voltando nosso olhar para o objeto em estudo neste trabalho, a Câmara Municipal de Mariana, a atividade turística que ali se desenvolve é uma atividade secundária e não pode ser caracterizada como prejudicial ao monumento. O prédio mantém parte do seu uso original, o funcionamento como Câmara, independente de ser um atrativo turístico. A atividade turística que ali se desenvolve ocorre de uma maneira quase que espontânea e pode ser associada aos principais fatores motivadores: a localização em uma praça ampla composta por duas igrejas, a beleza arquitetônica do prédio e a relevância da instituição no contexto da história, principalmente no período colonial.

A atividade turística pode, seguramente, ser classificada como secundária sob o ponto de vista da instituição Câmara, se levarmos em consideração que o turista que visita o prédio pode andar apenas pelos salões de uso comum (salão de entrada,



sala dos ex-presidentes e plenário). Os demais espaços são restritos à utilização pelos funcionários da Casa e edis. Outro aspecto que nos leva a tal conclusão é o fato de que em algumas gestões têm preocupação de contratar um funcionário para guiar o turista dentro do prédio, relatando a história da instituição e de criar folhetos explicativos. Em outras gestões, essa preocupação não nos parece iminente, ou pelo menos, não se concretizou em atos. A única atividade desenvolvida no prédio, que podemos caracterizar como de natureza exclusivamente turística é o fato do prédio permanecer aberto durante os fins de semana e feriados para a visitação.

#### **4.4.3 O método utilizado**

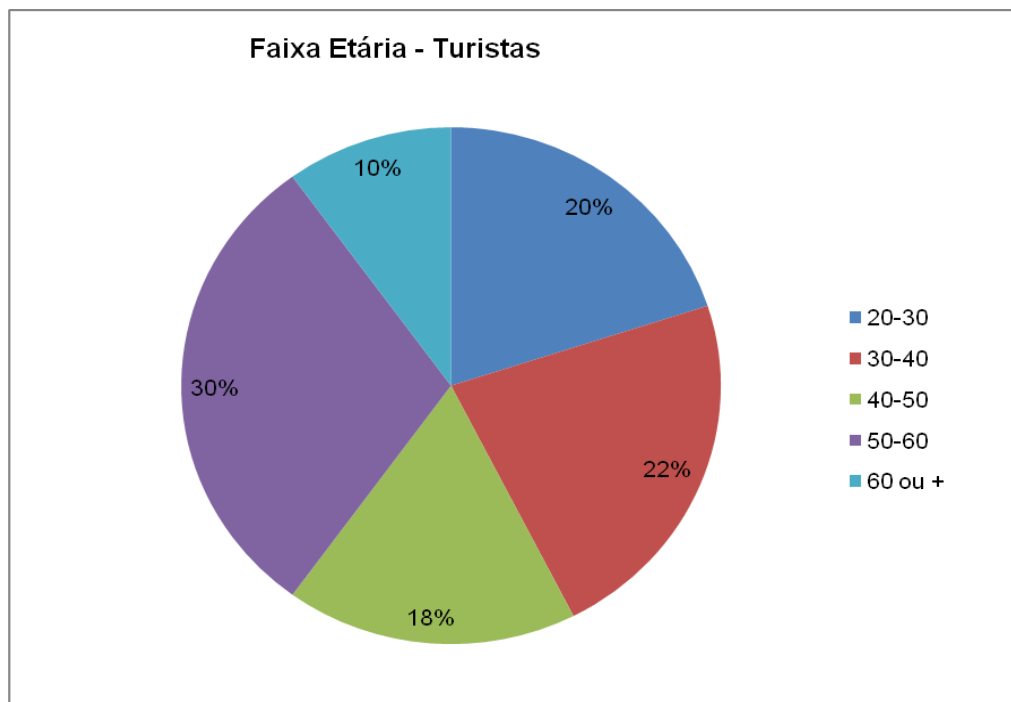
Para trabalhar o grupo dos turistas, optamos por um questionário com uma pergunta central: “quais são os pontos turísticos de Mariana?”. Além disso, coletávamos algumas informações pessoais que nos permitissem traçar o perfil da nossa amostra. Tínhamos por objetivo avaliar a relevância da Câmara Municipal de Mariana como ponto turístico. Por isso, optamos por uma questão ‘aberta’; entendíamos que a resposta deveria ser fornecida de forma espontânea.

#### **4.4.4 A aplicação do método**

A amostra foi composta por quarenta entrevistados. A aplicação da pesquisa foi realizada no período de 13 a 15 de janeiro de 2012 sendo, os dias da semana respectivamente, sexta-feira, sábado e domingo. Os locais de abordagem dos turistas foram: espaço em frente à Igreja da Sé, na Rua Direita, Praças Minas Gerais e Gomes Freire.

#### **4.4.5 Os resultados: análise e discussão**

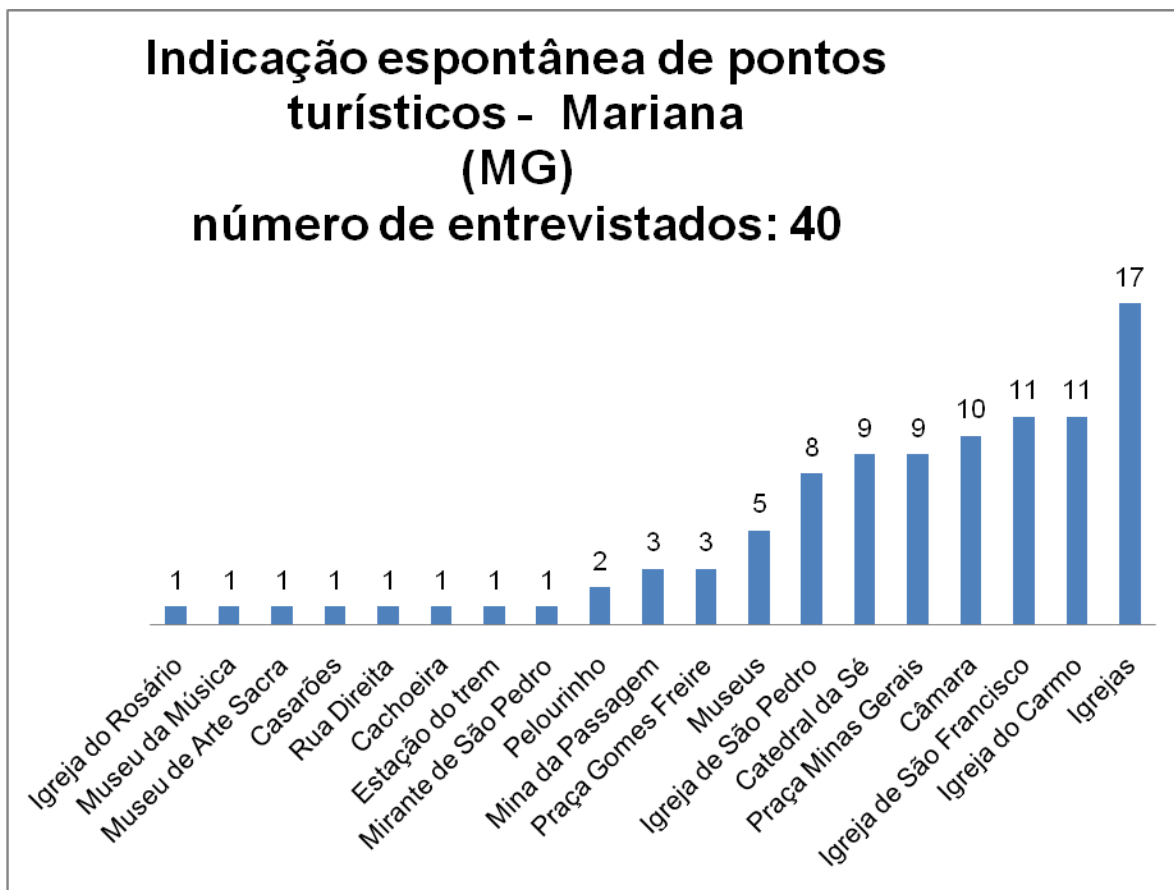
O maior número de pessoas entrevistadas está na faixa etária compreendida entre 50 e 60 anos de idade (30%), seguidos por pessoas entre 30 e 40 anos (22%), depois pessoas entre 20 e 30 anos (20%), em seguida pessoas entre 40 e 50 anos e, por último, a faixa etária com menor número de pessoas acima de 60 anos de idade. A representação gráfica revelou-se da seguinte forma:



**Gráfico 1 Faixa etária dos turistas**

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Quando questionados sobre os pontos turísticos de Mariana, 42,5% dos entrevistados responderam as Igrejas, sem citar especificadamente qual Igreja. A segunda resposta de maior relevância, representando 27,5% dos entrevistados, é a referência à Igreja de São Francisco de Assis e ao Santuário Nossa Senhora do Carmo. Em terceiro lugar, representando 25% dos entrevistados, o ponto turístico apontado é a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Em seguida, empatados com a mesma representatividade nas respostas, 22,5% dos entrevistados, apontaram a Igreja da Sé e Praça Minas Gerais. Seguidos de 20% dos entrevistados que indicaram a Igreja de São Pedro e 12,5% dos entrevistados indicaram os Museus. Os demais pontos turísticos apareceram como menos significativos na visão dos entrevistados e seguem representados no gráfico abaixo:

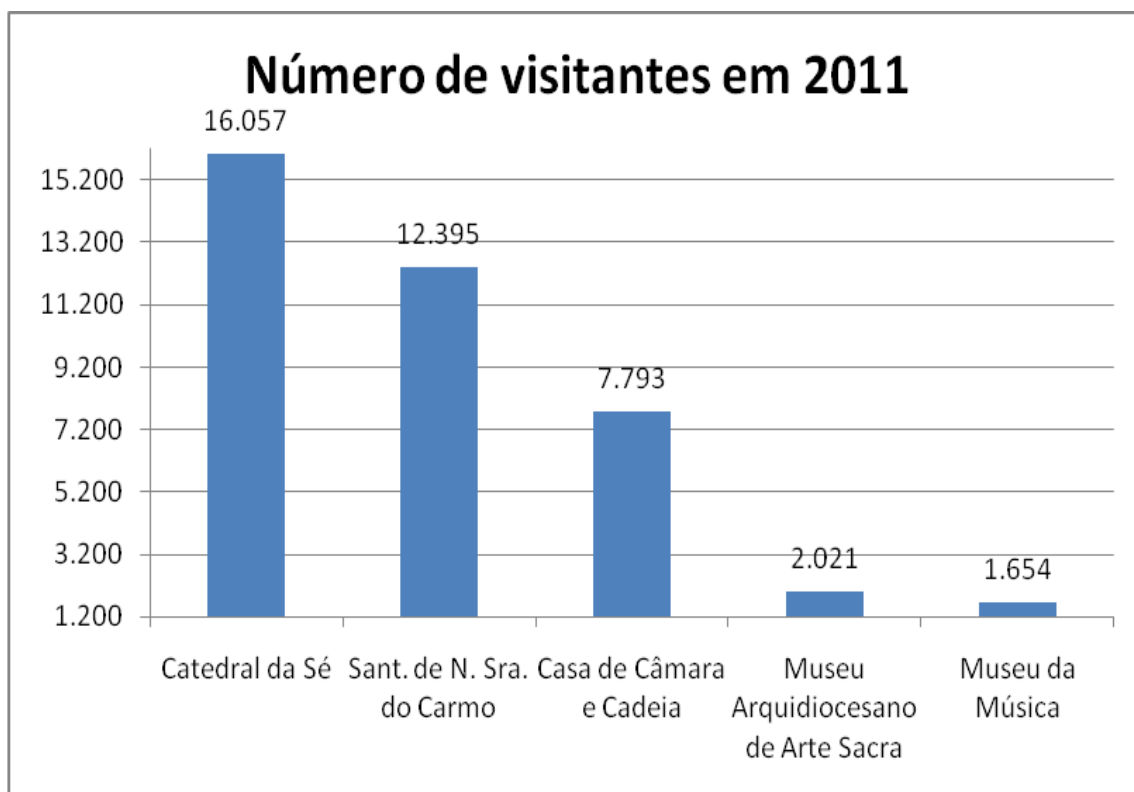


**Gráfico 2** Indicação espontânea dos pontos turísticos em Mariana

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

É interessante perceber que os itens elencados segundo, terceiro, quarto e quinto lugar- Santuário de Nossa Senhora do Carmo (as pessoas, em geral, utilizam o termo Igreja do Carmo), Igreja de São Francisco de Assis, Praça Minas Gerais e Casa de Câmara, estão inseridos em um mesmo espaço. A Praça Minas Gerais engloba as Igrejas e a Casa de Câmara.

Para termos uma análise um pouco mais profunda, realizamos uma contagem no livro de visitas de alguns dos pontos turísticos considerados mais relevantes na pesquisa acima: Santuário de Nossa Senhora do Carmo, Casa de Câmara e Cadeia, Catedral da Sé, Museu Arquidiocesano de Arte Sacra e Museu da Música. Tomamos como referência o período de janeiro a dezembro de 2011.



**Gráfico 3 Número de visitantes em 2011 em alguns pontos turísticos de Mariana**

Fonte: Livro de assinatura de visitantes em cada ponto turístico selecionado

O número total de visitantes no ano de 2011, em cada um dos pontos turísticos relacionados, foi obtido através da soma do número de visitantes em cada mês, conforme detalhado abaixo:

	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Sant. N. Sra. do Carmo	1.328	784	711	1.037	939	910	2.360	940	770	898	1.007	711	12.395
Casa de Câmara e Cadeia	958	347	598	831	364	558	884	654	595	649	960	395	7.793
Catedral da Sé	1.720	1.016	921	1.343	1.329	1.157	2.690	1.417	1.390	960	954	1.160	16.057
Museu Arq. Arte Sacra	355	67	104	141	104	124	384	151	163	173	137	118	2.021
Museu da Música	40	35	32	83	138	330	333	35	242	148	102	136	1.654

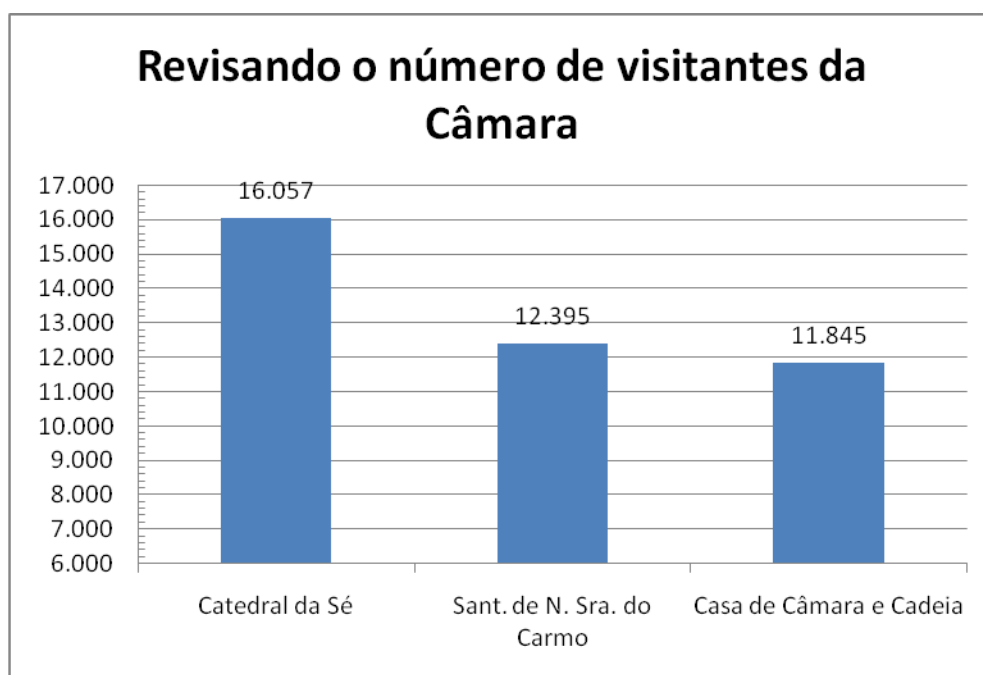
**Tabela 4 Contagem no número de turistas, em 2011, em alguns pontos turísticos de Mariana**

Fonte: Livro de assinatura de visitantes em cada ponto turístico selecionado.

Ressaltamos, no entanto, que a forma de contagem do número de visitantes das igrejas se diferencia da forma de contagem do número de visitantes da Casa de Câmara e dos Museus. Em todos os pontos turísticos o visitante só assina o livro se ele quiser, porém nas Igrejas fica um funcionário, na entrada, responsável por recolher o valor da taxa de visitação cobrada e as assinaturas. Quando chega um grupo de pessoas para visitar a igreja, é comum que apenas uma pessoa assine o livro, porém há uma coluna para o funcionário anotar o valor cobrado pela entrada, e ainda que apenas uma pessoa assine o livro, o funcionário irá preencher a coluna com o valor da entrada referente ao grupo todo. Logo, ao fazermos a contagem dos visitantes, contabilizamos o valor arrecadado de todas as taxas de visitação pagas e

dividimos pelo valor cobrado. O caso do Santuário de Nossa Senhora do Carmo, por exemplo, no mês de janeiro a arrecadação das taxas de entrada foi de R\$ 2.656,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e seis reais), o que nos permite estimar 1.328 visitantes. É uma estimativa porque algumas pessoas, quando chegam em grupos maiores ou grupo escolares, por exemplo, costumam ganhar desconto. Porém, ainda considerando os descontos ofertados, podemos perceber que a contagem do número de visitantes das igrejas aproxima-se do número real de visitantes. As assinaturas no livro de visitantes da Câmara acontece de forma diferente: o livro fica exposto em cima da mesa e as assinaturas são registradas ali de forma espontânea, não havendo cobrança de taxa para visitaçãõ.

Sendo assim, objetivando a pesquisa, propusemos um índice de correção no número de visitantes da Câmara, uma vez que a Câmara é o objeto de estudo deste trabalho. Durante o período de uma semana observamos a relação entre número de visitantes que entram na Câmara versus o número de visitantes que entram na Câmara e assinam o livro. Percebemos que 52% das pessoas não assinam o livro. Ou seja, o número de visitantes da Câmara no ano de 2011, antes contabilizado em 7.793 pessoas, passa a ser de 11.845 pessoas. Baseada nesse índice propusemos a correção da tabela anterior que ficaria da seguinte forma:



**Gráfico 4** Novo paralelo entre o número de visitantes – índice de correção na contagem da Câmara

Com base nas informações apresentadas podemos afirmar que a Câmara é reconhecidamente um ponto turístico relevante da cidade de Mariana. Para nós, essa informação é de fundamental importância para atender outro requisito do projeto: qual será o uso dos espaços da Câmara após o projeto de intervenção? Se por um lado temos a Câmara com um forte apelo histórico – por ser, como já apontamos, a primeira Câmara de Minas Gerais e a única, dentre as Câmaras de 1711, que continua em funcionamento no mesmo prédio que foi construído para abrigá-la – por outro lado temos a Câmara como um ponto turístico. Deste uso diverso – local de trabalho para uns e local de visita para outros – podem surgir conflitos. As salas do primeiro pavimento, local onde funcionaram as celas da prisão, possuem importantes registros do sistema carcerário, como o fogão que servia aos presos, um arco abaulado no centro da sala, grades nas janelas, arco fixado na parede que servia para conectar a algema dos presos, dois tipos de piso, entre outros. Porém todas essas salas estão ocupadas por serviços da Câmara o que dificulta, quando não impossibilita, do visitante ter acesso a esse local.

A partir desta percepção surge um novo desafio para o nosso trabalho: como conciliar os usos dos espaços no projeto de intervenção no prédio?

## 5 A PROPOSTA DE READEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA



**Figura 35** Vista da Câmara a partir da torre da Igreja do Carmo.

Foto: Lincon Zarbietti. 30 jan. 2012. Todos os direitos reservados.

Baseados nos métodos de pesquisa aplicados – ZOPP, Mapa Mental e questionário ao turista – conseguimos comprovar que o prédio da Casa de Câmara e Cadeia é reconhecidamente um símbolo do poder civil valorizado, principalmente, pela beleza arquitetônica da construção e testemunho da história de Minas Gerais, atribuindo-lhe também a função de ponto turístico.

A localização da Câmara, na Praça Minas Gerais, juntamente com as igrejas – Igreja do Carmo e Igreja de São Francisco de Assis - caracteriza uma conformação urbana única no Brasil. E torna este largo um palco de celebrações cívicas e religiosas relevantes para a população local, conforme apontado nas entrevistas. Temos, a um só tempo, as representações dos poderes civil e religioso, responsáveis por ‘ditar as regras’ da vida na época da colônia e que permanecem, até hoje, ‘vivos’, exercendo a mesma função que lhes foi atribuída no passado, desde as suas construções.

Transferir as funções da Câmara para outro endereço, como foi aventado no decorrer do processo, seria o mesmo que esvaziar o prédio de significado,



provocando-lhe um corte abrupto na história. Passaríamos a contar para as gerações futuras que a primeira Câmara de Minas Gerais foi, dentre as Câmaras fundadas em 1711, a que funcionou por mais tempo no prédio originalmente construído para abrigá-la, mas que já não funciona mais. Comprometeríamos, sem dúvida nenhuma, a simbologia da Praça Minas Gerais. Manter o uso atual do prédio da Câmara é manter viva a memória e a história desta instituição. É possibilitar que não caia no esquecimento e desapego que poderiam surgir caso lhe fosse atribuído um novo uso.

Porém para garantirmos essa simbologia na sua completude, a atualidade exige algumas adaptações. Conforme já apresentamos, o edifício atual não comporta, em sua estrutura física tal como está, espaço para os dez vereadores acompanhados, cada um, por cinco funcionários, o que será agravado a partir da próxima legislatura que passaremos a contar com o número de quinze vereadores.

Precisamos ampliar a estrutura física da Câmara de forma que o valor simbólico seja mantido, conciliando os usos – local de trabalho e espaço turístico - e, sem permitir, no entanto, que a construção atual seja diminuída pela concorrência visual com novos elementos arquitetônicos ao seu redor.

O projeto de intervenção arquitetônica foi elaborado pelos arquitetos Professor Doutor Flávio de Lemos Carsalade, Doutor Benedito Tadeu de Oliveira, Mestre Bernardo Nogueira Capute, Gustavo Kamino, sob a coordenação do Professor Doutor Leonardo Barci Castriota, com aporte na pesquisa histórica e aliado ao trabalho de identificação e compreensão dos valores atribuídos à Câmara Municipal de Mariana apresentados neste trabalho. Todo o trabalho de busca de métodos capazes de identificar e compreender os valores atribuídos ao monumento patrimonial em estudo contou com o trabalho do psicólogo e geógrafo Mestre Vilmar Pereira de Sousa.

O prédio da Câmara de Mariana, enquanto obra de arte, apresenta-se solene, imponente, sóbrio nas suas proporções e afastado das edificações vizinhas, o que o distingue na paisagem, não fazendo parte de um casario contínuo. Apresenta-se como peça única. Desta forma, um dos preceitos estabelecidos para o projeto de intervenção é que a característica do afastamento deveria ser mantida, o prédio

deveria manter-se apartado de qualquer acréscimo que pudesse interferir nesta condição. Os ornamentos e materiais construtivos lhe conferem sobriedade e imponência. A solenidade pode ser percebida pela maneira como os espaços se articulam – a simetria da construção, a distribuição dos cômodos – as escadas externas garantem a nobreza ao piso superior destinado à Câmara, separando-o do piso destinado à cadeia.

Ao propormos que a Câmara continue funcionando no mesmo endereço, avaliamos que o edifício principal consegue continuar absorvendo algumas atividades da Câmara: o plenário atende às reuniões de menor porte; a sala do presidente e sua secretária, o que contribuirá para manter o caráter solene do prédio, além de conseguir manter algumas estruturas administrativas, como a assessoria jurídica próxima ao plenário, por exemplo. O desafio de readequação do uso reúne três aspectos principais: ausência dos gabinetes dos vereadores; necessidade de ampliação do espaço para o apoio administrativo e espaço limitado do plenário para as reuniões mais concorridas. Somado a isso, temos a necessidade de melhoria no conforto básico e de garantir a acessibilidade.

Para atender a tais necessidades, mantendo a Câmara em funcionamento no mesmo sítio, faz-se necessário uma ampliação na sua estrutura física. Porém tal ampliação deve ocorrer de maneira ‘solta’ ao edifício principal. Um acréscimo na estrutura existente comprometeria drasticamente as características do edifício atual. Partimos para a concepção de um espaço alternativo, ‘solto’ na paisagem que não compromettesse visualmente nem o prédio existente, nem as construções da Capela e Armazém, na parte posterior do terreno. Necessitávamos ainda garantir os espaços vazios nas laterais do prédio histórico – a rua à esquerda e o gramado à direita – assim como o espaço que separa o prédio principal da capela e armazém, que na época da construção do prédio garantia que da cela o preso conseguisse enxergar a capela.

A proposta de intervenção preza ainda por não criar novos elementos que possam competir com a magnitude do prédio existente, retirando-lhe a primazia no espaço ou que venha a competir visualmente. O projeto apresentado mantém a entrada pelo próprio edifício existente, através de seu eixo central, respeitando o ritual histórico e propondo uma saudável integração entre passado e presente.

Propõe a ampliação de modo discreto e utilizando os espaços disponíveis: a área abaixo do estacionamento e a porção de terreno, em declive descendente, atrás da capela e armazém. O espaço do subsolo, abaixo do espaço do estacionamento, será utilizado para a criação de um auditório para 150 pessoas, que atenderá as sessões plenárias que tenham a expectativa de receber um maior número de pessoas associada geralmente aos temas polêmicos na cidade, e as sessões solenes de entrega de homenagens, conforme necessidade apontada nas reuniões com vereadores e funcionários. O segundo espaço disponível a ser utilizado é um filete de terreno em desnível descendente, localizado atrás das construções históricas identificadas como “Capela de São Jorge” e “Armazém”, e limitado por um extenso muro. Neste espaço será inserida uma construção para abrigar quinze gabinetes para vereadores no primeiro piso e nas extremidades do segundo piso serão criadas salas de trabalho para atender as reuniões das comissões da Câmara e demais reuniões internas. Apenas os espaços das extremidades serão utilizados para edificação em dois pavimentos, para que tenhamos preservada a visada de fundo, conforme pode ser observado na Figura 40. Desta forma, o acesso à Capela será respeitado e no espaço do antigo armazém será criada uma recepção alternativa de acesso aos gabinetes, permitindo assim que as pessoas circulem também por ali. Caso tivéssemos apenas o acesso pelo prédio principal, provocaríamos uma forte tendência das pessoas se esquecerem das construções históricas dos fundos, principalmente aquelas pessoas que não fizessem o uso do estacionamento. Elas entrariam pelo prédio principal e chegariam ao novo prédio passando pelo subsolo, a Capela e o Armazém deixariam de ser vistos.

Os acessos buscam atender a dois princípios: acessibilidade universal e valorização. O acesso mais importante se realizará pelo primeiro pavimento da construção histórica, através do seu eixo central, conectando-se a foyer, integrando o passado e o presente e respeitando a arquitetura pré-existente. Neste percurso pode-se criar uma galeria para a exposição da arte marianense. A iluminação natural será garantida no espaço subterrâneo do foyer graças a abertura no gramado acima. O acesso alternativo se dá pela valorização da rua lateral, em nível com a Praça Minas Gerais, unindo a Praça, a capela, o armazém com a nova construção. O espaço conhecido como armazém será revitalizado como nova entrada do conjunto e receberá uma rampa sem obstáculos. Essa rampa permitirá que uma pessoa

portadora de necessidade especial utilize esse acesso para circular na nova edificação e/ou que passando pelo foyer tenha acesso ao edifício antigo.

Com a transferência de alguns serviços da Câmara, hoje realizados no prédio histórico, para a nova edificação conseguiremos liberar algumas salas do prédio histórico, principalmente as salas que já foram as celas da cadeia. Desta forma, atenderemos a outro ponto levantado durante as entrevistas: o reconhecimento da Câmara como ponto turístico. A proposta é criar no segundo pavimento do prédio histórico uma exposição permanente que retrate a história da Câmara, e no primeiro pavimento, uma exposição permanente que retrate a história da cadeia. Mantendo assim a divisão original entre Casa de Câmara e cadeia, cada qual em seu respectivo pavimento. Além disso, conseguiremos atender ao desejo do turista de visitar os espaços da Câmara, mas conciliando harmonicamente, com o uso de Câmara.

Outra questão, abordada nas reuniões do grupo composto por vereadores e funcionários, refere-se ao arquivo histórico da Câmara. O arquivo, com importantes documentos do século XIII, encontra-se hoje na Universidade Federal de Ouro Preto, no prédio do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS-, no campus localizado em Mariana, armazenado em uma sala. Os documentos já foram digitalizados e há o interesse de trazer o arquivo físico para a Câmara, oferecendo-lhe um espaço adequado e condições necessárias que visem garantir mais tempo de vida aos documentos. Para tanto, ainda é necessário desenvolver o projeto de controle da temperatura, forma de acondicionamento do arquivo, controle de pragas e demais requisitos necessários à conservação dos documentos.

O CAC – Centro de Atendimento ao Cidadão – um serviço da Câmara, que tem a função de emitir cédulas de identidade e atestado de antecedentes criminais também passará a funcionar no novo prédio. O projeto prevê ainda instalações sanitárias, questão apontada como deficitária na estrutura atual da Câmara.



**Figura 36 Construções na parte posterior da Câmara – Capela e Armazém**  
Foto da autora, 2011

Seguem algumas fotos do espaço atrás da Capela e Armazém, em desnível descendente que receberá a construção dos gabinetes dos vereadores.



**Figura 37 Terreno nos fundos da Câmara**  
Foto da autora, 2011.



**Figura 38 Terreno nos fundos da Câmara**  
Foto da autora, 2011.



**Figura 39 Terreno nos fundos da Câmara**  
Foto da autora, 2011.



**Figura 40 Terreno nos fundos da Câmara**  
Foto da autora, 2011.

A proposta de ampliação da Câmara Municipal de Mariana é um ato de respeito à continuidade da história, à vitalidade urbana do trecho protegido e ao patrimônio material e intangível, personificados no edifício que, dignamente, atravessa os tempos, integrando, em um único logradouro, todas as atividades relacionadas à Câmara, contando ainda com um espaço voltado à pesquisa e divulgação da história desta instituição que representa o início das atividades legislativas em Minas Gerais.

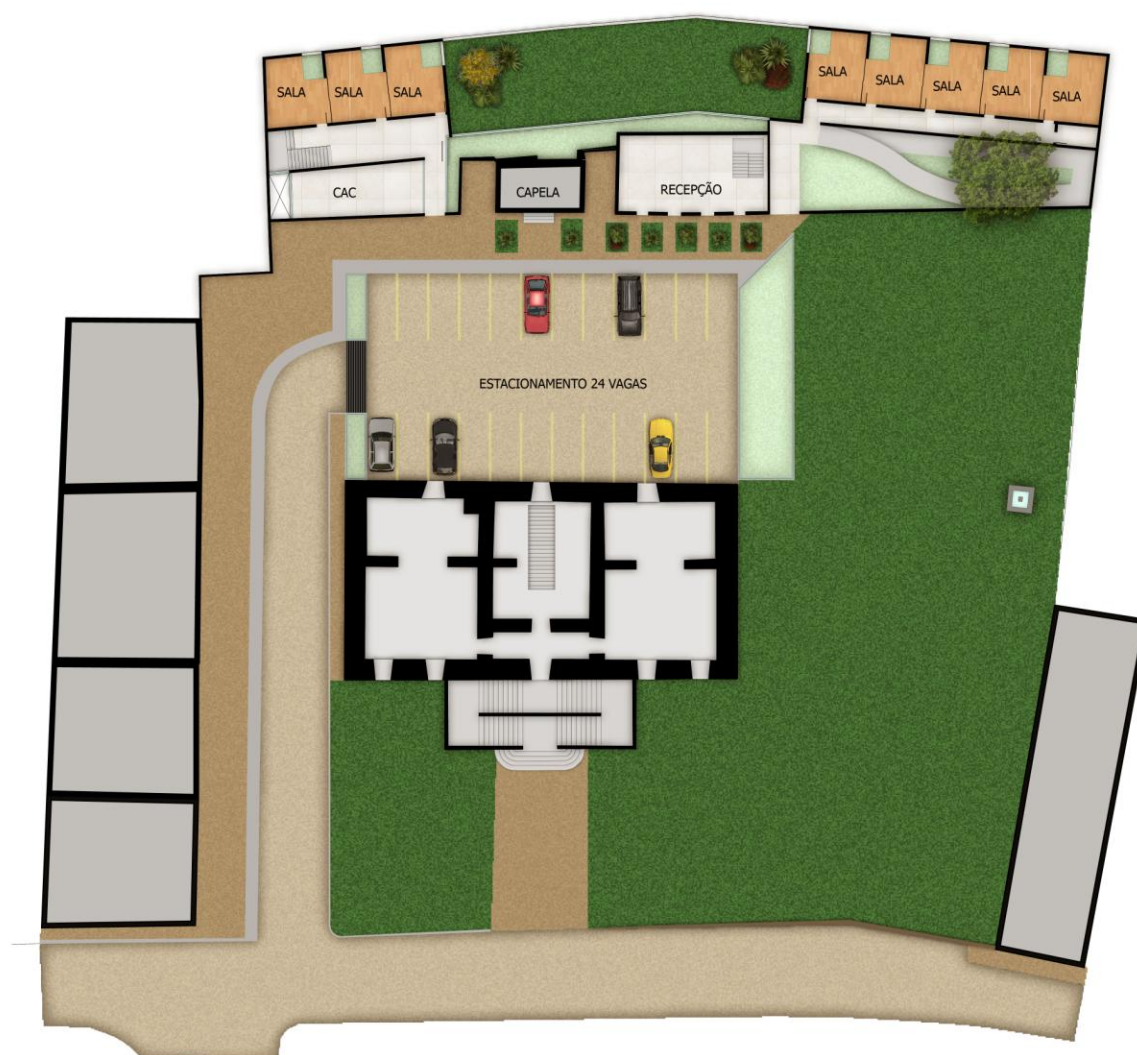


Figura 41 Planta do 1º pavimento do Anexo da Câmara Municipal de Mariana



Figura 42 Planta do nível do subsolo do Anexo da Câmara Municipal de Mariana



Figura 43 Fachada Principal da Câmara Municipal de Mariana com o 1º pavimento do Anexo ao fundo



**Figura 44** Vista aérea do conjunto: Câmara Municipal, Capela, Armazém, Estacionamento e Anexo



**Figura 45** Vista terrestre do conjunto: Câmara Municipal, Capela, Armazém, Estacionamento e Anexo





**Figura 46** Vista interna do novo Plenário e Foyer



**Figura 47** Paisagem urbana na parte posterior do conjunto



Figura 48 Paisagem urbana na parte posterior do conjunto após a inserção



Figura 49 Outra visada da paisagem urbana na parte posterior do conjunto



**Figura 50 Outra visada da paisagem urbana na parte posterior do conjunto após a inserção**

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prédio da Câmara de Mariana está inserido em uma paisagem que carrega consigo uma série de símbolos percebidos por diferentes grupos de pessoas que se relacionam com ele – funcionários, moradores da cidade e turistas – e estabelecendo uma relação com todos. Optar por retirar deste prédio a função de Casa do Legislativo seria esvaziá-lo na sua principal atividade; da sua essência. Ampliando um pouco mais o olhar, precisamos ainda considerar que esta é a primeira Câmara do Estado de Minas Gerais e a única do estado, considerando as Câmaras construídas no mesmo período – Mariana, Ouro Preto e Sabará -, que ainda continua funcionando no mesmo prédio construído com a finalidade de abrigá-la. Entendemos que a melhor forma de conservar um edifício é, sempre que possível, manter nele a função para a qual foi projetado.

A questão estética e artística deixou de ser o ponto central das discussões, e o objeto de estudo passou a ser visto e relacionado com a dinâmica da cidade, do bem propriamente dito, das pessoas que interagem com este bem, da qualidade de vida e das possibilidades de desenvolvimento do homem.

Na proposta apresentada acreditamos que estamos priorizando o contexto urbanístico no qual o prédio da Casa de Câmara e Cadeia está inserido, levando em consideração a dinâmica da cidade e do próprio bem que necessita passar por uma ampliação do espaço físico a fim de comportar toda a estrutura administrativa, e adquirir novos recursos de trabalho; espaços projetados que visem melhor desempenho profissional; infra-estrutura tal como banheiros, auditório, salas de reunião, gabinetes parlamentares.

A proposta integra uma política preservação às políticas urbanas, pois a nova construção não agride a paisagem, sequer será percebida por uma pessoa que esteja na Praça ou até mesmo no pátio atrás do prédio da Câmara. As construções existentes - Capela e Armazém – serão como uma cortina para a nova construção.

O projeto de intervenção no prédio da Casa de Câmara e Cadeia está baseado no estudo de percepção deste bem sob o ponto de vista dos moradores e usuários do

espaço, no intuito de conhecer quais os valores estas pessoas atribuem ao prédio através da forma como eles utilizam e valorizam o espaço. Garantindo que o projeto de intervenção conserve, em primeiro lugar, os valores atribuídos ao bem. Além disso, a projeto de construção do anexo foi elaborado juntamente com os usuários principais do prédio: vereadores e funcionários.

Paralelamente a essa ampliação [do conceito de patrimônio], hoje percebe-se, muito mais que no passado, que o fim último da conservação não vai ser a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas muito mais a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados pelo patrimônio, sendo as intervenções ou tratamentos físicos aplicados a esses bens apenas um entre muitos meios para se obter este fim. (CASTRIOTA, 2009, p. 101)

O projeto apresentado para solucionar o problema da insuficiência do espaço físico da Câmara de Mariana vai de encontro ao conceito apresentado pelo professor Castriota, a proposta vai além da conservação apenas do bem material, representado pelo edifício, propõe a manutenção e a promoção dos valores incorporados, uma vez que a atividade legislativa desenvolvida nesse prédio será mantida e, através da construção do novo anexo, ganhará ainda mais força. Conseguiremos unir todos os edis e funcionários em um só local, além e promover a valorização da história da instituição através da criação do centro de memória do legislativo.

As políticas públicas na área do patrimônio se baseiam, ou pelo menos deveriam se basear, no processo de escuta da comunidade. Se o tombamento é fundamentado por defender que o direito da coletividade está acima do direito privado da propriedade, nada mais justo que em um processo de restauro a população detentora do bem seja convocada e tenha voz ativa nas escolhas deste processo. O Estado não pode mais ser o único responsável, ou o único a ter direito de decisão, em um processo de restauração um bem patrimonial de uso coletivo.

Apesar dos avanços na discussão dos valores no campo do patrimônio cultural para o Getty Conservation Institute (GCI), citado por Castriota (2009, p. 108 e 109), a ênfase dada às três perspectivas encontradas no campo do patrimônio, a “conservação física”, o “contexto de gestão” e a “significância cultural e valores sociais”, ainda encontram-se em desequilíbrio, com claro predomínio as duas primeiras. A “conservação física” diz respeito a tipologia e comportamento dos

materiais, dos sistemas estruturais, das intervenções possíveis e sua eficácia a longo prazo, etc. O “contexto de gestão” refere-se a disponibilidade e uso dos recursos, inclusive financeiro, pessoal capacitado, o tempo de cada mandato político, entre outros. Já em relação a “significância cultural e valores sociais”, caberia estudar as questões centrais do porque e para quem o objeto ou local em questão é significativo, para quem eles são conservados, como se percebe o impacto das intervenções, etc. Para o GCI, cabe reconhecer que, infelizmente, as pesquisas na área da conservação ainda estão centradas no aspecto físico, raramente envolvendo as discussões dos valores entorno do bem. O presente estudo parte exatamente da perspectiva que possui menor peso na maioria das outras pesquisas, a “significância cultural e valores sociais”.

O contexto no qual desenvolvemos o trabalho é também favorável à execução prática do processo de intervenção. A Câmara de Mariana completou, no dia 04 de julho de 2011, 300 anos de fundação. Sendo, portanto, uma data emblemática que pode facilitar a captação de recursos para as obras de restauro e construção do anexo.

O projeto escolhido é ainda, mais simples que os demais propostos durante as reuniões com vereadores e funcionários da Câmara. Haverá apenas a construção de um anexo nos fundos do prédio histórico da Câmara, além é claro da restauração do prédio histórico da Câmara. Para viabilizar qualquer um dos outros projetos seria necessário dividir a estrutura administrativa da Câmara em duas partes: uma parte que funcionaria no prédio histórico, e outra parte, em outro endereço, seja ele a opção por uma das construções do centro histórico ou no a construção no bairro São Cristovão. E ainda com o agravante que para a viabilização do projeto em um dos prédios do centro histórico seria necessário a restauração desses imóveis para se tornarem aptos a receber a estrutura da Câmara. Desta forma, passaríamos a trabalhar com dois projetos de restauro, o restauro do prédio da casa de Câmara e Cadeia e o restauro do imóvel que passaria a abrigar os gabinetes e a outra parte administrativa da Câmara, atitude que elevaria significativamente o custo do projeto. Sendo assim, o projeto de criação do anexo atende ainda o pressuposto que devemos priorizar planos mais simples de recuperação de edifícios ao invés de custosas restaurações.

Ainda na fase de discussão dos projetos propostos pelo grupo de vereadores e funcionários, aqueles que a princípio optaram por transferir as atividades da Câmara para outro endereço, por vezes, entendiam que o prédio atual deveria ser transformado em um Museu do Legislativo. No entanto, precisamos levar em consideração, além de outros argumentos já apresentados durante esse trabalho, as respostas em relação à atuação dos vereadores coletadas durante as entrevistas aplicadas, que apontam na sua maioria, por uma insatisfação com os trabalhos legislativos desenvolvidos. Acreditamos que essa situação não aconteça apenas em Mariana, mas em relação ao poder legislativo no Brasil de uma forma geral. O que nos leva a sustentar a idéia de que transformar a Câmara em um Museu do Legislativo seria, no mínimo, desafiador. Como conseguiríamos gerar interesse pela visita ou ainda fazer com que o museu fosse um motivo de orgulho para a população marianense. Além disso, um museu gera custo de manutenção e necessita de conhecimentos específicos para a manutenção, aspectos esses que não fazem parte das atribuições de uma Câmara.

Lembrando ainda o estudo desenvolvido por Rogers no qual ele defende a ideia que o novo modelo de organização espacial e social das cidades, deve visar maior inter-relação entre os espaços de lazer, moradia e trabalho. No capítulo 'cidades sustentáveis' o autor traz a discussão que "devemos investir na ideia de 'cidade compacta' – uma cidade densa e socialmente diversificada onde as atividades econômicas e sociais se sobreponham e onde as comunidades sejam concentradas em torno de unidades vizinhas" (ROGERS, 1997, p. 33). Dentre vários requisitos propostos pelo autor que visam à criação das cidades sustentáveis está o uso misto dos espaços urbanos, aproximando o local do trabalho, do local de moradia e lazer, o que significa menores deslocamentos de automóveis para atender às necessidades cotidianas.

O projeto proposto cumpre o papel de colaborar para uma cidade compacta, conforme defendida por Rogers, ao descartar a ideia de transferir a Câmara para uma espécie de 'cidade administrativa', criando a divisão entre o espaço histórico que ficaria voltado para o turismo e o espaço para as atividades administrativas que provavelmente se desenvolveria caso a Câmara, Prefeitura e Fórum viessem a funcionar em novo espaço desenvolvido com esta finalidade.

Recordando ainda a importante distinção que Choay (2006, p. 26) faz entre monumento e monumento histórico, sendo os monumentos construídos com a função original de rememorar, de fazer reviver um passado, os monumentos históricos podem ser encarados como objetos do passado trazidos ao presente convertidos em testemunho histórico, por critérios variados – estéticos, culturais e políticos – sem, no entanto, terem sido construídos com a intenção de ter uma destinação memorial. Podemos pensar que a Câmara tornou-se um monumento histórico exatamente por causa da história da instituição aliada a sua beleza arquitetônica e a partir de uma escolha, evidenciada principalmente a partir do momento em que os técnicos do IPHAN decidem pelo seu tombamento, entendendo que o prédio é digno de preservação. Parece-nos extremamente grosseiro admitir que um bem que se tornou monumento histórico através da sua história, seja atualmente esvaziado do seu uso.

Choay traz ainda uma importante discussão no que diz respeito à tendência dos desafios da conservação entre os monumentos e os monumentos históricos: “os *monumentos* são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz que sejam deixados de lado e abandonados” (CHOAY, 2006, p. 26). “Em contrapartida, uma vez que se insere em um lugar imutável e definitivo num conjunto objetivado e fixado pelo saber, o *monumento histórico* exige, dentro da lógica do saber, e ao menos teoricamente, uma conservação incondicional” (CHOAY, 2006, p. 27).

Acreditamos que manter no prédio da Câmara o uso como Câmara garante inclusive a conservação do prédio, ao passo que, se aceitamos em transformá-lo em um museu, por exemplo, ou atribuir uma nova função ao edifício, poderia acarretar a perda do significado que tem atualmente para a sociedade que direta ou indiretamente usa o espaço e os desafios da conservação tornar-se-ão ainda mais difíceis para as próximas gerações.

Por todos os argumentos apresentados acreditamos que a pesquisa cumpriu seu objetivo proposto; conseguimos apresentar um projeto capaz de respeitar os valores atribuídos à Câmara Municipal, garantimos a participação popular no processo e propusemos uma intervenção que não agride a paisagem e soluciona as questões apontadas pelo grupo de vereadores e funcionários.



## **ANEXOS**

### **PLANEJAMENTO GRUPO FOCAL**

Metodologia:

**Atores (equipe):**

- 1) Mediador – Vilmar P. Sousa
- 2) Relator – Fernanda T. Carvalho
- 3) Observadora – Flávia Possato
- 4) Operador de Gravação – Flávia Possato
- 5) Transcritor da Gravação e Digitador – Fernanda T. Carvalho

**Tamanho do grupo:**

- 1) Mínimo quatro e no máximo doze pessoas;
- 2) Quanto mais temas levantados, menor deve ser o número de participantes;

**Tipos de grupos:**

- 1) Grupos homogêneos;
- 2) Grupos heterogêneos

Composição para os grupos focais, sendo que a organização por faixa etária, sexo, credo, etnia, nível hierárquico, homogeneidade e heterogeneidade ficará condicionada às informações que se pretende levantar.

**CrITÉRIOS adotados na seleção dos participantes:**

- 1) Eles têm obrigatoriamente que fazer parte da população-alvo estudada;
- 2) Devem ser convidados com antecedência e devidamente esclarecidos sobre o tema abordado e os objetivos da pesquisa;
- 3) Os critérios utilizados na seleção dos componentes de cada grupo devem estar vinculados aos objetivos e aos resultados que a pesquisa deseja alcançar.

**Local adequado para a realização de grupos focais:**

O local é de fundamental importância para que os participantes sintam-se confortáveis ao participar das discussões, influenciando, também, a qualidade da gravação. O mais recomendável é a escolha de um local adequado, claro, sem ruídos, afastado da interferência de terceiros e de fácil acesso para todos.

### **Colocar em prática a técnica de Grupos Focais**

1) A criação de um ambiente de cordialidade antes do início da sessão poderá contribuir para a desinibição dos participantes. É importante que a equipe recepcione a todos da maneira mais informal possível. Dependendo das circunstâncias e da disponibilidade de recursos, o oferecimento de um lanche pode contribuir ainda mais na construção de um clima de confiança e confraternização.

2) Além disso, a Equipe de pesquisa deve tomar providência para que o local escolhido tenha assentos organizados em forma circular, de maneira que os participantes fiquem voltados uns para os outros, o que facilitará o debate.

3) Ao Operador de Gravação cabe garantir a coleta de dados, buscar o local mais apropriado para situar o gravador, realizando testes antes do início da sessão para ter certeza que seu equipamento está funcionando plenamente.

4) Por sua vez, o Relator deve estar certo de que possui material suficiente para anotar todas as nuances do debate.

O Mediador deverá realizar uma breve “Introdução”, na qual irá

- a) Apresentar a equipe de pesquisa presente;
- b) Esclarecer os objetivos do estudo e do grupo focal;
- c) Consultar os participantes sobre a gravação das discussões, lembrando que as fitas não serão divulgadas e servirão apenas para facilitar a análise das informações com o conhecimento e autorização dos participantes
- d) Destacar a importância da participação de todos nos debates;
- e) Explicar o que será feito dos dados após o fechamento de todos os grupos;
- f) Convidar os participantes a apresentarem-se rapidamente.

Tal procedimento deverá fazer que eles sintam-se confiantes e privilegiados por estarem tomando parte do processo de pesquisa e, com isso, engajarem-se com afinco nas discussões.

O Mediador colocará em pauta a questão-chave escolhida para dar início às discussões e procurará fazer que cada participante emita sua opinião, intervindo apenas se houver risco ao tempo pré-definido ou se algum participante se desviar por completo do tema proposto. Tal intervenção deverá ser realizada da forma mais amistosa possível, evitando-se constrangimentos.

Esgotadas todas as questões e diretivas previstas, o Mediador deverá pedir aos participantes que façam breves comentários sobre o que acharam da dinâmica e mencionem possíveis pontos não abordados que julguem importantes.

Ultrapassada essa etapa, ele encerrará a discussão, agradecendo a participação de todos, enfatizando a importância de cada opinião e acrescentando que futuramente serão informados sobre o andamento da pesquisa.

**Projeto de Restauro e readequação do espaço físico da Câmara Municipal de Mariana/MG**  
**Grupo Focal**

**Roteiro:**

Situação:

Apresentação do grupo que coordena o trabalho; a instituição, o contratante; o projeto (situação/histórico)

Boa tarde a todos!

Nós somos membros do IEDS (Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável), que é um instituto ligado à Escola de Arquitetura da UFMG, através do Professor Leonardo Castriota, que é o coordenador deste trabalho, fomos contratados pela Câmara de Mariana para realizar estudos de viabilidade de restauro e adequação do espaço da Câmara, iniciamos o trabalho no ano passado.

Na primeira etapa trabalhamos com vereadores e funcionários da Câmara, onde discutimos sobre os problemas e possibilidades deste prédio, pontuando a sua importância histórica, foram quatro encontros, depois este estudo foi apresentado à população em audiência pública no centro de convenções. Nesta segunda etapa trabalharemos com a Comunidade em geral com o objetivo de garantir que as decisões tomadas reflitam os interesses da população de Mariana.

Então, gostaria que vocês ficassem à vontade, que se sentissem à vontade, falassem à vontade, aqui os protagonistas são vocês, eu estou aqui apenas pra conduzir a conversa, mas o interessante é que vocês falem, participem. Primeiramente eu gostaria que cada um se apresentasse, falasse o nome, de onde vieram, se está ligado a alguma instituição.

**Questão-chave 1) Qual o significado do espaço(Câmara e a Praça Minas Gerais)?**

- Sagrado, igrejas, festas religiosas, ( )
- Profano – festas, lazer, ( )
- Civil, comemorações oficiais ( )
- Espaço histórico,turístico, etc. ( )
- Relação com a cultura ( )
- Relação com a Educação ( )
- ..... ( )

**Questão-Chave 2) Qual é a representação social do poder Legislativo?**

- Como a população vê a atuação dos vereadores (poder legislativo) ( )
- A história da câmara de Mariana ( )
- Memória/história/preservação ( )
- ..... ( )
- ..... ( )

**Questão-Chave 3) Como a população em geral vê o patrimônio da cidade?**

- Relação da população com os órgãos de preservação ( )
- Patrimônio/ desenvolvimento ( )
- Intervenções/ construções novas ( )
- Prédio da câmara ( )
- ..... ( )

**Fonte:**

[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com\\_JUV\\_PO27\\_Neto\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf)

## **PLANEJAMENTO DA TÉCNICA DE MAPA MENTAL**

### **ROTEIRO**

**ENTREVISTADO:**\_\_\_\_\_

IDADE:\_\_\_\_\_ DATA ENTREVISTA:\_\_\_\_\_ Estado Civil:\_\_\_\_\_

Escolaridade:\_\_\_\_\_ Profissão:\_\_\_\_\_

Local de nascimento:\_\_\_\_\_ Tempo de residência em Mariana:\_\_\_\_\_

### **1ª PARTE – Execução dos Mapas Mentais**

Representar por meio de desenho a Praça Minas Gerais no contexto urbano, destacando um ou mais elementos que considere importante.

### **2ª PARTE – Aplicação de questionário**

1 – O que representa para o Sr. este lugar (a Praça Minas Gerais)?

2 – Cite 3 pontos positivos e 3 negativos deste lugar (Praça Minas Gerais) e explique:

POSITIVOS:

NEGATIVOS:

3 – O que representa as Igrejas?

4 – O que representa a Câmara?

5 – Poderia descrever uma experiência vivida neste lugar (Praça Minas Gerais)?

6 – Poderia lembrar-se como era a Praça Minas Gerais no passado?

7– Como você vê a atuação dos vereadores (poder legislativo) ?

8 – Você conhece a história da câmara de Mariana? Poderia nos contar um pouco desta história?

9- Como você vê o patrimônio (arquitetura) da cidade?

## **MAPAS MENTAIS**

Seguem a representação dos demais Mapas Mentais que não foram apresentados durante o texto deste trabalho, mas que fizeram parte do universo de análise.



Figura 51 Mapa Mental - Entrevista 1 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara

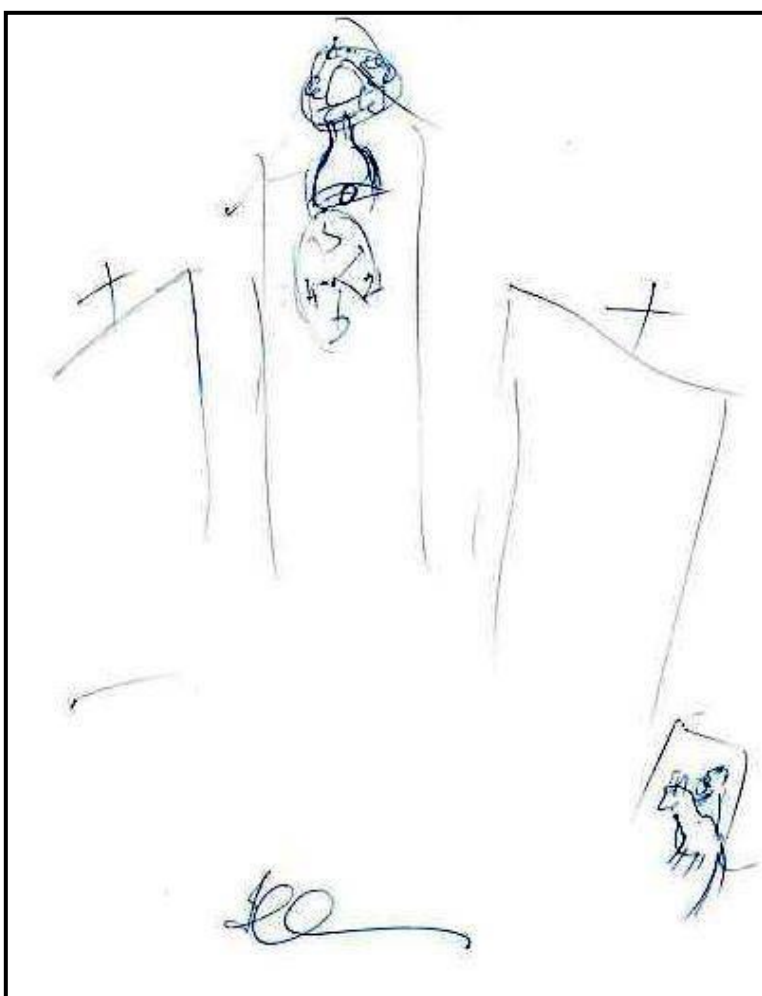


Figura 52 Mapa Mental – Entrevista 5 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério

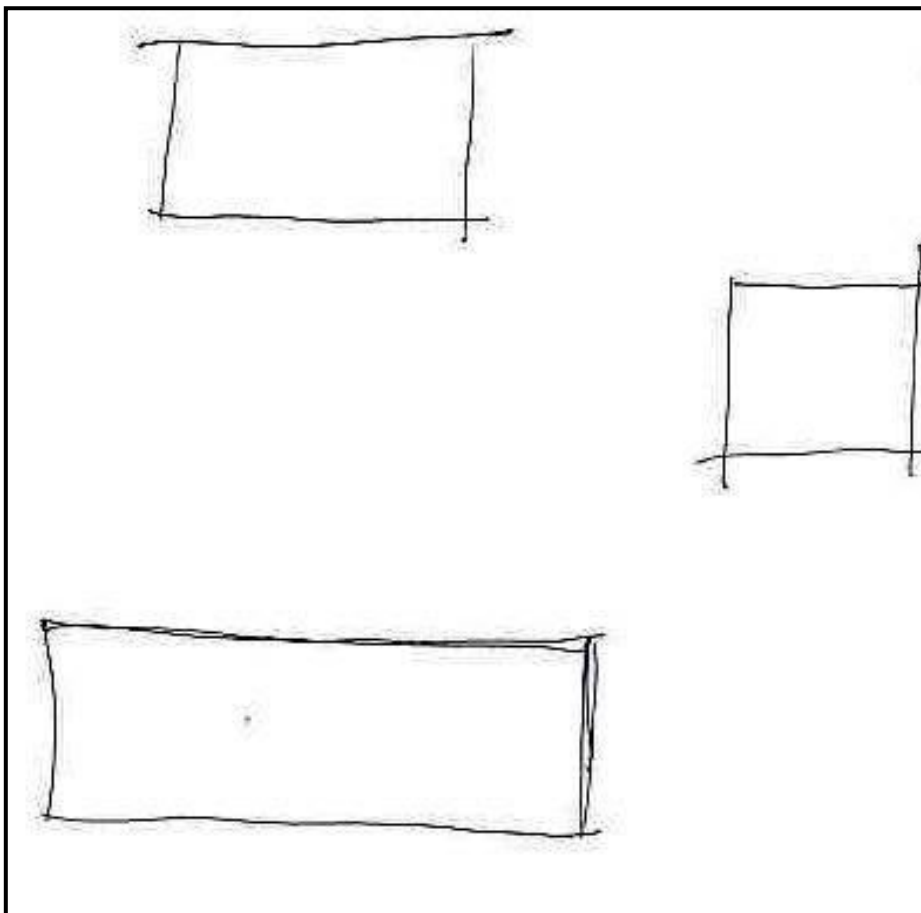


Figura 53 Mapa Mental – Entrevista 6 – Grupo: Agentes do Patrimônio



Figura 54 Mapa Mental – Entrevista 7 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério



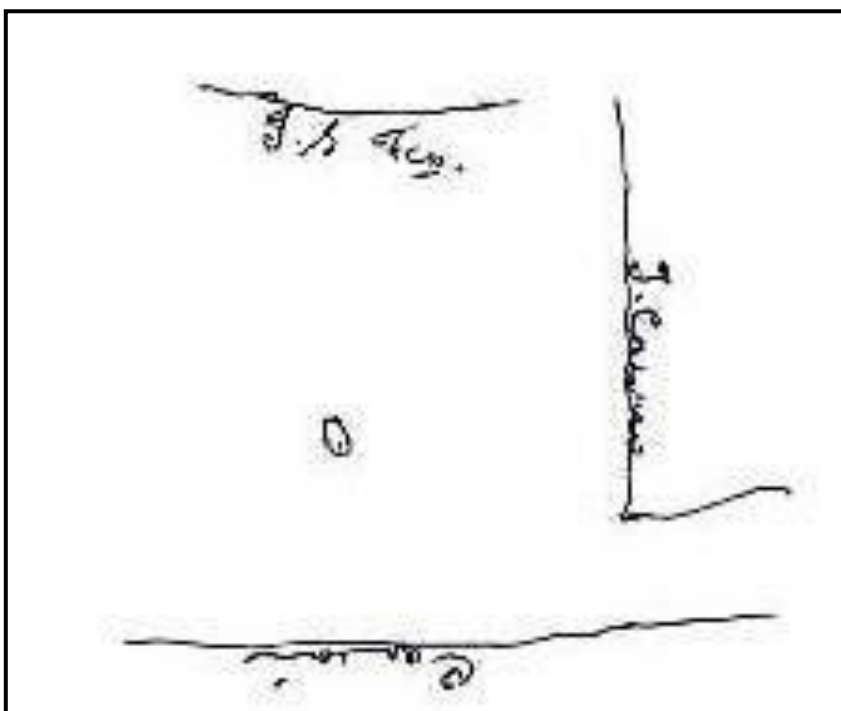


Figura 55 Mapa Mental – Entrevista 11 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério

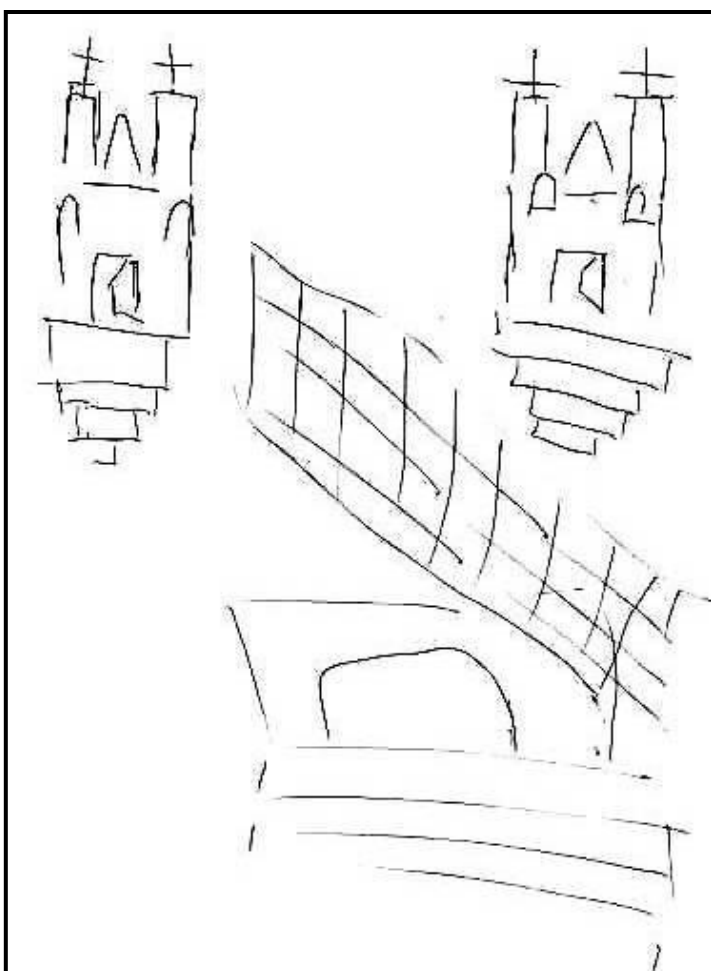


Figura 56 Mapa Mental – Entrevista 12 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara

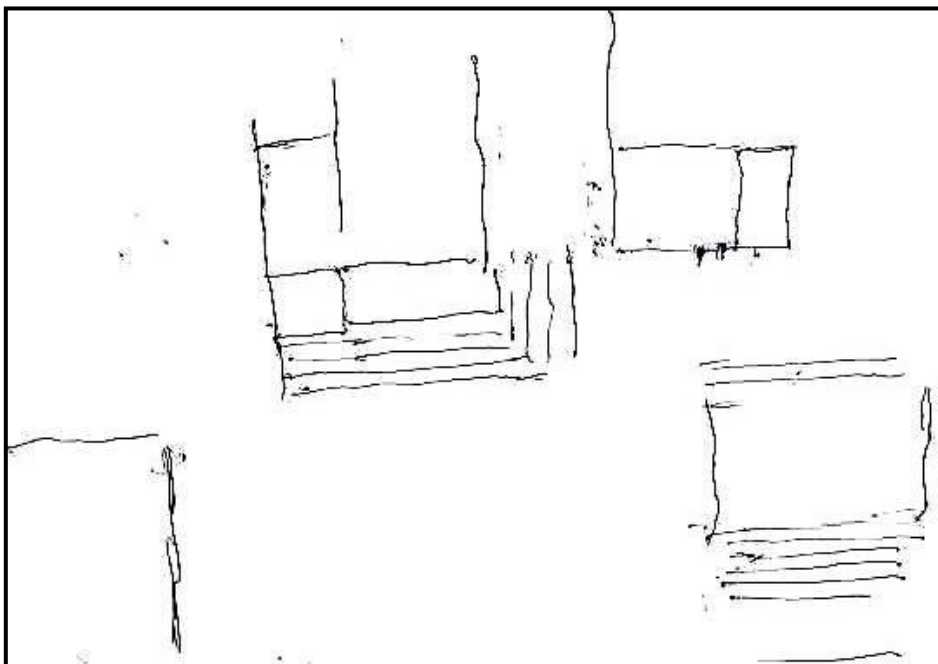


Figura 57 Mapa Mental – Entrevista 13 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério



Figura 58 Mapa Mental – Entrevista 14 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério

Aqui cabe um pequeno parênteses somente para comentar que a entrevistada 14 não aceitou fazer a representação na folha oferecida, alegou que iria estragar a folha. Utilizou um papel da casa dela, por isso, a representação em uma folha de papel com pautas.

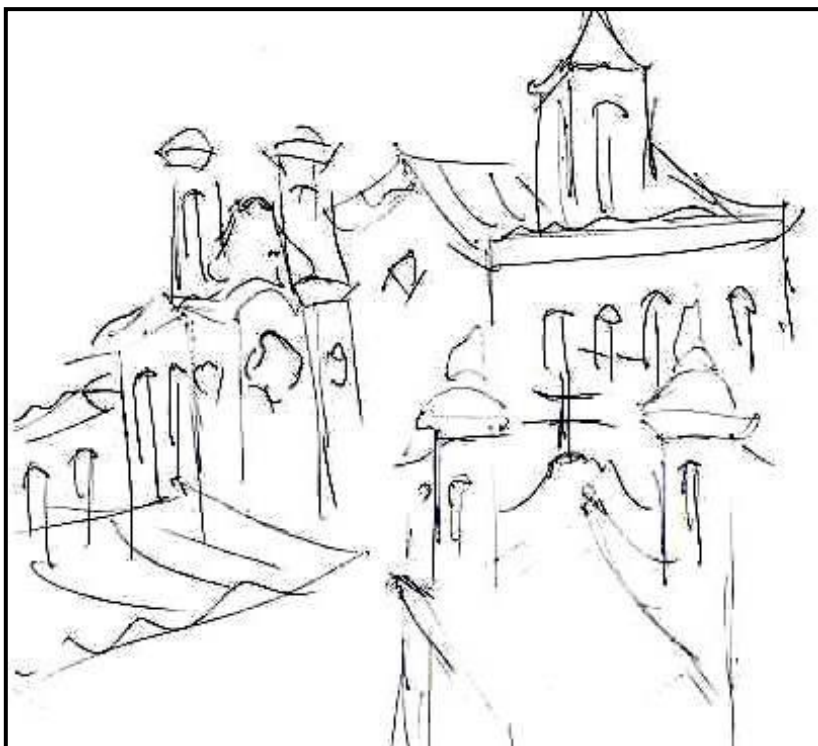


Figura 59 Mapa Mental – Entrevista 16 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara

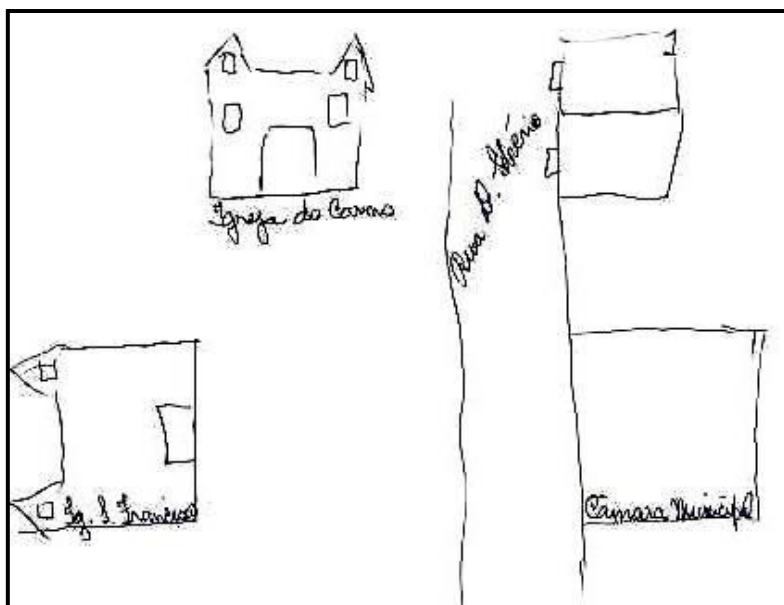


Figura 60 Mapa Mental – Entrevista 19 – Grupo: Moradores da Rua Dom Silvério

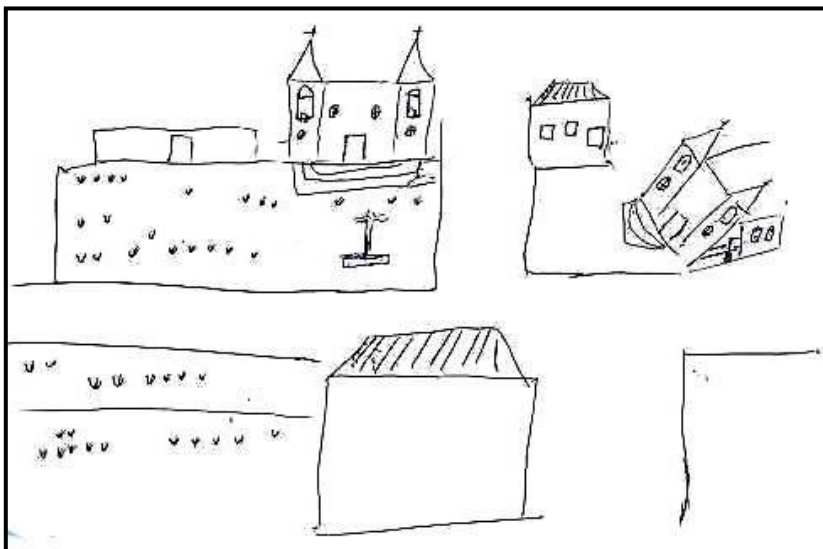


Figura 61 Mapa Mental – Entrevista 20 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara

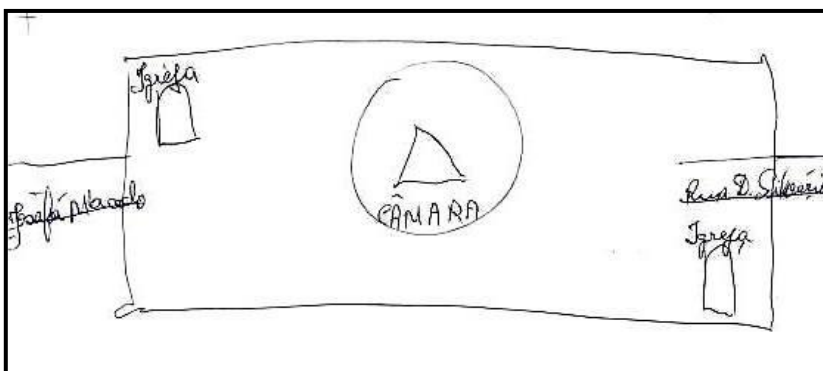


Figura 62 Mapa Mental – Entrevista 21 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara

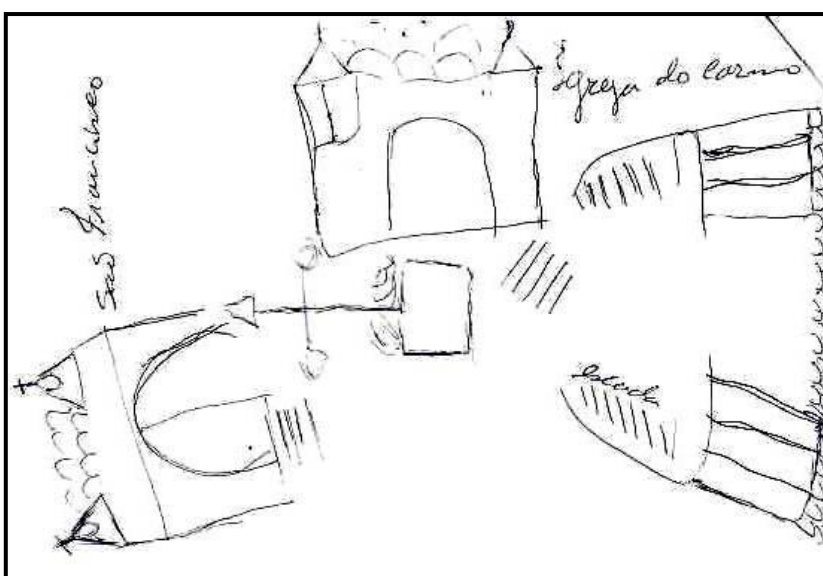


Figura 63 Mapa Mental – Entrevista 22 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara

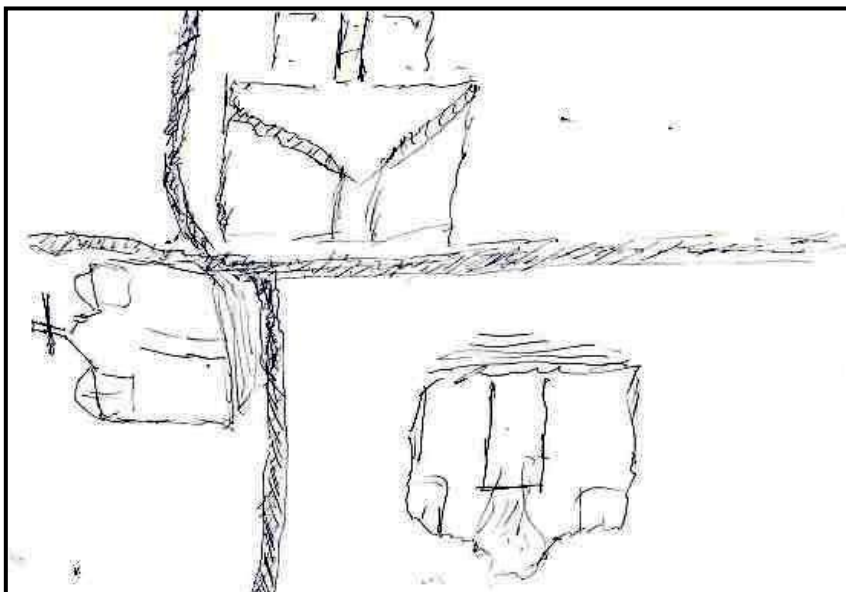


Figura 64 Mapa Mental – Entrevista 24 – Grupo: Frequentadores das reuniões da Câmara

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Poder local e herança colonial em Mariana: faces da revolta do “ano da fumaça” (1833). In: TERMO de Mariana: História e documentação. Mariana, MG: Ed. UFOP, 1998. p.127-135.

ANTONILL, André João. Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1899 *apud* FONSECA, Claudia Damasceno. O Espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: TERMO de Mariana: História e documentação. Mariana, MG: Ed. UFOP, 1998. p. 27- 66.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Administração da justiça nas Minas setecentistas. In: As Minas setecentistas, 1. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza (Org.). *Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

ARAÚJO, Marcelo Mattos. Comunicação Museológica: desafios e perspectivas. Seminários de Capacitação Museológica – Anais. p. 304 a 315. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

AUSTRALIA ICOMOS. *The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance* 1999. Burwood, Australia: AUSTRALIA ICOMOS, 2000. Disponível em < <http://australia.icomos.org>>. Acesso em 05 de nov. de 2011.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, participação e instituições híbridas*. Teoria e sociedade, número especial, mar. 2005. Disponível em < [http://www.democraciaparticipativa.org/files/TeoriaeSociedade\\_NumeroEspecial\\_marco2005\\_InstituicoesHibridaseParticipacaonoBrasilenaFranca.pdf#page=14](http://www.democraciaparticipativa.org/files/TeoriaeSociedade_NumeroEspecial_marco2005_InstituicoesHibridaseParticipacaonoBrasilenaFranca.pdf#page=14)> Acesso em: 20 dez. 2011.

BARRETO, Paulo Thedim. *Casas de Câmara e Cadeia*. 1949. 157f. Tese – Faculdade Nacional de Arquitetura, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1949.

BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-36)*. 138f. Tese – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2009.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza; YÁZIGI, Eduardo. ( Org.) *Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 102- 112.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Algumas considerações sobre o patrimônio. In: CONGRESSO PAN AMERICANO DO PATRIMÔNIO DA ARQUITETURA, 1., 1992, Ouro Preto. Anais... Belo Horizonte, 1993. p. 1-5.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Conservação e valores: a via crítica de Alois Riegl*. 315f. Tese - Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria; PIRES, Maria do Carmo (Org.). *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3 ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: ILUMINURAS: FAPESP, 1999.

D.P.H.A.N. Processo 414-T. p. 414, 105. Casa à Praça João Pinheiro (Paço Municipal). Mariana, Minas Gerais.

FERREIRA, Maria Raquel Alves. *A gestão do patrimônio arqueológico pelo estado brasileiro: o caso do sítio arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto – MG*. 2011. 158f. Tese – Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais.

FISCHER, Monica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica em um contexto social adverso*. 1993. 216f. Tese – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais.

FONSECA, Cláudia Damasceno. A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: algumas considerações. In: TERMO de Mariana: História e documentação. Mariana, MG: Ed. UFOP, 1998. p. 181 - 188.

\_\_\_\_\_. O Espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: TERMO de Mariana: História e documentação. Mariana, MG: Ed. UFOP, 1998. p. 27- 66.

\_\_\_\_\_. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas / Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira, Cláudia Damasceno Fonseca*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

GOMES, Maria Elasir S.; BARBOSA, Eduardo F. *A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos*. Educativa Instituto de Pesquisa e Inovações

Educacionais, 1999. Disponível em [http://www.tecnologiaprojetos.com.br/banco\\_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D\\_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf](http://www.tecnologiaprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf). Acesso em: 03 set. 2011.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos*. Paidéia, volume 12, nº. 24, 2002. Disponível em < <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/24.htm>>. Acesso em: 03 set. 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (diretores). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. 2. Reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

*I BUILD THE TOWER* Foto da *Watts Towers*. Disponível em <http://www.ibuildthetower.com/html/film.html>>. Acesso em: 08 ago. 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=1>>. Acesso em: 17 de maio de 2011.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em <http://site.er.org.br/index.php/noticias/view/177>>. Acesso em: 02 fev. 2012

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

KANTOR, Iris. A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. In: TERMO de Mariana: História e documentação. Mariana: Ed. UFOP, 1998. p. 147 – 148.

KOZEL, Salette. *Mapas Mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas*. Curitiba, 20??a.

KOZEL, Salette. *As linguagens do cotidiano como representações do espaço: uma proposta metodológica possível*. Curitiba, 20??b. Disponível em < [http://egal2009.easyplanners.info/area02/2088\\_KOZEL\\_Salette.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area02/2088_KOZEL_Salette.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2011.

LOW, Setha M. Social Sustainability: People, History and Values. In: MANAGING change: sustainable approaches to the conservation of the built environment. 4th annual US/ICOMOS International Symposium Organized by US/ICOMOS, the Graduated Program in Historic Preservation of the University of Pennsylvania, and Getty Conservation Institute. Philadelphia, Pennsylvania. April 2001. Edited by Jeanne Marie Teutonico and Frank Matero. p. 47-63.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.



MACHADO, Paulo Batista. *Representações sociais e mapas mentais: elementos introdutórios à questão*. 2010. Disponível em <<http://paulomachado.pro.br/blog/2010/09/06/representacoes-sociais-e-mapas-mentais-elementos-introdutorios-a-questao/>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

MARIANA (MG). Prefeitura Municipal. *Inventário Turístico de Mariana*. Mariana: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2011.

MASON, Randall. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. In: ASSESSING the values of cultural heritage. 2000. The Getty Conservation Institute, Los Angeles. Disponível em <[http://www.getty.edu/conservation/publications\\_resources/pdf\\_publications/assessing.pdf](http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/assessing.pdf)>. Acesso em 06 fev. 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os “usos culturais” da cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI; CRUZ, RITA DE CÁSSIA ARIZA; YÁZIGI, EDUARDO. (Org.) *Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 93-99.

MOLLETA, Vânia Florentino; GOIDANICH, Karin Leyser *Turismo cultural*. 2. ed. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2000 (série “Desenvolvendo o Turismo”, vol. 4).

MONUMENTA. *Obras em Monumentos e Logradouros*, Mariana. Disponível em <[http://www.monumenta.gov.br/site/?page\\_id=198](http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=198)>. Acesso em: 02 fev. 2012.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. *Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação*. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto, Minas Gerais. Disponível em <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com\\_JUV\\_PO27\\_Neto\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2011.

OLIVEIRA, Nilza Ap. da Silva. *Mapas mentais – uma forma de representar a compreensão e interpretação do lugar*. 20---. Disponível em <[http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/Trabalhos\\_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20NilzaApdaSilvaOliveira.ED21.b.pdf](http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20NilzaApdaSilvaOliveira.ED21.b.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2011.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. UNESCO, 1972. Disponível em: <[http://whc.unesco.org/documents/publi\\_basictxts\\_pt.pdf](http://whc.unesco.org/documents/publi_basictxts_pt.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

PEREIRA, Maria de Ludes Dolabela. IN: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *As políticas públicas e os espaços híbridos de participação e deliberação: as possibilidades e os limites dos conselhos de política urbana em Belo Horizonte/Brasil*. Coimbra, 2004.

POLITO, Ronald. Os inventários de bens da Câmara e as representações do poder. In: TERMO de Mariana: História e documentação. Mariana, MG: Ed. UFOP, 1998. p. 154 – 165.

RESSEL, Lúcia Beatriz; BECK, Carmem Lúcia Colomé; GUALDA, Dulce Maria Rosa; HOFFMANN, Izabel Cristina; SILVA, Rosângela Marion da; SEHNEM, Graciela Dutra. *O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/21.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2011.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Creação de villas no Período Colonial*. Ouro Preto, ano 2, fascículo 1, pp. 81-83, jan/mar 1897. Disponível em <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=51>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.*/ Aloï Rielg; Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

ROCHA, Ronaldo Henrique Giovanini. *À sombra da Igreja: as edificações religiosas e o espaço urbano nas Minas Setecentistas*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RODRIGUES, M. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: UNESP, 1999.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Importância e responsabilidade dos conselhos municipais do patrimônio cultural. In: MESTRES e conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte, MG: IEDS, 2009. p. 24-39.

SANTOS, Vânia Carvalho Rôla. *Cultura, identidade e memória: uma leitura informacional dos museus históricos em ambientes comunitários*. 2005. 164f. Tese – Escola de Ciência da Informação da UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 (Col. “Turismo, Cultura e Lazer”).

VARGAS, Pedro Rubens Nei F. *O mercado central de Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro: uma relação patrimonial*. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. 4ed. Belo Horizonte: s.l., 1974. V.2 *apud* FONSECA, Claudia Damasceno. O Espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: TERMO de Mariana: História e documentação. Mariana, MG: Ed. UFOP, 1998. p. 27 - 66.

VASCONCELLOS, Salomão de. Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura, arte e cidade*. Celina Borges Lemos (org.). Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004.

VENANCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: TERMO de Mariana: História e documentação. Mariana, MG: Ed. UFOP, 1998. p. 139 - 141.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira; RIBEIRO, Cecilia Ribeiro; AGUIAR, Barbara Aguiar. *Judgement and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites*. CECI, 2009. Disponível em <<http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/viewissue.php?id=13>>. Acesso em: 17 nov. 2011.